

PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná

UNESPAR

Campus União da Vitória

Colegiado de História

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

CURSO DE HISTÓRIA

SETEMBRO, 2018

PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná

UNESPAR

Universidade Estadual do Paraná

Campus União da Vitória

Colegiado de História

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

CURSO DE HISTÓRIA

Projeto Pedagógico do colegiado de História da UNESPAR - Campus União da Vitória, que regulamenta as políticas e funcionamento da licenciatura em história nesta instituição.

SETEMBRO, 2018

UNESPAR

ANTONIO CARLOS ALEIXO

Reitor

SYDNEI ROBERTO KEMPA

Vice-Reitor

SAMON NOYAMA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

ANGELO RICARDO MARCOTTI

Pró-Reitor de Planejamento

CARLOS ALEXANDRE MOLENA

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação

MARIA SIMONE JACOMINI NOVAK

Pró-Reitor de Ensino de Graduação

ROGÉRIO RIBEIRO

Pró-Reitor de Administração e Finanças

EVELIZE LEAL ALVES SALOMAO

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento

CAMPUS UNIÃO DA VITÓRIA

VALDERLEI GARCIAS SANCHES

Diretor do *Campus*

SANDRA SALETE CAMARGO SILVA

Vice-diretor do *Campus*

KELEN DOS SANTOS JUNGES

Diretora do Centro de Ciências Humanas e Educação

ILTON CESAR MARTINS

Coordenador do Curso de História

ELIZABETE DE FÁTIMA DOS SANTOS GOMES EMPINOTTI

Secretária Acadêmica do *Campus*

Comissão de elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

Constituída pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE

Ilton Cesar Martins

Jefferson William Gohl

Kelly Cristina Benjamin Viana

Michel Kobelinski

Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski

Naiara Krachenski

Everton Moraes

SUMÁRIO

1. CURSO	6
2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO	7
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	15
4. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO	76
5. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS	77
6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	84
7. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS	102
8. DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	102
9. DESCRIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO OU MONOGRAFIA	104
10. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES	105
11. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO	106
12. CORPO DOCENTE EXISTENTE E NECESSÁRIO	113
13. RECURSOS NECESSÁRIOS	115
13.1 RECURSOS HUMANOS P/ ADMINISTRAÇÃO DO CURSO	115
13.2 RECURSOS FÍSICOS	116
13.3 RECURSOS MATERIAIS P/ ADMINISTRAÇÃO DO CURSO	119
13.4 RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS	119
13.5 RECURSOS DE LABORATÓRIOS	129
14. BIBLIOGRAFIA	139
15. ANEXOS	141
I. Regulamento de Estágio obrigatório e não obrigatório do curso de História	141
II. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso– Monografia	161
III. Regulamento do Laboratório de Informática	166
IV. Projeto do Laboratório de História Oral e Mídias – LADOM	173
V. Projeto do Laboratório de Aprendizagem Histórica – LAPHIS	193

1. CURSO HISTÓRIA

NÚMERO TOTAL DE VAGAS: 40

1.1 CAMPUS

CENTRO: Centro de Ciências Humanas e Educação

NÚMERO DE VAGAS: 40

TURNO(S):Noturno

LOCAL DE OFERTA: União da Vitória

CARGA HORÁRIA: 3200h

BACHARELADO ()

LICENCIATURA (X)

COM ÊNFASE EM: VAGAS:

COM HABILITAÇÃO EM: HISTÓRIA VAGAS:40

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1960

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

DE CRIAÇÃO DO CURSO (Lei, Resoluções SETI, Resoluções COU/CEPE)

Parecer(es) Nº	Órgão Expedidor	Data	Publicação
C/N N°562	MEC	25/11/59	-
Portaria	Órgão Expedidor	Data	Publicação
Decreto n° 47660	MEC	19/01/1960	-

DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO (Decreto, Resoluções SETI, COU, Parecer CEE)

Parecer(es) Nº	Órgão Expedidor	Data	Publicação
Decreto Federal n°47.666	MEC	10.01.60	

DE RECONHECIMENTO DO CURSO (Decreto, Portaria, Resoluções SETI, Parecer CEE)

Parecer(es) Nº	Órgão Expedidor	Data	Publicação
Decreto Federal n°61120	MEC	31/07/1967	DOU 03/08/67

BÁSICA (Diretriz Curricular Nacional do curso (Parecer e Legislação que regulamenta a profissão do CNE, resoluções afins à formação)

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO N° 9394/96

PARECER 492/01 E 1363/2001

PARECERES CNE/CP 2001: N° 09,21,27 E 28

RESOLUÇÕES CP/CNE N°01 E 02/2001

PARECERES CNE/CES – N° 776/97 E 583/01

PARECER CNE/CES N°492/2001

LEI 10172 DE 09/01/01 – PNE

Como o campo educacional, e sua regulamentação está diretamente ligado ao seu contexto histórico, analisar a fundamentação legal, o escopo da lei, decretos e pareceres nos permite compreender qual a dinâmica política ou os referenciais norteadores de qualquer projeto educacional, bem como dimensionar sua ação e amplitude. Na própria evolução do aparato legal podemos perceber inequivocamente, ainda que de forma reativa, como a sociedade em seu desenvolvimento e complexidade está inexoravelmente ligada a educação e como a legislação direciona, ou por vezes condiciona o campo educacional.

Dessa forma, todo o aparato legal analisado exprime não só as exigências da sociedade, mas também suas expectativas, que encontram no Estado democrático nacional o instituidor do Estado de direito, das liberdades individuais, do acesso e melhoria da educação, como parte de um processo de transformação social. Portanto a legislação que concerne a orientação, regulamentação e instituição de diretrizes, dentro de parâmetros educacionais, direciona a construção dos projetos pedagógicos educacionais, incluindo nesse processo as demandas sociais, as políticas afirmativas e protetivas em relação a sociedade, onde cada avanço social se torna um equivalente legal dessa conquista.

Buscou-se de forma pontual, citar a estrutura central da lei, sobretudo, quando relacionados, ao ensino superior, não diferentemente em relação aos decretos, portarias e pareceres que fazem parte da fundamentação legal da educação e que em específico se aplicam a estrutura político legal da universidade, pontuando inclusive, em alguns momentos específicos, uma inadequação com as exigências legais.

- A Lei nº9394/1996 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, orientando os princípios e os fins a educação, do direito e do dever de educar, dos modelos e formas de organização escolar

em território nacional, e dos níveis e modalidades de ensino e legislando em específico sobre o ensino superior regulado pelo Art. 43. Encontrando-se o Colegiado de História em acordo e observância a referida Lei.

- A Lei nº 10861/2004 – que em seu Art. 1º. Inciso 1º Institui o SINAES, que tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. De forma geral a referida lei foi criada com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O Colegiado de História enquadra-se no dispositivo legal ora postulado, inclusive se utilizando de seus resultados na melhoria do projeto político pedagógico de curso e em seu corpo discente e docente.
- Já a Lei nº 11788/2008 – Dispõe sobre o estágio de estudantes, definindo, classificando, regulamentando e fiscalizando o campo do estágio que se apresenta como um direito acadêmico fundamental para o desenvolvimento do processo formativo, alternando teoria e prática, além de possibilitar uma experiência real ao acadêmico. Encontra-se o Projeto Político do Curso de História de acordo com a Lei específica, tanto no que tange a regulamentação de estágio, como em relação a disciplina específica de estágio, dentro da grade curricular do curso.
- Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002, versa sobre a educação ambiental de forma transversal nas disciplinas. Entende-se em seu Art. 1º por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a

coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Ainda que não haja uma disciplina específica para a educação ambiental, os eixos temáticos e problematizações constantes na grade curricular do curso e os componentes curriculares de História do Paraná I e II e História do Brasil I e II contemplam transversalmente a proposta.

- Decreto 5296/2004 – regulamenta a Lei nº10098/2000 Art. 1º estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Infelizmente o Colegiado de História não dispõem de forma adequada de acessibilidade, a todas as suas salas de aula, laboratórios, sala de projetos, arquivo, e sala do colegiado, encontrando-se com o conjunto da estrutura física do prédio/Campus que ocupa em inadequação para com o referido decreto.
- Em relação ao Decreto nº5626/2005, que regulamenta a Lei nº10436/2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras, e o artigo 18 da Lei nº10098/2000 encontra-se o Colegiado de acordo e dentro dos padrões estipulados e definidos, contando em sua grade curricular obrigatória com a disciplina de Libras, e circunstancialmente inclusive como disciplina optativa (extracurricular, a fim de atender os egressos da licenciatura).
- Decreto nº5622/2005 – Regulamenta o art. 80 da Lei nº9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional em relação à educação e ensino a distancia. Caracterizando-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de

informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. O Colegiado de História possui em sua matriz curricular, disciplina ofertada na qualidade de optativa na modalidade de ensino a distância, com fins de ensaio de funcionamento e inserção na matriz curricular posterior de propostas permanentes. Além desta primeira iniciativa há convênio firmado com a Universidade de UNCUYO sob a modalidade de ensino a distância.

- Portaria MEC nº4059/2004 – Regulamenta a oferta de carga horária à distância em componentes curriculares presenciais. Encontra-se o Colegiado de História adequado e em observação à supra referida portaria.
- Portaria MEC nº40/2007- Institui o e-MEC, como forma de ampliar, agilizar, abreviar e racionalizar o tramite do Cadastro de Instituições e Cursos superiores, Basis e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes Enade, entre outras disposições.
- Parecer CNE/CP nº28/2001 – Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena. Dispõem à luz das diretrizes curriculares nacionais da formação docente, o tempo mínimo para todos os cursos superiores de graduação de formação de docentes para a atuação na educação básica para a execução das atividades científico-acadêmicas não poderá ficar abaixo de 2000 horas, sendo que, respeitadas as condições peculiares das instituições, estimula-se a inclusão de mais horas para estas atividades. Do total deste componente, 1800 horas serão dedicadas às atividades de ensino/aprendizagem e as demais 200 horas para outras formas de atividades de enriquecimento didático, curricular, científico e cultural. Estas 2000 horas de trabalho para execução de atividades científico-acadêmicas somadas às 400 horas da prática como componente curricular e às 400 horas de estágio curricular supervisionado são o campo da duração formativa em cujo terreno se plantará a

organização do projeto pedagógico planejado para um total mínimo de 2800 horas. Este total não poderá ser realizado em tempo inferior a 3 anos de formação para todos os cursos de licenciatura inclusive o curso normal superior. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação ao referido parecer.

- Parecer CNE/CP nº9/2001 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciaturas, de graduação plena. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação ao referido parecer.
- Resolução CNE/CP nº1/2002 – Institui Diretrizes Nacionais para formação de professores da Educação Básica, em nível superior. O Colegiado de História encontra-se adequado no que versa a referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº2/2002 – Institui a duração e carga horária dos cursos de Licenciatura, de graduação plena de formação de professores da Educação Básica em nível superior. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação a referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº01/2004 – Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana, resolução que se respalda e dá cumprimento nas leis 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008. O Colegiado de História encontra-se adequado e em observação a referida resolução, inclusive possuindo em sua matriz curricular, disciplinas específicas de História da África e Cultura Afro Brasileira que atendem o requisito. Há projetos específicos que reforçam este dispositivo.
- Resolução CNE/CP nº 2/2004 – Resolve adiar o prazo previsto na Resolução CNE/CP nº1/2002. Encontra-se o Colegiado de História em observância a referida resolução.
- Resolução CNE/CP nº01/2005 – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores da Educação Básica, em

nível superior, cursos de Licenciatura, de graduação. Altera a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura de graduação plena. O Colegiado de História encontra-se adequado no que versa a referida resolução.

- Resolução CNDI nº16/2008 – Dispõe sobre a inserção nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso. Dispõe sobre inserção nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria. O Colegiado de História possui em sua matriz curricular a disciplina de História Oral que matiza a valorização do depoimento de pessoas de variadas faixas etárias, mas fundamentalmente as mais idosas, que são detentoras de experiências relevantes para a construção do conhecimento histórico. O acadêmico por meio desta disciplina é encorajado a ouvir e valorizar os depoentes idosos. Como se postula na concepção de ensino o homem em toda sua condição, espacialidade e temporalidade é nosso objeto central, dentro de uma visão humanística de ensino.
- Resolução CONAES 01/2010 – Estabelece sobre o Núcleo Docente Estruturante regulada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Possui o Colegiado de História um Núcleo Estruturante operante, vindo de encontro ao que determina a referida resolução.
- Resolução Conselho Nacional de Educação Nº 2/ 2015 – Que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Estabelecendo no parágrafo primeiro do artigo 13.

§ 1º Os cursos de que trata o *caput* terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

Estando em concordância com o texto legal este projeto quanto aos quesitos I e II, já para o cumprimento do quesito III pela sua ampliação e alteração qualitativa, necessita-se de alterações que estiveram em estudo pelo NDE e se materializam em nova proposta, o que implicou em alteração de elementos qualitativos nos ementários já em andamento a se efetivar plenamente no ano de 2019.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA

Justificativa de existência e ação do curso

A preocupação com o processo educativo em História nos impele a uma contribuição mais sólida e precisa junto a esta Instituição de Ensino Superior e a seus participantes, para que o seu esforço em cumprir sua missão de gerar e universalizar conhecimentos para a sociedade, se concretize.

A estrutura curricular do Curso em modalidade de Licenciatura Plena em História vigente no Campus de União da Vitória da UNESPAR, busca a modernidade no ensino praticado para atender a formação profissional completa dos seus acadêmicos. Objetivando um exercício continuado, de atualização visando à intensa articulação da graduação com a sociedade, busca ainda, que os conteúdos pedagógicos sejam repensados a partir do sentido que eles possuem para o professor na sala de aula, procurando na teoria, soluções para os problemas encontrados na prática. Ao mesmo tempo em busca da prática docente para composição de novas teorias e formas de se pensar as relações pedagógicas e historiográficas que lhes são subjacentes em um universo de sentido que entende a construção dos vetores da consciência histórica e da formação humana.

E necessário enfatizar que atualmente os resultados recentes do curso junto à avaliação externa do INEP por meio do ENADE permitiram o curso se reconhecer entre os vinte melhores cursos de sua área do Brasil tendo em vista um CPC de 3,6 no ano de 2014. Se comparados seus números com as médias nacionais somente entre os alunos concluintes, identifica-se que supera inúmeras Universidades

estaduais e federais de referência nacional como se vê:

Dados de referência curso de História

Indicadores	Brasil	Campus União da Vitória	Brasil	Campus União da Vitória	Brasil	Campus União da Vitória
	2008	2008	2011	2011	2014	2014
Formação Geral	46,09	60,08	46,7	57,1	53,8	66,4
Formação Específica	35,04	52,1	28,4	34,6	35,6	55,1
Média Geral	38,3	54,3	33,0	40,2	40,2	57,9
Nº alunos		17		19		17
Conceito final		04/05IDD		04		04

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/enade>

Entre os cursos de história ofertados no Estado do Paraná na avaliação de 2008 figurou como o primeiro colocado, frente a estas médias, bem como na avaliação de 2011 manteve a segunda posição retornando para a primeira colocação entre as ofertas do Estado no ano de 2014.

Do balanço geral que se pode fazer da trajetória histórica pode-se dizer que o curso de história do Campus União da Vitória na primeira década do século XXI, atua efetivamente nas suas atribuições de formar capacitados professores; dentro de um regime de oferta gratuito e de padrões de qualidades notáveis, considerando as enormes discrepâncias socioeconômicas do Brasil e o atual cenário de diminuição de investimentos no setor da educação paranaense principalmente no que se refere a UNESPAR a última Universidade reconhecida pelo governo do Estado.

O ensino de História na contemporaneidade deve ser concebido numa pluralidade de conhecimentos e habilidades contextualizadas *in totum* no meio social. Trata-se da tão pertinente e necessária visão sistêmica, pela qual a Universidade, caracterizada, principalmente, pela transmissão, produção e extensão do saber, toma vulto no seio social, com a ampliação do vínculo de formação do

profissional, além dos “portões acadêmicos”.

Como o interesse final é a formação de um profissional capacitado para perceber e mostrar em sua prática a indissolubilidade entre o ensino e a pesquisa e sua extensão no corpo social, o curso de História define-se, neste rastro, como um meio adequado de fomentar a construção do saber através de métodos aplicáveis de forma transdisciplinar, aqui entendida como a conjunção da interdisciplinaridade - entendendo por este termo, fator que correlaciona e faz interagir as disciplinas no âmbito da matriz do curso. Nesta conjunção, procura também exercer a complementaridade – concepção que projeta interação nos quadrantes principais da existência humana, saber: sociabilidade, afetividade, consciência individual e coletiva. Conceitos de interdisciplinaridade e complementaridade que exercidos possibilitam a problematização, o despertar do senso crítico e a verificação de controvérsias que se apresentam a cada passo do devir histórico. (já que os conhecimentos históricos nunca são definitivos ou indissolúveis).

A exigência da interdisciplinaridade nasce, desse modo, de um sentimento de finitude ou de impenitência que cada pesquisador tem de seu próprio saber e operar; e, ao mesmo tempo, do sentimento complementar de que essa posição, por mais particular que seja, tem algo em comum com o saber e o fazer dos demais, pondo-se a possibilidade de fixar certas diretrizes globais em função do valor comum de que se tem consciência.¹

Além da ênfase teórica que se dá para que o curso de História amplie espaços de pensamento e ação, também deve-se enfatizar a prática, a ação do professor ou do pesquisador com Licenciatura em História. Deste modo é que se entende, tanto pelos docentes do colegiado de História, seus acadêmicos e eventuais docentes de outros departamentos envolvidos, que é preciso que o graduando tenha constantemente um entendimento “técnico” de sua licenciatura. Por técnico compreende-se um aprendizado instrumentalizado pluralmente, seja a partir das formas com as quais se apreende e se ensina, seja de modo que a prática da docência e da pesquisa, ao término de sua graduação, encontre confluência entre “campus acadêmico” e “campo social”. Compreende-se assim que

¹REALE, Miguel. **O homem e seus horizontes**. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. P. 47.

o conhecimento e ação não sejam apartados entre si, mas relacionados em uma fusão completa e complexa.

Tendo-se exposto os motivos que justificam a existência e a essencialidade do Curso de História, cabe asseverar que a formação no curso dá condição ao egresso de reconhecer as várias possibilidades interpretativas da História, para entender que a história que se escreve, quando correlata com a que se vive, permite reflexão e consciência da natureza, das fontes e da construção histórica, até a ponto de saber que cada aspecto da vida humana e dos relacionamentos em sociedade preponderam sobre a simples junção factual de atos heróicos e narrados com requinte. A UNESPAR pretende formar agentes da história, comprometidos com a sociedade em que vive, mas perfeitamente integrados na “aldeia global”.

Justificativa de alterações de matriz Curricular

Tendo em vista a busca por modernidade no ensino e renovação de possibilidades de escolhas de seus processos formativos por parte dos discentes o curso propõe uma intervenção na Matriz Curricular que incorpora novas perspectivas formativas e correções administrativas técnicas na operacionalização da oferta de cargas horárias. Levando em conta as já citadas noções de interdisciplinaridade e complementaridade sugere uma ampliação das formas de atuação nos vários níveis do ensino, pesquisa e extensão.

O imperativo técnico - pedagógico

A atual matriz do curso de história do Campus União da Vitória conta atualmente com as seguintes disciplinas que ocorrem em oferta de 108 horas: História do Brasil I, Antropologia Cultural, História do Brasil II, Iniciação à Pesquisa Histórica, História da América. São portanto cinco (05) componentes curriculares que exigem que as aulas anualmente sejam distribuídas levando em conta uma aula isolada, que pode ser destacada de seu bloco no arranjo semanal, ou mesmo cumprida em turnos de três aulas contínuas, sobrando no horário do dia uma aula

para ser coberta por outra disciplina. Tal arranjo que se encontra em vigência impõe alguns problemas administrativos que devem ser corrigidos. Esta forma tem não raro, trazido dificuldades de cumprimento a alunos que ficam em dependência, aumentando as dificuldades de cumprimento quando a oferta das disciplinas muda de ano a ano tendo em vista um inventário picado de ofertas observando-se que para a montagem de horário anual se desdobram ou não os dias das terceiras aulas. Resumindo - em um ano a oferta destas cinco disciplinas pode ocorrer em um bloco contínuo em um único dia da semana e em outro ano não, dependendo das disponibilidades de horários dos escassos professores, trazendo dificuldades de cumprimentos em regime de dependência, o que aumenta a evasão. Isto foi detectado após quatro anos de efetividade da matriz vigente nas discussões de NDE, e pelos próprios alunos. Outras dificuldades se apresentam na própria elaboração de horário que exigem arranjo de aulas individuais que ora, são colocadas no primeiro horário, ora são colocados nos últimos da noite acarretando perdas significativas quando isso acontece no regime noturno. Outra dificuldade surge quando da transferência de alunos de outras instituições que não possuem estes regimes de cumprimento de 108 horas, há também discrepâncias que produzem dificuldades dos cumprimentos totais de cargas horárias em nosso campus exigindo mais carga horária em algumas disciplinas que são complementares. Considera-se que do rearranjo de cinco disciplinas que devem a cada caso, ou cortar carga horária ou ampliar, se opera uma ampla reorganização da matriz curricular pautado evidentemente nos conceitos básicos já expressos e na concepção pedagógica histórico crítica postulada mais adiante.

Levando em conta estes diagnósticos e as necessidades apontadas de docentes e discentes, o Programa de Reestruturação de Cursos de Graduação da UNESPAR efetivado pela PROGRAD desta universidade e as novas regulamentações advindas da Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 02/ 2015 este colegiado procura fundamentar nova proposta de Plano Pedagógico de Curso, considerando os fatores indissociáveis entre o ensino, a pesquisa e a extensão, no que tange as questões de reorganização de seu arranjo de cumprimentos de Estágio, trabalhos finais de conclusão e ações extensionistas.

A implementação das atividades de acompanhamento de estágio, e

acréscimos de cargas horárias, conforme pede a mais recente regulamentação segundo uma avaliação do Núcleo Docente Estruturante NDE, exigiria que o cumprimento do curso ocorresse em quatro anos e meio. Para a não oneração de contratação de quadros docentes, prolongamento do período letivo ao aluno que tem perfil trabalhador que se desloca de várias localidades para o cumprimento de seu curso, os docentes do NDE, entenderam que uma racionalização do tempo letivo, e ofertas de disciplinas optativas em regime semi-presencial, e deslocamento de atividades de pesquisa como a Produção de Monografia não ocupando espaços no horário permitiriam que se mantivesse a oferta em regime de quatro anos, desde que sejam implementadas mais cargas horárias com a contratação de quadros para desenvolvê-las. Ampliaram-se desta forma duas disciplinas Optativas, e duas disciplinas ofertadas em regime de educação semi-presencial.

Sobre as disciplinas optativas, ofertadas sempre no segundo semestre de cada ano letivo, a proposta entende que cada sua oferta será gradativa, primeiramente uma e, a medida que a matriz for avançando até o quarto ano, 4 disciplinas optativas serão ofertadas. As disciplinas serão de livre escolha pelos acadêmicos, inclusive abertas a outros cursos, respeitando sempre o número de até 40 inscritos por disciplina. A proposta entende ainda que as mesas serão ofertadas no mesmo dia e horário, tornando-se assim, efetivamente, disciplina de livre escolha no rol das ofertadas. O colegiado também aceitará disciplinas ofertadas em outros cursos como parte da carga horária optativa.

Ao mesmo tempo preocupada com a excessiva fragmentação dos currículos e na expectativa de flexibilizar a formação acadêmica, optamos por tornar grande parte das disciplinas em regime semestral com entrada anual. Entendemos que regime seriado anual levou ao "engessamento" dos cursos e do aluno, que não tem outra opção que não seja cursar o bloco rígido de disciplinas oferecido pela universidade. Além disso, há o problema da dependência. Quem é reprovado em uma matéria não tem tempo de assistir às aulas e fica sem acompanhamento do professor. Então, embora conservando algumas disciplinas dadas as suas especificidades, no caso as Metodologias do Ensino na 3^a. e 4^a. série, com 144 horas anuais, ou disciplinas que foram distribuídas em regime de 2 semestres, entendemos que um significativo avanço se percebe aí. Não existindo pré-requisitos

na maioria das disciplinas, o acadêmico pode seguir o semestre seguinte de maneira menos danosa à sua formação, bem como, não necessita aguardar um ano todo para aferir de seu desempenho na disciplina é suficiente ou não para sua aprovação.

Mais uma nota que julgamos pertinente é a oferta de 4 disciplinas optativas, que só estarão plenamente oferecidas ao final do primeiro ciclo formativo da nova matriz. Entendemos que a medida que estas disciplinas forem se efetivando, e com o compromisso de colocar as mesmas num mesmo dia e horário, o acadêmico poderá efetivamente construir uma parte de seu currículo, dada a indispensável rotatividade dos docentes e disciplinais ofertadas em diferentes anos. Optamos, como se verá, em manter sempre estas disciplinas no segundo semestre letivo, pois muitas vezes estas disciplinas farão o aprofundamento de debates produzidos em outros que a antecederam, muitas vezes na forma de tópicos ou, ainda, e talvez até mais importante, como forma de garantir efetivamente uma reflexão sobre o conjunto dos conteúdos apreendidos e sua metodologias para ação dos futuros docentes.

Sendo assim, e considerando as Diretrizes da Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, o Decreto nº 8752, de 9 de maio de 2016 que estabelece princípios e objetivos; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB nº 9394/96, Art 61, 62 e 62-A; a Lei nº1305, de 25 de julho de 2014, que institui o Plano Nacional da Educação; a Resolução nº 02, de 1º de julho de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada de Professores em Nível Superior nossa proposta tanto respeita a legislação vigente nos seus aspectos mais gerais, quanto atende determinações legais mais específicas, como a Lei 10.639/03 que trata do Ensino da História da África e da cultura afro-brasileira, como também a lei 11.645/08 que inclui a história e cultura indígena.

Notar-se-á, ainda, que procuramos dialogar com a **Proposta de Política Institucional para a Formação de Professores da Educação Básica na UNESPAR**, considerando alguns de seus aspectos, tais como: acesso às fontes de pesquisa, ao material de apoio pedagógico de qualidade, tempo de estudo e produção acadêmica-profissional e as dinâmicas pedagógicas que promovam uma

visão ampla do processo formativo, os diferentes ritmos, tempos e espaços, em face das múltiplas dimensões socioeducacionais e culturais. Como consta no documento supracitado o princípio que rege a formação docente é estabelecido pela compreensão da docência como uma ação educativa que se faz por meio de processos pedagógicos intencionais e metódicos, com conhecimentos específicos e interdisciplinares conduzidos por conceitos, princípios e objetivos que visam à formação plena do homem. Esse processo se desenvolve pelo constante diálogo entre as diferentes visões de mundo que deverá culminar na construção e apropriação de valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos, tendo como resultante a aquisição de conhecimentos científicos e culturais concomitantes com o desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Na nova proposta teremos duas condições que desde já julgamos pertinente apontar. A existência de disciplinas semi-presenciais com carga horária diferenciada (100h/a cada entre teórica e práticas) são pensadas como forma de responder tanto a complementação da carga horária de 3.200 horas do curso quanto, e principalmente, se articular com a integralização curricular da extensão. No momento oportuno o curso deverá operar uma proposta mais consolidada desta articulação, bem como, expressar mais claramente e em números precisos, como vai operacionalizar tais atividades extensionistas. Num primeiro momento o NDE entendeu que as 320 horas poderão mais facilmente ser cumpridas nas seguintes disciplinas: Educação Patrimonial e Ambiental, Cultura Afro-brasileira, Antropologia dos Povos Indígenas, História do Paraná I e II, História da América I e II, História do Brasil III, História do Brasil IV – República I e II, além das disciplinas de Metodologia e Prática do Ensino da História I e II, sendo que a primeira já teve sua carga horária ampliada em mais 36 horas para suportar futuramente tal dinâmica com maior acuidade. Bem como poderemos ainda fazer propostas interessantes em disciplinas optativas. Sua distribuição nos 1º. E 3º. anos do curso tem suas razões de ser. Acreditamos que localizada na primeira série parte desta carga horária focalizamos num eixo bastante importante para um curso de licenciatura que é a possibilidade de atuar na relação ensino e extensão. Com disciplinas de História da Cultura Afro-brasileira, Antropologia dos Povos Indígenas e Educação Patrimonial e Ambiental, somados a disciplina de Políticas Educacionais poderemos ofertar ponto

consistente de ação a partir de importante legislação sobre estes temas. Apenas a título de exemplo temos o ensino de história local nas escolas municipais na 3ª. Série da Educação Básica. Portanto, podemos atuar consistentemente aí, bem como atendendo as leis 10.639/03 e 11.645/08, tanto em escolas, quanto associações civis de diversas naturezas. Ou seja, temos visivelmente forte possibilidade de uma atuação na extensão centrada no multiculturalismo. Depois, estando outra parte da carga horária na 3ª. série com o processo de formação já em estado mais adiantado poderá fornecer ótimas oportunidades de natureza mais diversificada. Entendeu-se ainda, que a elaboração de uma Proposta de Seminário de Ensino, Pesquisa e Extensão precisa ser maturada para que o curso possa também, para além de atividades concentradas em disciplinas específicas, ter um momento mais particularizado e enfático sobre o tripé essencial da Universidade.

Sobre a Extensão, cabe constar ainda, que temos refletido sim sobre questões essenciais tais como a criação de instrumentos de medidas quantificáveis em plataforma institucional, protocolos de controle e criação de um instrumento de aferição partindo do ponto de vista do acadêmico e sua percepção da experiência extensionista em sua formação. Mas acreditamos que tendo no horizonte estas questões, seremos capazes de lapidar melhor nossas atividades com o decorrer do tempo e o contato mais direto e efetivo com esta prática.

Uma última nota sobre a curricularização das atividades extensionistas. Neste primeiro momento pensamos em 2 disciplinas semi-presenciais de 70 horas cada, totalizando 140 horas. Pensamos num Seminário e também na utilização de parte da carga horária dos Estágios. Como ainda temos um tempo legal até a efetivação da obrigatoriedade da curricularização da extensão, acreditamos que encontraremos caminhos mais adequados ao curso e dialogados com o campus e a UNESPAR como um todo, entendendo que todos ainda ressentem de uma leitura mais adequada de seu funcionamento, possibilidades, efetivação e instrumentos de controle.

Como realizamos modificações em praticamente todas as disciplinas e séries apresentaremos nossa proposta da seguinte forma: série por série, a matriz atual, um arrazoado de motivos que levaram a repensar a matriz vigente e a nova

proposta curricular.

1ª. Série Vigente

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA ANUAL
História Antiga	4 h/a	144 h/a
Teoria da História I	4 h/a	144 h/a
História do Brasil I	3 h/a	108 h/a
Antropologia Cultural	3 h/a	108 h/a
Patrimônio Cultural	2 h/a	72 h/a
Libras	2 h/a	72 h/a
História Oral	2 h/a	72 h/a

Várias considerações são pertinentes aqui. Começamos pelo fato de que todas as disciplinas são de regime anual, mesmo aquelas de 144 h/a. Nosso entendimento é que, embora conservando algumas disciplinas em regime anual, muitas delas poderiam ser concentradas num semestre para melhor concentração da temática a ser abordada ou, de outra forma, evitar que uma concentração significativa de carga horária, implique em significativo atraso formativo em caso de reprovação.

Com a abertura da disciplina de 120 horas-relógio (e todas serão apresentadas aqui em sua nova configuração de hora-relógio) como o caso de História Antiga, em duas disciplinas semestrais, entendemos permitir um ritmo mais dinâmico e que comprometa menos o processo formativo diminuindo o tempo de retenção acadêmica. Ao mesmo tempo, e esta reflexão será feita aqui para não ser retomada adiante, uma vez que várias vezes seria necessário versar sobre isso, corrigimos um problema de distribuição da carga horária com as disciplinas de 3

aulas semanais. Tal distribuição implicava que uma aula de cada dia letivo ficava isolada. Considerando o tempo de deslocamento do professor até a sala, possível montagem de materiais de apoio, e a posição desta aula, quase sempre a última, quando sabidamente o nível de esgotamento de alunos que trabalham ou se deslocam de outras cidades até nosso campus, implicava, reconhecidamente, numa perda significativa de aproveitamento daquela aula em específico. Mesmo seu deslocamento para a primeira aula da noite sempre acabou prejudicada, então, pelo ritmo de chegada de alunos que se deslocam de seus trabalhos ou de suas cidades até o campus. Ou seja, entendemos que ocorre significativa perda no processo de aprendizagem. Sem contar a dificuldade de organizar o horário em função da distribuição de aulas para os docentes. Dito de outra forma, reconhecemos que não vislumbramos todos estes problemas quando participamos da organização da matriz ora utilizada, mas entendemos que localizando o problema é nosso dever corrigi-lo. Entendemos ainda que para a História Antiga tal distribuição da carga horária permite tanto uma melhor cronologia e sistematização do conteúdo, quanto, e em ambos os casos, o evita os transtornos decorrentes de uma reprovação.

Cabe ressaltar, ainda, que julgamos mais oportuno fazer o deslocamento da disciplina de LIBRAS para a série final tanto por entendermos nossos alunos mais conscientes e preparados para o desafio que a educação de surdos nos impõe, quanto da necessidade mais premente que os mesmo podem ter nas suas atividades de estágio de regência e na sua ação docente que pode tanto já estar ocorrendo, quanto passar a ocorrer tão logo sua colação de grau ocorra. Ao mesmo tempo, e consoante com a legislação vigente, julgamos pertinente localizar já na primeira série as disciplinas que auxiliam os acadêmicos e futuros docentes a trabalharem com a diversidade na escola. Sendo assim, incluímos nos dois primeiros semestres iniciais as disciplinas de Antropologia dos Povos Indígenas e História da Cultura Afro-brasileira. Articulamos esta proposta com a oferta na 1ª. série da disciplina de Políticas Educacionais e seus desdobramentos do debate sobre Direitos Humanos. Daí a necessidade de realizar a conceituação de direitos humanos, refletir sobre sua historicidade e pensar nas implicações para o ambiente educacional. Para tal, e conjuntamente com a reflexão sobre Políticas Educacionais

permitir a análise de documentos nacionais e internacionais referentes à educação e aos direitos humanos, problematizando questões específicas relativas aos direitos humanos, como preconceito, discriminação, violência, políticas públicas, currículos escolares.

Cumprir dizer que a disciplina Antropologia Cultural foi renomeada para Antropologia dos Povos Indígenas, como anotado acima, que atualmente possui carga horária de 108 horas diminuirá carga horária para a totalidade de 60 horas. Considerando a equiparidade da disciplina com os demais cursos de história da UNESPAR, entendeu-se que com fins de equilibrar mais as possibilidades de transferências pode-se reduzir sem prejuízo a carga horária desta disciplina auxiliar que tem como escopo discutir a natureza da cultura humana em suas várias expressões. Como estava disposta acabava por reproduzir um discurso de cientificidade ligado a constituição da própria trajetória histórica da disciplina caracterizando contraditoriamente determinados aspectos de eurocentrismo.

Altera-se também sua natureza qualitativa para compreender-se como disciplina aplicada focada na história dos povos indígenas na América Portuguesa que deve ser transdisciplinar na relação que estabelece entre as disciplinas de história do Brasil e História da América, procurando atender o disposto nas leis 10.639, de 2003 e 11.645 de 2008. Esta última que altera a primeira promulgação com o alargamento para o ensino da cultura indígena nas escolas, que pedem professores qualificados para tal. Embora a presença indígena nas Américas esteja presente como conteúdo tanto nas disciplinas de História do Brasil I e II quanto na de História da América, o curso de história pretende fazer a atualização da disciplina de Antropologia Cultural que possibilita com ferramentas pedagógicas adequadas a valorização cultural e de inserção de mais estes sujeitos históricos que são via-de-regra invisibilizados nos demais conteúdos. O objetivo é glosar de maneira adequada os conteúdos já previstos nas demais disciplinas, e chamar a atenção para a variante de culturas humana e sua devida contribuição no processo histórico de constituição da civilização brasileira e sua presença ainda hoje.

Já a manutenção de Teoria da História com 120 horas é importante para oportunizar efetivamente uma reflexão sobre a introdução aos estudos históricos,

entender os rudimentos da ciência histórica e, aos poucos, aprofundar os debates sem causar o desconforto que o embate teórico pode causar em acadêmicos muitas vezes recém-saídos do Ensino Médio.

Dada a dimensão formativa do curso, forma licenciados em História, e aproveitando a longa experiência obtida com a disciplina de Patrimônio Histórico Cultural, o Núcleo Docente Estruturante do curso optou por oficializar aquilo que na prática já ocorria. Desta forma a Disciplina assume sua natureza profundamente educacional e não o faz em um vazio educacional ou das políticas de educação. Os municípios, responsáveis pela educação básica em séries iniciais, dispõe que em algum momento entre o 1º. e o 5º. Ano os alunos aprenderão sobre questões de história local e patrimônio histórico e cultural. Privilegiando a capacidade formativa do curso, sem descuidar das demandas educacionais, a disciplina se converte em Educação Patrimonial e Ambiental, preocupada igualmente em refletir os temas, natureza, ambiente e sociedade e as transformações no imaginário Ocidental acerca do mundo natural e as ações antrópicas. Cabe ressaltar que de maneira prática e iniciada já no primeiro semestre do curso, despertando cedo nos acadêmicos a dimensão de licenciandos na qual se encontram.

Temos ainda uma disciplina Optativa, a qual, quando a nova matriz estiver no seu quarto ano, permitirá uma integração significativa dos acadêmicos do curso, quiçá de fora dele, uma vez que os mesmos poderão escolher qual disciplina cursar, sendo que nossa proposta é ofertar ao longo do tempo, e à medida que a matriz for sendo integralizadas, todas no mesmo dia e horário. Cabe dizer ainda que as Disciplinas Optativas, e faremos as considerações todas aqui, alteram regulamentação sobre as disciplinas optativas na matriz de 2012 que dispunham-se de maneira limitada com oferta no segundo e quarto ano tendo em vista que até o final do curso havia a obrigatoriedade de cumprimento de duas delas. Desta maneira o caráter de opção do aluno se resolvia somente pela negatividade; se ele não desejava efetivar aquelas disciplinas ofertadas naqueles anos para cumprir em outro momento na primeira ou terceira série o que nem sempre se tornava viável, se o desejo do aluno fosse de cumprir o curso nos quatro anos regulares. A adequação agora proposta é que se ofertem disciplinas optativas nos quatro anos de curso

sendo que o aluno realiza sua matrícula naquela que ele possui afinidades. A política de ofertas deve seguir a regra de realizar o ajuste do horário de modo a que todas as disciplinas optativas sejam ofertadas em um mesmo dia da semana e em mesmo horário com fins de permitir o trânsito entre os alunos de cada série conforme escolha de sua matrícula. As disciplinas são todas cumpridas em caráter de obrigatoriedade, mas a política de oferta faz com que ao longo de quatro anos o discente seja exposto em até 16 opções de optativas que se alteram anualmente.

E, igualmente, após já termos discutido e apresentado nossos argumentos sobre a questão, ofertaremos uma disciplina semi-presencial dentro de um rol proposto e aproveitando situações ou condições específicas de determinados momentos. Estas disciplinas semi-presenciais são ofertadas levando em consideração o perfil do aluno trabalhador que estuda da UNESPAR e suprimindo a necessidade de abertura de novas disciplinas em caráter presencial que demandariam mais um semestre além do quarto ano para fechamento das cargas horárias prescritas pela nova regulamentação. Além disso, e como já expusemos, a presença destas disciplinas podem potencializar, assim que devidamente refletidas, as atividades de natureza extensionistas, com carga horária presencial para orientação e preparação de materiais e na interlocução com a sociedade com previsão de carga horária para tal.

Desta forma a proposta de matriz curricular está assim configurada:

1º. SEMESTRE	
História do Brasil I	60 h
Educação Patrimonial e Ambiental	60 h
Antropologia dos Povos Indígenas	60 h
Teoria da História I	60 h/a*
História Antiga I	60 h/a
2º. SEMESTRE	
Políticas Educacionais	60 h/a

Teoria da História I	60 h/a*
História Antiga II	60 h/a
Cultura Afro-brasileira	60 h/a
Optativa I	60 h/a
Universidade e Sociedade I	70 h/a

*Teoria da História I e II em Regime Anual de 120h/a. Apresentado em 60h/a no quadro para configurar cada semestre.

2ª. série Vigente

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA ANUAL
Didática da História	4 h/a	144 h/a
Teoria da História II	4 h/a	144 h/a
História do Brasil II	3 h/a	108 h/a
História Medieval	4 h/a	144 h/a
Iniciação a Pesquisa Histórica	3 h/a	108 h/a
Optativa I	2 h/a	62 h/a

No segundo ano do curso a opção foi por manter a Teoria da História com 120 h anuais, o que permite, entre outras coisas, que ela seja trabalhada por recorte cronológico ou de forma conceitual mais facilmente. A disciplina de História Medieval foi igualmente semestralizada e a disciplina de História do Brasil II, passou a ser complementada por outra, denominada Tópicos em Brasil Colônia onde, a partir de uma ementa mais ampla, pode-se aprofundar recortes temáticos mais específicos: administração colonial, mundos e intercâmbios coloniais, escravidão,

economia, sociedade, cultura, religião, etc. Se para o primeiro ano contemplamos Políticas Educacionais, acreditamos ser importante já no segundo ano, incorporar a reflexão didática, mas desde já com o enfoque na especificidade do ensino da História. Em diálogo constante com autores referenciais na área, como Jorn Rusen, Isabel Barca e outros que exploram as possibilidades da aprendizagem histórica refletindo sobre os fundamentos da consciência histórica. Da mesma forma, em função da dimensão formativa de nossos licenciandos, na segunda série localizamos igualmente a disciplina de Psicologia da Educação.

Na matriz de 2012 as disciplinas voltadas diretamente ao debate sobre o ensino de História iniciavam no segundo ano do curso com a disciplina Didática da História, disciplina de 144 h/a. Visando uma cobertura maior aos discentes de conteúdos que se articulem aos saberes pedagógicos e legais de sua profissão, subdividiu-se a carga horária da disciplina de didática da História para as duas primeiras séries, sendo que na primeira é criada a disciplina de Políticas Educacionais, já apresentada anteriormente, que discutirá além dos aspectos técnico legais, a qualificação dos programas de ensino, e as demandas da sociedade em relação a educação. Entendemos que se faz relevante uma mudança, trazendo para o primeiro ano do curso as articulações entre as disciplinas específicas e as pedagógicas para que o caráter de licenciatura do curso se reforce e as reflexões sobre a formação docente ocorram durante todo o processo.

A disciplina denominada Políticas Educacionais abordará a história da educação no Brasil, as políticas educacionais, a estrutura e organização da educação escolar, a Lei de Diretrizes e Base e a trajetória histórica do ensino de História no Brasil. Importantíssimo ressaltar, como pode se observar no ementário das disciplinas, que esta disciplina igualmente dará relevo para os debates sobre Educação e Direitos Humanos

Duas disciplinas merecem igualmente ser observadas de perto. A disciplina de Iniciação à Pesquisa Histórica (IPH) com quatro aulas semanais, pois dela resulta o projeto para a produção de monografia no terceiro ano. Como a elaboração do projeto exige tanto o conhecimento dos fundamentos da pesquisa histórica, quanto a leitura de bibliografia para apropriação de conteúdos necessários para a elaboração da reflexão, entendemos ser mais adequado localizá-lo no

primeiro semestre para que possíveis ajustes possam ocorrer também ao longo do ano e facilitar a escrita do texto monográfico no 3º. ano. Como uma ciência diretamente relacionada com o tempo, reconhecemos nele o fundamento para a maturação do aprendizado, reflexão e proposição de um tema de estudo suficientemente estruturado para quem esta em processo de formação. De outro lado, e sem descuidar da formação docente a nova matriz passa a contra com a Disciplina de Psicologia da Educação. A Matriz para o 2º. ano é composta ainda por mais uma disciplina optativa, sob a mesma justificativa feita para o 1º. ano e uma disciplina em regime semi-presencial.

Desta forma a proposição da nova matriz é esta:

1º. SEMESTRE	
Teoria da História II	60 h/a
Iniciação a Pesquisa Histórica (IPH)	60 h/a
História Medieval I	60 h/a
História do Brasil II	60 h/a
Psicologia da Educação	60 h/a
2º. SEMESTRE	
Teoria da História II	60 h/a
História Medieval II	60 h/a
Tópicos em Brasil Colônia	60 h/a
Optativa II	60 h/a
Didática da História	60 h/a

3ª. Série Vigente

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA ANUAL
História Moderna	4 h/a	144 h/a
Metodologia e Prática do Ensino de História I	3 h/a	108 h/a
História da América	3 h/a	108 h/a
História do Brasil III	4 h/a	144 h/a
Produção de Monografia	2 h/a	72 h/a
História da África	2 h/a	72 h/a
História do Paraná I	2 h/a	72 h/a

Para esta série foi importante consolidar a disciplina de História do Paraná num primeiro semestre entendendo que o tema regional é muitas vezes escolhido para os temas de pesquisa monográfica. Desta feita o subsídio que pode ser oferecido pela mesma deve ser considerado. A disciplina de América foi, não apenas rearticulada em função dos problemas decorrentes das 3 aulas no horário semanal, como, e principalmente, em função do arco temporal e geográfico que cobre, o que implica numa diversidade e multiplicidade enorme de temas e abordagens possíveis. Desta forma ela foi ampliada em mais uma hora no seu conjunto total, ou seja, duas aulas na 3ª. série e mais duas aulas na 4ª. série.

Metodologia e Prática do Ensino também passa a comportar 4 aulas em regime anual, embora apresentada no quadro em dois semestres, que foi apenas para demonstrar a composição de cada semestre. Acreditamos essencial num curso de formação docente que tenhamos tempo para maturar as reflexões sobre

ensino, didática, metodologias, planos de aula e tudo aquilo que implique numa formação adequada aos futuros docentes.

História do Brasil III, que na matriz vigente é composta de 4 aulas, passara a ter duas aulas no primeiro semestre e, será complementada pela disciplina de Tópicos em Brasil Imperial. Tal como apresentamos para o período colonial, podemos aprofundar aqui questões sobre identidade, nação, escravidão, heranças imperiais na sociedade atual etc. Ao mesmo tempo, tanto para o Brasil Colonial quanto Imperial, podemos aproveitar a disciplina de Tópicos para fazer os aprofundamentos da historiografia concernente aos dois casos.

No terceiro ano, com acompanhamento de seu orientador, além de um professor responsável pela disciplina, focamos na disciplina de Produção de Monografia e formação não do historiador – que se dá em uma formação mais aprofundada e em outros níveis formativos - mas de professores cientes de como se dá a produção do conhecimento histórico. Com esta disciplina acreditamos compor um arco formativo extremamente importante, composto pelas Teorias da História, Iniciação a Pesquisa Histórica e Produção de Monografia e as disciplinas de conteúdos específicos.

História da África foi mantida na mesma série, concentrada num semestre. Com uma proposta mais centrada no debate moderno e colonial, articula-se e completamente muitos dos debates produzidos tanto para História Antiga, quanto em Brasil e América e suas íntimas relações com a escravidão e, portanto, suas relações nos dois lados do Atlântico. Novamente complementa-se a matriz com uma optativa e uma semi-presencial. Para esta série constam ainda as 200 horas de Estágio Supervisionado, que a partir de 2018, passa a ter acompanhamento dos diferentes docentes do curso acompanhando seus orientandos. Ou seja, a disciplina de Metodologia e Prática do Ensino da História é de responsabilidade de um docente, mas o Estágio é compartilhado entre os docentes do curso.

1º. SEMESTRE

Metodologia e Prática de Ensino da História	60 h/a
História do Brasil III	60 h/a
História do Paraná I	60 h/a
História Moderna I	60 h/a
História da África	60 h/a
Produção de Monografia	30 h/a
2º. SEMESTRE	
Metodologia e Prática de Ensino da História	60 h/a
Tópicos em Brasil Imperial	60 h/a
História da América I	60 h/a
História Moderna II	60 h/a
Optativa III	60 h/a
Universidade e Sociedade II	70 h/a
Produção de Monografia	30 h/a
Estágio Supervisionado	200 h

4ª. Série Vigente

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA ANUAL
História Contemporânea	4 h/a	144 h/a
Metodologia e Prática do Ensino de História II	4 h/a	144 h/a
Optativa II	2 h/a	72 h/a
História do Brasil IV	4 h/a	144 h/a

História da Cultura Afro-brasileira	2 h/a	72 h/a
História do Paraná II	2 h/a	72 h/a

Como apontamos anteriormente a disciplina de LIBRAS foi deslocada para o último ano formativo do curso justamente por ser este o momento no qual os acadêmicos estão realizando seus estágios de regência, muitos já atuando em sala de aula como docentes e, todos, em vésperas de colar grau podendo assumir efetivamente a docência. Então alocar a disciplina nesta série é importante para que ela efetivamente se constitua como importante recurso para que nossos futuros docentes possam realmente trabalhar com processos inclusivos. Entendemos que mais conscientes dos processos educacionais e da responsabilidade de sua formação, atuem de maneira a extrair o máximo da disciplina.

A disciplina de Metodologia e Prática do Ensino, como já abordado anteriormente, conta com uma professora responsável e as atividades de Estágio Supervisionado divididas entre os docentes do curso, tentando equilibrar o número de orientandos entre os professores. A disciplina de História do Paraná II mantida na mesma série. História da América II, que significou a ampliação da carga horária desta disciplina, corrigindo o problema das 3 horas semanais alocadas todas no terceiro ano do curso, passa a compor o rol de disciplinas da série em regime semestral. Também foram semestralizadas as disciplinas de Contemporânea e Brasil, sendo as duas decompostas em I e II. A disciplina de Brasil, passa a ser República I e II. Cultura afro-brasileira como já foi explicado compõe a matriz do 1º. Ano. Além disso mais uma disciplina optativa no segundo semestre.

1º. SEMESTRE	
História Contemporânea I	60 h/a
História Brasil IV – Republica I	60 h/a
Metodologia e prática do Ensino da História II	60 h/a
História da América II	60 h/a

Libras	60 h/a
2º. SEMESTRE	
Metodologia e Prática de Ensino da História I	60 h/a
História Contemporânea II	60 h/a
História do Brasil IV – República II	60 h/a
História do Paraná II	60 h/a
Optativa IV	60 h/a
Estágio Supervisionado	200 h

A adequação agora proposta é que se ofertem disciplinas optativas nos quatro anos de curso sendo que o aluno realiza sua matrícula naquela que ele possui afinidades. A política de ofertas deve seguir a regra de realizar o ajuste do horário de modo a que todas as disciplinas optativas sejam ofertadas em um mesmo dia da semana e em mesmo horário com fins de permitir o trânsito entre os alunos de cada série conforme escolha de sua matrícula. As disciplinas são todas cumpridas em caráter de obrigatoriedade, mas a política de oferta faz com que ao longo de quatro anos o discente seja exposto em até 16 opções de optativas que se alteram anualmente.

Já as disciplinas no regime de educação semi-presencial - Universidade e Sociedade I e II levam em consideração o perfil do aluno trabalhador clientela da UNESPAR e suprimindo a necessidade de abertura de novas disciplinas em caráter presencial que demandariam mais um semestre além do quarto ano para fechamento das cargas horárias prescritas pela nova regulamentação. Desta forma, o curso utilizará destas duas disciplinas, no 2º. Semestre do 1º. e 3º. Ano respectivamente, para efetivar práticas extensionistas baseadas nas possibilidades abertas pelos debates produzidos em diferentes disciplinas ou aproveitando oportunidades e demandas específicas de cada momento.

Alterações quanto as avaliações nos cumprimentos de estágio, monografia e ações de extensão

O disposto para o ensino

O Plano Pedagógico do Curso de História de 2012 dispõe sobre o Trabalho Final de Estágio Supervisionado – TFES como o trabalho fundamental para a formação do professor, assim ele estava disposto na forma de banca organizada pela professora das Disciplinas de Metodologia e Prática de Ensino de História aferia o rendimento do aluno em sua experiência formativa nas escolas, somada a seu rendimento nas práticas da disciplina, em banca constituída por três professores dois da UNESPAR e um da escola campo de estágio. Desta banca se expedia uma nota final que avalizava a experiência.

A alteração no ensino

A alteração que se apresenta dispõe as experiências de estágio na forma de apresentação das práticas em seminário final que não se constitui em forma de banca e sim de apresentação de artigo final avaliado por somente dois professores da UNESPAR que acompanharam os estágios e realizaram orientações, na forma de parecer após a apresentação do seminário que ocorre em outubro. Efetivando-se assim anualmente o Seminário das práticas de ensino de história.

O disposto para a pesquisa

A regulamentação da produção de monografia de 2012, estabelece um trabalho acadêmico entre 30 a 40 laudas escrito na terceira série do curso, apresentado em evento científico ao final daquele ano, no qual comparece o professor orientador que atribui nota conforme o disposto no regulamento específico.

A alteração na pesquisa

O modelo proposto por este Plano Pedagógico altera não a natureza do trabalho que permanece sendo a monografia de 30 a 40 laudas, produzida

acompanhada pelo orientador. Mas o modo avaliativo descrito no Regulamento específico pede leitura de dois professores do campus de União da Vitória, que avaliam após apresentação formal do texto em seminário no final do ano pelo início do mês de novembro. Efetivando-se assim anualmente o Seminário das práticas de pesquisa.

O disposto para a extensão

As atividades extensionistas no âmbito do Plano pedagógico não se encontram dispostas como ações obrigatórias ou articuladas as componentes curriculares e sim no quesito de projetos integradores. Acontecendo portanto de forma irregular. A oferta da extensão ocorre segundo a disponibilidade de editais abertos pelo Fundo Paraná e atualmente o colegiado conta pontualmente com o projeto *Gênero e diversidade sexual: ações afirmativas para combater a violência* que atende a comunidade na orientação a vítimas de violência contra a mulher que atua em parceria com o coletivo *Mais que Amélias*.

A alteração na extensão

O presente Plano Pedagógico dispõe as formas de cumprimento da extensão em suas formas obrigatórias e optativas, e dispõe sobre a efetivação anual do Seminário das práticas de extensão a ocorrer na segunda quinzena do mês de novembro.

CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

Concepção

A possibilidade de consolidar as atividades da UNESPAR no que se refere à função social de seu desempenho em ensino, pesquisa e extensão, depende, cada vez mais, de uma definição clara de seu papel como instituição pública. Em um contexto em permanente transformação, o processo de modernização do país, com o avanço da qualificação em tecnologia, tem convivido face a face com o aumento

da complexidade das relações sociais. Desigualdade e tensões têm caracterizado a sociedade brasileira, exigindo das instituições públicas o comprometimento com o bem coletivo. As enormes proporções da pobreza tornam necessários projetos coletivos dotados de sustentação ética e racional. As incertezas que surgem, quando são avaliadas estratégias para a superação da desumanidade historicamente estabelecida, são resultantes da percepção da complexidade dos problemas vividos no contexto com o qual a UNESPAR interage. Essas incertezas merecem tanto mais atenção, quanto mais tomamos consciência das responsabilidades diretas e indiretas associadas às tomadas de posições diante dos problemas com que nos defrontamos.

As concepções de conhecimento que podem permitir à UNESPAR cumprir sua função social, necessariamente, devem levar em conta a intenção de propor visões da realidade que não sejam unívocas ou unilaterais. A possibilidade de convivência de posições diferentes, perspectivas variadas, é fundamental para a formação de conhecimento, com ponderação e rigor. O questionamento que surge com a comparação entre diferentes posições é fecundo para a renovação de idéias e o aumento da clareza quanto aos potenciais inerentes a diferentes procedimentos de reflexão.

Um conhecimento com pretensão de verdade absoluta deve resultar em distorção. Se compreendermos a realidade como caracterizada pela constante transformação, devemos encontrar métodos adequados para a produção de conhecimento, que levem em conta essa caracterização. A imposição de verdades absolutas remove da produção de conhecimento seu caráter histórico e dinâmico, impondo sobre a realidade modelos que autoritariamente se sobrepõem aos movimentos de mudança. O conhecimento não tem seu valor condicionado à ideia de que ele possa ser encarado como verdade irrefutável, como dogma. Seu valor depende de sua capacidade de dar conta da realidade, em sua constante transformação. Para isso, deve o próprio conhecimento ser transformado, superando limitações e interiorizando novas exigências apresentadas pelo processo de mudanças da realidade.

É preciso enfatizar que, ao entendermos a realidade como processo em constante mudança, não restringimos a realidade ao domínio específico do

mercado. Se é verdade que, em larga medida, o mercado de trabalho depende do fluxo de egressos do ensino superior, disso não resulta, no entanto, que a Universidade seja apenas uma prestadora de serviços para a cobertura de vagas.

Face a tudo isto, compreendemos que o Projeto Político Pedagógico do Curso de História do Campus de União da Vitória, consciente das transformações da realidade, propõe um encaminhamento para suas orientações acadêmicas, de modo a, na medida do possível, realizar intervenções no processo histórico. Essas intervenções devem acontecer de maneira que a realidade conduza suas mudanças no sentido de um aumento das condições de atendimento das demandas coletivas, e de uma diminuição da desigualdade social. Caso não contribua para esse sentido dos acontecimentos, considerando a responsabilidade que lhe cabe, ao curso de História, enquanto constituinte de um ambiente de Educação Superior, estaria se omitindo, ou contribuindo para o incremento de problemas. Por defender a sustentação de suas ações em valores éticos, o Curso quer, contra a omissão e contra o aumento dos problemas, firmar sua posição como responsável por benefícios à comunidade, como é esperado de uma instituição pública e gratuita capaz de interagir com o contexto que a mantém.

Se estivesse apenas cobrindo vagas do mercado de trabalho, o Curso estaria contribuindo para conservar o estado dos problemas sociais, pois as demandas do mercado, em larga medida, expressam contradições e conflitos do sistema econômico e político. Cumprir necessidades imediatas de viabilização das relações econômicas é menos do que deve ocupar a instituição pública e gratuita. Ela deve interferir no cerne das contradições e dos conflitos que reconhece à sua volta, realizando ações que beneficiem a sociedade com que interage.

Para isso, é fundamental que o Curso estabeleça expectativas, quanto ao perfil dos egressos de seus cursos. Um aluno que entra na UNESPAR deve, ao final de sua trajetória, ser um cidadão capaz de um envolvimento importante no quadro de mudanças sociais. A formação acadêmica deve não apenas dar condições para que exerça uma profissão, tendo um desempenho satisfatório, mas ir além disso. A formação acadêmica, independentemente das áreas de atuação, deve dar ao aluno a capacidade de identificar problemas relevantes à sua volta, avaliar diferentes posições quanto a esses problemas, conduzir sua postura de modo consciente, e

atuar junto à sociedade, que através dos recursos que a universidade investiu em sua formação. Deve dar a ele também a clareza de que, sendo formado em uma instituição pública, desta recebe a qualificação necessária para, através de suas ideias e seu trabalho, beneficiar a sociedade.

Ganhar um diploma não é, no caso, apenas uma forma de defender os próprios interesses, mas antes de tudo uma forma de contribuir para resolver problemas que dizem respeito a outras pessoas. Sem que se possa definir sua função social, o conhecimento adquirido se constitui apenas como exercício de individualismo. Em tempos de exigência de responsabilidade, em escala histórica sem precedentes no país, o individualismo se converte em vaidade e, no extremo, em frieza violenta e anti-social, que contraria os interesses de uma instituição pública e gratuita dedicada à educação.

Segundo Maria Auxiliadora Schmidt, a noção de 'educação histórica' permite a relação direta entre a aprendizagem histórica e compreensão histórica a partir dos pressupostos da ciência histórica. O aluno aprende história da mesma forma que historiadores fazem seu trabalho histórico, sem mediações cognitivas externas entre o ensino e aprendizagem descontextualizadas. Dentro da aprendizagem histórica a educação histórica se constrói de forma direta com o conhecimento histórico e a consciência histórica do aluno, se aprende história, historicamente. O resultado desse processo é a criação de uma racionalidade histórica onde as categorias do pensamento histórico, constroem uma forma de compreensão do raciocínio histórico e não a organização de um conhecimento histórico específico.²

Nessa perspectiva, além de preparar para uma atuação profissional, ou uma qualificação técnica, um curso acadêmico deve preparar para o enfrentamento das dificuldades colocadas pela experiência da vida em sociedade. Cada aluno deve ser encarado pela instituição como um sujeito capaz de participação atuante no âmbito coletivo, de entendimento do contexto em que vive, e de avaliação ética dos problemas colocados pela realidade. A formação acadêmica, deixando de lado o componente propriamente humanístico do processo de formação, reduz os estudantes a figuras anônimas e indiferentes. Cabe levar em conta o que o aluno do

² SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Aprender história: Perspectivas da educação histórica**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009

Curso de História vai fazer com o conhecimento obtido, como vai refletir a respeito dos problemas que o cercam, como vai avaliar as repercussões diretas e indiretas do emprego de seu conhecimento no contexto social. Conceber a competência intelectual em termos de qualificação puramente técnica, sem levar em conta esses elementos, é contribuir para a conservação de estruturas sociais injustas, fundamentadas em heranças autoritárias.

Estevão Resende Martins, sobre o fator valorativo de uma formação para as humanidades aberto pelo iluminismo no ambiente universitário, posiciona um arrazoado:

O esclarecimento objetivado pelas Luzes setecentistas, pois, é uma tarefa constante, cuja meta última é a libertação do homem de quaisquer coerções, de preconceitos tradicionais e de dominação ilegítima, mediante educação, crítica pública e debate livre que banissem a ignorância, a superstição e a intolerância. Para lá se chegar é indispensável o recurso ao uso maduro da razão como reguladora de todas as relações privadas e públicas. Sem identificar-se necessariamente com os projetos concretos de sua época, a proposta iluminista se articula como mola propulsora da modernidade, em que crítica e utopia se completam.³

Nesta esteira a perspectividade do conhecimento histórico sob a ótica aberta pelas luzes, situa que qualquer conhecimento é construído de um ponto de vista e exige uma sustentação, o que leva a forma expositiva do conhecimento histórico que deve ser sistematicamente argumentativa e demonstrativa. Entende-se que a ciência histórica é a fornecedora, com sua densidade do controle metódico da teoria e da prática de pesquisa, da tessitura explicativa das necessidades de autoidentificação dos agentes racionais humanos, mediante referência crítica ao presente, sem contudo submeter-se a este ou deixar-se por ele instrumentalizar-se.⁴ Assim em conformidade dos argumentos expressos, o curso de história da UNESPAR campus União da Vitória situa sua concepção do conhecimento histórico, nem vinculado, exclusivamente ao mercado e as pressões individualizantes, nem mesmo refém único do presente como perspectiva de realização humana, ou mesmo de ações estatizantes instrumentalizadoras.

Destarte o debate avançado que os conceitos de educação histórica e

³ MARTINS, Estevão Resende. Educação e consciência histórica. In: CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Educação histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011 p.77

⁴ Idem p.78

consciência histórica ganharam na primeira década do século XXI, a partir de vários grupos de pesquisa espalhados pelo mundo,⁵ na confluência de saberes entre a história e os saberes pedagógicos o curso de história preza pela concepção que a eficácia da aprendizagem histórica se efetiva na medida em que consegue vincular a experiência no tempo e da subjetividade dos sujeitos que apreendem a história, relaciona-as umas as outras e da capacidade de rearticulação discursiva nos termos da narrativa histórica.

A percepção que a área da didática da história, tem ganho cada vez mais área de responsabilidade frente as disciplinas pedagógicas, leva ao reconhecimento que para a conquista de espaço elabora novo objeto centrado na idéia de aprendizagem histórica que fornece sentido para as necessidades de orientação temporal dos aprendentes. A concepção pedagógica defendida neste projeto portanto está imbricada visceralmente com o conceito de conhecimento histórico que se defende, na busca pela libertação do homem das amarras condicionantes que se constroem também historicamente, e investigam a forma de aprendizagem que questionam os sentidos tradicionais, exemplares, críticos e genéticos sobre a experiência temporal.⁶

Somente quando a história deixar de ser aprendida como a mera absorção de um bloco de conhecimentos positivos, e surgir diretamente da elaboração de respostas a perguntas que se façam ao acervo de conhecimento acumulados, é que poderá ela ser apropriada produtivamente pelo aprendiz e se tornar fatos de determinação cultural na vida humana.⁷

A composição de nosso currículo é resultado da discussão coletiva do projeto político pedagógico e procura contemplar um núcleo que caracteriza a identidade do curso e em torno do qual se constrói uma estrutura que viabiliza uma formação mais generalista e que aproveite todas as possibilidades e todos os espaços de aprendizado possíveis.

⁵ Nos referimos aqui as elaborações teóricas de Jorn Rusen, Alemanha, pesquisas empíricas de Peter Lee, Inglaterra e Isabel Barca em Portugal, Hilary Cooper na Espanha, Maria Auxiliadora Schmidt no Brasil e muitos outros que exploram esforços de pesquisa em torno da idéia de vinculação com qualificação de aprendizado, capacidade de explicação narrativa e maturação de uma consciência histórica entre alunos nas escolas fim.

⁶ RUSEN, Jorn. Aprendizagem histórica: esboço de uma teoria. In: **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: WA editores, 2012. p.79-89

⁷ RUSEN, Jorn In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rusen e o ensino de história**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

Sendo assim, a flexibilização curricular é algo que se impõe nas reformas curriculares dos cursos de graduação face às exigências das rápidas transformações sócio-econômicas, geo-políticas, culturais e tecnológicas que vêm ocorrendo na sociedade, com seus desdobramentos gerais e particulares na educação, em especial, no ensino superior. Nesta perspectiva, esta preocupação insere-se num sentido maior - o combate aos efeitos desintegradores, anti-democráticos e anti-solidários presentes na sociedade contemporânea em crise.

A flexibilização curricular ao ser entendida no seu sentido político implica, por um lado, numa ação coletiva de contraposição “tanto à tradição normativa e autoritária do Estado brasileiro em relação ao ensino superior quanto à percepção tecnocrática e corporativa da sociedade, na qual a realidade social se segmenta, segundo a ótica dos interesses de corporações profissionais”.⁸

Nesse quadro de rupturas, o Colegiado de História concebe o movimento em direção a flexibilização curricular, aliada ao respeito à diversidade de sujeitos e práticas, como decorrente do exercício concreto da liberdade acadêmica e da cidadania no seu interior, da flexibilização do seu espaço/tempo físico e pedagógico, da organização/gestão administrativa e pedagógica/docente, da produção do conhecimento, da melhoria da sua infra-estrutura e das condições de trabalho dos professores e da valorização da categoria docente.

De acordo com o PDI UNESPAR (p.67.)

As políticas de ensino devem primar pela interdisciplinaridade na organização de suas matrizes curriculares, possibilitando aos acadêmicos exercitar sua criatividade com temas contemporaneamente relevantes, além da formação necessária para o bom desempenho do egresso.⁹

A flexibilização, para nós, insere-se então enquanto promotora de qualidade social para a prática pedagógica, em oposição à qualidade de resultados, e deve, de fato, contribuir para fortalecer o bem comum e o espaço público no interior e exterior da universidade, fortalecendo e legitimando-a socialmente.

Resta ainda uma discussão muito interessante e extremamente importante que é a articulação do curso de História com outras áreas da construção do saber,

⁸ http://www.forgrad.com.br/antigo/reunioes_antteriores.php , 2003 p. 106

⁹ UNESPAR. Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI -2011-2016 p.67

entendida por nós como a interdisciplinaridade.

O que me importa, disse o filósofo, não são nem as pedras nem as árvores, mas os homens na cidade. Não pôde ser fiel a essa afirmação até o fim. Sua reflexão sobre os homens na cidade conduziu-o a lhes atribuir um lugar no mundo e um parentesco de substância com as pedras e as árvores¹⁰.

Trabalhando sobre a situação do saber científico na contemporaneidade, Castoriadis destaca a importância da interrogação filosófica para todas as ciências, as quais passam hoje por uma situação de crise generalizada necessitando de uma reflexão profunda sobre suas categorias, sobre a relação com seus objetos, e sobre o saber que é gerado. Na verdade, este processo questiona a separação absoluta entre ciência e filosofia (e vice-versa), separação esta que impede a compreensão das problemáticas internas, do enraizamento histórico e principalmente da função social do saber científico; modelo da racionalidade técnica, cujos perigos - riscos de grande consequência; nos termos de Giddens - assustam a humanidade neste final de século.

Em conjunto com esta separação, temos aquela expressa na unidisciplinaridade, ou, "hiperespecialização", a qual impede uma visão interacional do que existe nas distintas áreas do conhecimento, e esgota-se como modelo explicativo do homem e de suas relações sociais.

Ao abordar a questão das disciplinas antropológicas (economia, direito, lingüística, psicanálise, sociologia e história), Castoriadis chama a atenção para o fato de que, entre estas, a separação se faz sentir com maior gravidade, uma vez que a unidade do objeto desafia imediatamente a dissecação científica. Questões econômicas, jurídico-políticas, psicossociais, culturais e históricas, são tratadas como nos sistemas mecânicos clássicos, de forma linear, reducionista e determinista, importando apenas "o homem na cidade", ou melhor, pedaços do homem, em partes da cidade, esquecendo-se a multiplicidade do Ser e do mundo.

Edgar Morin afirma categoricamente: *"os "hiperespecialistas" são pretensos conhecedores, mas de fato praticantes de uma inteligência cega, posto que parcelar e abstrata, evitando a globalidade e a contextualização dos problemas"*. Propõe-nos

¹⁰ CASTORIADIS, C. **As Encruzilhadas do Labirinto** Vol. III - O mundo fragmentado. Paz e Terra. 1992. P. 83

a "epistemologia da complexidade", na qual a rigidez da lógica clássica é substituída pela dialógica, e o conhecimento da integração das partes num todo é completada pelo reconhecimento da integração do todo no interior das partes. Isto nos alerta para a importância vital da contextualização.¹¹

Notemos que não se defende na prática interdisciplinar uma "unificação", na qual, a partir de uma axiomática geral, romperiam-se definitivamente as fronteiras disciplinares (e isto hoje está fora de cogitação). A interdisciplinaridade não nega as especialidades, e respeita o território de cada campo do conhecimento; o que se quer é superar a "separação extrema" entre as disciplinas, ou seja, *"a separação entre disciplinas do mesmo domínio e a separação da reflexão filosófica"* nestes termos Castoriadis; alerta para a superação da "hiperespecialização" e da necessidade de trabalhar o conhecimento através de interdependências e de conexões recíprocas. Gusdorf deixa claro isto ao salientar a questão da "complementaridade", onde os especialistas trabalham conscientes de seus limites e acolhendo as contribuições de outras disciplinas.

Calvino também, não deixou fora de suas "propostas" a interdisciplinaridade. Os cinco valores apresentados para o próximo milênio, são todos interrelacionados e no último - a "multiplicidade" - destaca o conhecimento como uma rede de conexões. Encerra seu trabalho (e sua vida) valorizando as relações, e defendendo uma visão pluralística e multifacetada do mundo, buscava uma obra que:

Nos permitisse sair da perspectiva limitada do eu individual, não só para entrar em outros eus semelhantes ao nosso, mas para fazer falar o que não tem palavra, o pássaro que pousa no beiral, a árvore na primavera e a árvore no outono, a pedra, o cimento, o plástico...¹².

Os argumentos de Calvino encontram-se com Castoriadis: *"o que nos importa são sempre os homens e sua cidade. Mas sabemos que não podemos separá-lo das pedras e das árvores"*,¹³ lição que já devíamos ter aprendido para superação do conhecimento tecnocrático.

No que tange aos educadores e à Universidade, num processo interdisciplinar, quero salientar Morin, quando diz: *"é necessário que os educadores*

¹¹ MORIN, Edgar. **Ciência com consciência** - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996

¹² CALVINO, I. **Seis propostas para o próximo milênio**. São Paulo, Cia. das Letras, 1993. p. 51

¹³ CASTORIADIS, C. Op. Cit. P. 102

se auto-eduquem, e se eduquem prestando atenção às gritantes necessidades do século, as quais são encarnadas também pelos estudantes. Eis a perspectiva histórica para o novo milênio. A universidade deve ultrapassar-se para se reencontrar".

Finalidades

Considerando a natureza do público atendido na graduação em História, e seu perfil de aluno trabalhador, e com pais com formações inferiores às que eles mesmo tem condições de galgar conforme o diagnóstico do Programa de Reestruturação de cursos da UNESPAR/2016, que aponta “A imensa maioria é constituída por trabalhadores, muitos com baixa renda, advindos da escola pública, com pouca escolaridade na família, sendo que boa parte reside em municípios vizinhos, dependendo de transporte complementar para garantir seu acesso à universidade.”¹⁴. Entende-se que a finalidade é ofertar sentido de orientação histórica para a vida vivida e profissional na região do contestado que possui baixos índices de desenvolvimento humanos nos municípios atingidos.

Antes de qualquer ação concreta foi preciso definir qual a orientação que iria reger esse processo curricular e entendemos então que seria uma formação centrada na qualificação de profissionais da educação em consonância com as novas dinâmicas do mercado de trabalho, ou seja, a formação primeira deve estar centrada na formação de professores, não regida pelo mercado, mas não desconsiderando este e a estrutura de oferta de postos nas salas de aula das redes públicas e privadas e órgãos públicos das cidades do entorno no sul do Estado do Paraná e Norte do Estado de Santa Catarina.

Como referencial a organização curricular, e as ações pedagógicas necessárias partimos de alguns pontos centrais para concretizar esta prática, quando as condições estruturais de manutenção do curso permitam integralmente:

- Desenvolver ações pedagógicas ao longo do curso que permitam interface real entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de que se possa produzir novos

¹⁴ <http://prograd.unespar.edu.br/programaseprojetos/2nova-etapa-programa-reestrutura-c-ao.pdf>

conhecimentos, a partir de processos investigativos demandados pelas necessidades sociais;

- As atividades complementares deverão contribuir para viabilizar a flexibilização curricular, mas não deverão ser consideradas o único meio de realizá-la;
- Disciplinas e atividades complementares deverão expressar a articulação das concepções político-pedagógicas que orientam a flexibilização curricular, não se limitando ao simples aumento de carga horária;
- Ampliar as interfaces entre as diversas áreas do conhecimento nos níveis de ensino, pesquisa e extensão;
- Atribuir procedimentos à mobilidade acadêmica para aproximar os sujeitos e experiências provenientes de diferentes trajetórias intra e inter-institucionais;
- Criar condições para que as diferentes demandas nas IES possam conduzir a uma formação social e profissional diversificada, superando, inclusive, as limitações impostas aos acadêmicos que freqüentam os cursos noturnos;

Ressalte-se, neste momento, que a *práxis* aqui aludida, inclui o ensino nas escolas de nível fundamental e médio da região de União da Vitória – que inclui municípios sob sua área de abrangência. A sociedade união vitoriense não foge à regra da sociedade brasileira: trata-se de um “cadinho étnico”. A UNESPAR e seu curso de história do Campus de União da Vitória tem, aí, a particularidade de atuar como mediadora da mobilidade social que se constitui de povos miscigenados, numa região que foi palco do movimento dos tropeiros e do qual nasceu; que tem reminiscências do Contestado e é, na atualidade, um dos eixos rodoviários alternativos para o Mercosul como se pode ver ao sul do Estado no mapa abaixo e nos dados de IHDM correspondentes:

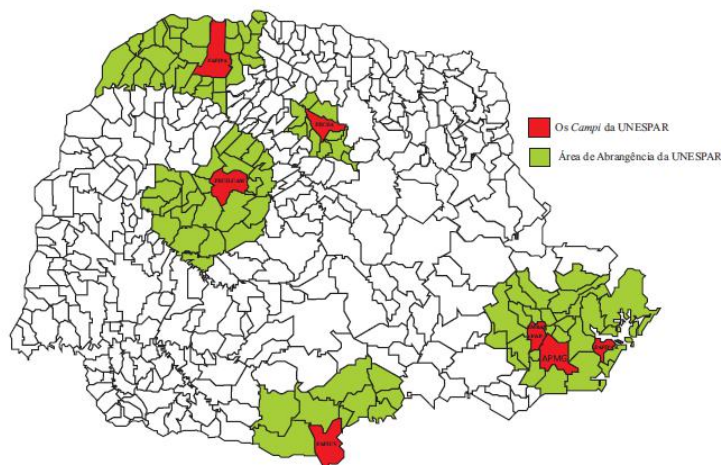


Figura 1 - Área de Abrangência da UNESPAR em 2011. Fonte: UNESPAR, 2011.

Ranking IHDM 2010	Município	IHDM 2010	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Municípios do sul paranaense					
764 °	União da Vitória*	0,740	0,713	0,837	0,680
1398 °	Paula Freitas	0,717	0,699	0,847	0,622
1331 °	São Mateus do Sul	0,719	0,711	0,838	0,623
1665 °	Paulo Frontin	0,708	0,688	0,806	0,639
1665 °	Mallet	0,708	0,681	0,809	0,645
2309 °	Porto Vitória	0,685	0,674	0,796	0,600
2738 °	Bituruna	0,667	0,645	0,829	0,556
2802 °	Cruz Machado	0,664	0,635	0,845	0,545
3070 °	General Carneiro	0,652	0,638	0,816	0,532
Municípios do Norte Catarinense					
87 °	Porto União*	0,786	0,752	0,891	0,724
420 °	Canoinhas	0,757	0,717	0,874	0,692
1720 °	Três Barras	0,706	0,677	0,814	0,639
1934 °	Irineópolis	0,699	0,720	0,836	0,567

2545 °	Bela Vista do Toldo	0,675	0,624	0,826	0,598
2964 °	Matos Costa	0,657	0,630	0,831	0,541

*Municípios: Sede e de ação direta da UNESPAR – Campus União da Vitória ¹⁵

Observados os dados referentes ao IHD dos municípios dos quais procedem cerca de 58% dos alunos do curso de História detecta-se que a micro-região encontra-se na faixa de IHD Média considerada pela ONU, no entanto com discrepâncias regionais alarmantes entre aqueles que tendem ao IHD alto como são União da Vitória e do lado Catarinense da fronteira, Porto União comparados os municípios no entorno que tendem ao baixo. Observa-se o papel de proeminência dos índices destes municípios sede e de ação direta, frente aos demais, o que aumenta a responsabilidade formativa da UNESPAR na busca pela eliminação das diferenças entre os municípios mais empobrecidos e os que possuem maior renda e por consequência índices melhores, principalmente quanto ao quesito educação, que é o que possui no geral os piores índices e maiores diferenças. No Estado do Paraná que conta com diferenças claras entre os três municípios de IHD baixo no quesito educação é que o trabalho deve ser mais intenso por parte do curso, que deve ter por finalidade a construção de um sentido regional e uma memória histórica temporalmente orientada para o exercício da prática pedagógica em sua licenciatura e nas escolas em que os egressos irão atuar.

Objetivos

De modo amplo os principais espaços de trabalho do Profissional de História continuam sendo as escolas da rede pública e particular de ensino. Portanto, podemos afirmar que um percentual significativo dos egressos irá atuar na rede pública e privada de ensino, de onde muitos deles são oriundos. Eis que este é o

¹⁵ Dados brutos Disponíveis em

http://www.pnud.org.br/IDH/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM

Qualificação dos resultados segundo a ONU:

0,800 a 1,000	Muito Alto
0,700 a 0,799	Alto
0,600 a 0,699	Médio
0,500 a 0,599	Baixo
0,000 a 0,499	Muito Baixo

objetivo geral e central de nosso curso: formar licenciados em História.

Entretanto, atualmente já existem profissionais trabalhando em Arquivos Históricos Municipais, trabalhando e organizando museus locais e participando de atividades de pesquisa sobre o Patrimônio Histórico da região. Ou seja, aproveitando as possibilidades postas no atual contexto graduados em história tem sido chamados para atuar como gestores de Museus, institutos de pesquisa e serviços de Patrimônio e Estatística; como autores de livros didáticos; como organizadores de arquivos e bancos de dados formatados para as novas tecnologias e linguagens; como assessores políticos ou culturais, enfim, áreas que atestam a associação entre pesquisa e ensino.

Além disso, o Curso objetiva propiciar uma boa base de estudo para quem deseja continuar seus estudos em nível de pós-graduação e seguir carreira universitária. Portanto, ao lado da feição pedagógica da profissão de historiador-educador temos insistido na ideia de que a formação extrapola o âmbito da sala de aula e aponta para um maior acesso aos bens culturais e às artes. Ou seja, acreditamos que nossa perspectiva de formação dos acadêmicos formados no curso de História da UNESPAR contempla o contido nos Projetos Referenciais Nacionais dos Cursos de Graduação e nas Bases Nacionais Comuns Curriculares¹⁶– Licenciaturas e Bacharelado, que indica a necessidade de que a formação do professor em história seja complementada pela formação do pesquisador e do difusor de suas pesquisas por intermédio da sala de aula e outros veículos na comunidade, bem como no meio científico. Um curso que prima pela formação de professores na modalidade de uma licenciatura tem por objetivos específicos:

Quanto ao ensino:

- a) Proporcionar ao futuro profissional da educação da área de História uma visão de conjunto das possibilidades de trabalho e sua inserção na sociedade.

¹⁶ http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/themes/wp-simple/CURRICULOS/Parana_Diretrizes_Curriculares_da_Educacao_Basica_Historia.pdf
<http://www.castelobranco.br/site/arquivos/pdf/Referenciais-Curriculares-Nacionais-v-2010-04-29.pdf>

- b) Habilitar profissionais capacitados para desempenharem funções no âmbito do ensino fundamental e médio tanto das escolas públicas quanto das particulares;
- c) Criar condições teóricas, metodológicas e práticas, para que os licenciados em História tornem-se atores efetivos na construção e reflexão do projeto político-pedagógico da escola em que estão inseridos;
- d) Oferecer subsídios aos licenciados em história no sentido da elaboração de planejamentos curriculares, de forma participativa, contemplando os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, capazes de formar o educando para o exercício profissional;
- e) Promover ações didático-pedagógicas de caráter transdisciplinar no processo de formação do professor de História;
- f) Capacitar no âmbito dos conhecimentos técnicos disciplinares, para a execução do ensino de saberes histórico-críticos.
- g) Garantir que o processo de ensino-aprendizagem integre as atividades desenvolvidas entre a Universidade, as escolas e a comunidade;
- h) Possibilitar a utilização dos saberes e sua integração teórico-prática no espaço de trabalho da educação, considerando a possibilidade da transdisciplinariedade.

Quanto a pesquisa:

- i) Desenvolver atividades de pesquisa de campo, em bases de dados informacionais e fundos de arquivo para dar maior suporte ao aluno;
- j) Fornecer aos acadêmicos, sólido embasamento teórico historiográfico que possibilite a operacionalização da ação de pesquisa e se traduza em propostas educativas de forma correta e eficaz.

Quanto a extensão:

- k) Ampliar e estimular a inserção institucional dos docentes e discentes com a comunidade científica regional e nacional ao mesmo tempo em que fornece a comunidade em que se insere suporte a compreensão histórica, identitária, pluralista por meio de ações que forneçam sentido de orientação temporal aos agentes, sujeitos da sociedade do vale do Iguaçu.
- l) Qualificar profissionais com a formação teórico-metodológica necessária à execução de projetos sociais que levem em conta uma expressão ampla de identidades e memórias que incluem aí a regionalidade, bem como Consciência histórico-crítica amadurecida sobre os elementos de pertencimentos locais e mais amplos.
- m) Desempenho de projetos que colem, dados, saberes e práticas das comunidades envolvidas, com intuito de investigação, problematização e solução de demandas dos sujeitos da comunidade envolvidos, e incentivo as práticas que realimentam a pesquisa e o ensino.

Pressupostos orientadores da metodologia de atuação

O princípio da indissociabilidade universitária, entre ensino, pesquisa e extensão, é um dos imperativos da Constituição brasileira de 1988. De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. Tendo em vista tal especificidade o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade

entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. Nesse sentido concordamos com o que aponta Pucci ¹⁷, a expressão “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” não deve ser considerada como uma fraseologia de efeito, mas deve ser um instrumento na direção da construção de uma universidade de um bom nível acadêmico, pública, autônoma, democrática, que efetivamente propicie a inclusão da maioria de acordo com suas necessidades concretas.

Para Maria das Graças Silva ¹⁸ as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história. Por sua vez, Magnani ¹⁹ indica que, nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais ²⁰. Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

Logo, a indissociabilidade pode ser entendida como um princípio orientador da universidade nascido sob o influxo dos debates que estabelecem o lugar da universidade no seio da sociedade em geral, recebendo, daí, uma nítida influência daquela terceira tendência sugerida por Pereira Júnior ²¹ – a de um conhecimento científico em diálogo permanente com as demandas sociais. Neste sentido o termo indissociabilidade remete à ideia da interligação existente entre o Ensino Pesquisa-

¹⁷ PUCCI, Bruno. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**. Impulso: Piracicaba, 1991. p.33-42

¹⁸ SILVA, Maria das Graças. **Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária?** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. Anais... Caxambu: ANPEd, 2000

¹⁹ MAGNANI, Ivetti. **Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. Anais... Caxambu: ANPEd, 2002

²⁰ Op cit. SILVA, Maria das Graças. **Universidade e sociedade**. ...

²¹ PEREIRA JÚNIOR, Alfredo. **A universidade pública e os desafios do desenvolvimento**. La Insígnia: Brasil, 13 jan. 2005.

Extensão, refletindo “um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico”²².

Pensar o fazer universitário a partir desse prisma, implica o reconhecimento de que a formação do professor deve ocorrer “articulada à vivência do real, imersa na própria realidade, fundada em uma relação dialética entre teoria e prática”²³. Por outra perspectiva, deve-se reconhecer a necessidade de os professores estarem capacitados para assumirem uma nova pedagogia: aquela que permita ser efetiva a tridimensionalidade do fazer universitário. De acordo com as orientações constantes no Plano Nacional de Graduação essa nova pedagogia traz em seu bojo o conceito de indissociabilidade o qual, se considerado considerado como eixo na formação do graduado, evita o reducionismo de antigas práticas. Dessa forma, é inegável que a indissociabilidade constitui-se princípio orientador da qualidade da produção universitária, que favorece o diálogo entre universidade e a sociedade e permite a substituição da unilateralidade pela interatividade do conhecimento²⁴.

Esse princípio encontra-se descrito na Política Nacional de Extensão Universitária ao definir a extensão universitária como um “processo que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”²⁵. Nesse sentido, a extensão universitária, por meio da intervenção social, além de promover benefícios à comunidade receptora, trazendo mudanças à vida das pessoas, diminuindo a distância entre a universidade e a comunidade, deve proporcionar aos estudantes a oportunidade de incluírem em sua formação do profissional a vivência de atitude cidadã, cujos conhecimentos tornam-se significativos à medida que contribuem para a superação das desigualdades sociais existentes²⁶.

²² ANDES-SN para a Universidade Brasileira. n.º 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003. p.30

²³ DIAS, Ana Maria Iori. **Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão**. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, vol. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009 p.42

²⁴ SANTOS, Boaventura Sousa. **A universidade no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2004.

²⁵ FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão**. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006 p.05

²⁶ Idem

Para reforçar, a LDB no artigo 43, inciso VII, estabelece como uma das finalidades da educação superior “promover a extensão, aberta à participação população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. Para que essa capacidade da extensão de ser a articuladora das outras funções da universidade, é mister que os professores sejam afeitos à investigação. Entende-se, dessa forma, que a pesquisa é o primeiro passo para a realização de qualquer ação interventora, pois através dela consegue-se problematizar a realidade, definir conceitos, metodologias e recursos necessários para o alcance dos objetivos e metas estabelecidos.

A extensão relacionada com a pesquisa, permite ao acadêmico diagnosticar um leque de questões para as quais poderá buscar soluções no retorno à sala de aula. As discussões teóricas empreendidas pelo ensino darão o aporte necessário à formação de conhecimentos, assumindo a perspectiva de ensino com “um novo diálogo interdisciplinar, uma organização curricular que acolha, ao eixo científico básico que informa a área de conhecimento relacionada à atuação profissional, a contribuição de ciências conexas”²⁷.

Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Metodologias de ensino

Observando o disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível Superior, cursos de Licenciatura de Graduação Plena, instituídos pela Resolução CNE/CP nº 1/2002 e a atualização normativa do Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais

²⁷ FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO ... **Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção**. [Rio de Janeiro], 1999

pertinentes, o Plano Pedagógico de História da UNESPAR- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Campus de União da Vitória, define aqui os princípios norteadores de sua organização curricular.

Como parte estruturante dos princípios norteadores de sua organização curricular o curso de história visa efetiva aprendizagem do estudante executando a totalidade das cargas horárias previstas em seus componentes curriculares com seus conteúdos referentes, quando distribui a disciplina de história do Brasil ao longo de seu período formativo de 04 anos entendendo que este conjunto de conhecimentos deve ser amplamente consolidado como forma de afirmação de identidades e de reconhecimento de sua própria sociedade. De forma equivalente quando realiza-se a mesma distribuição para os conteúdos de História do Paraná em 02 dois anos visando identificações plenas e de reinvestimento e significações culturais entre sujeitos e objetos de estudo viabilizando com isso o nascimento da consciência histórica. A aprendizagem nesta ordem de normatividade é entendida como um processo que reconstrói incessantemente ao longo do processo formativo seus conteúdos, formas de aprendizagem e amadurecimento da consciência histórica. De acordo com Rusen “A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo”²⁸ Nesse sentido o tempo histórico é reinvestido pelo trabalho constante e permanente com a constituição dos tempos históricos na vida prática que se transformam em referenciais de auto identidade.

As cargas horária previstas para o cumprimento das Práticas de Componentes Curriculares encontram-se distribuídas ao longo das disciplinas que compõe a estrutura curricular e se referem ao exercício de atividades de enriquecimento cultural que se constitui em uma preocupação da Coordenação do curso para elaboração de metas de atuação do curso, que pode promover conferências de encerramento de curso, editais de concursos artísticos e estéticos, viagens de pesquisa de campo que envolvam o curso como um todo, convênios de atuação entre colegiado e poderes públicos para atuação em museus, centros culturais e casas de memória.

²⁸ RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica. Teoria da história:** os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 p.59

Tais atividades devem estar ancoradas em dinâmicas de aprendizado que advêm dos saberes de seu núcleo básico de maneira ampla e estão previstas como mínimo de 08 (oito) horas anuais de efetivação, mas que via-de-regra as horas que ultrapassem este pequeno número, se situam como acréscimo as cargas horárias previstas para cada componente curricular. Ex: Viagens de campo que agreguem vários destinos e saberes de forma a serem aproveitados por pelo menos três componentes curriculares, ou concursos artísticos que abordem os saberes gerais que articulados ao objeto o concurso sirvam a comunidade acadêmica ou a sociedade.

De forma a vencer a carga horária mais ampla prevista para esta natureza de atividades individualmente os professores se envolvem, ou propõe projetos que prevêm uma carga efetiva de acordo com o disponível para suas componentes curriculares mas que podem ultrapassar esta, que tanto podem atingir objetivos culturais, quanto para o aprimoramento das práticas investigativas, na medida em que propõe em nível de colegiado inserções dos acadêmicos sob sua responsabilidade editais, projetos de fundos que contemplem as áreas dos componentes curriculares a que estão atribuídos de maneira específica. Ex: viagens de pesquisa a fontes documentais, ligados aos componentes curriculares História do Brasil ou Paraná, elaboração de sites de publicização de fontes documentais referentes aos componentes curriculares de história Antiga ou Medieval, ou projetos de ordem pedagógica que se instrumentalizem aos componentes curriculares de Didática da História, Metodologia e prática do ensino de história e outras.

Da pesquisa:

Além dos projetos individuais e editais e propostas de curso o aprimoramento em práticas investigativas ocorre especificamente, na distribuição de componentes curriculares que contemplam a demanda da pesquisa científica, como Iniciação a Pesquisa Histórica, Produção de Monografia, outros dois componentes curriculares comportam atividades investigativas que estruturam suas ementas, Patrimônio Histórico Cultural e História Oral, no levantamento de dados patrimoniais e acervos arquivísticos bem como na realização de entrevistas, em todos estes

casos a relação e distribuição entre carga horária formal e Práticas de Componentes curriculares proporcionalmente é superior as demais componentes e sozinhas representam cerca de 172 horas de atuação dentre as 400 horas previstas.

A organização curricular portanto prevê o cumprimento das horas dos componentes curriculares segundo suas ementas, que designam a ordem das atividades suas cargas horárias e como os projetos propostos se articulam, dentro da carga horária prevista para cada componente curricular sob responsabilidade dos respectivos docentes.

As descobertas científicas dos discentes se canalizam para apresentação em eventos de pesquisa assistido pelo professor orientador, no qual o acadêmico apresenta sua produção, após o que pode ser encaminhado para publicações em revistas indexadas.

Do ensino:

Quanto ao desenvolvimento de hábitos de colaboração e de trabalho em equipe entre o corpo discente as dinâmicas de atuação dos docentes, privilegiam a integração das turmas com propostas de trabalhos apresentados em regimes de seminário, pesquisas de campo realizadas em duplas ou pequenos grupos, dinâmicas de debates em modelos Grupo de verbalização/Grupo de Observação, na interação referente às práticas de estágio supervisionado junto as escolas, somado a isto os projetos já citados que naturalmente promovem estas coesões de equipe e trabalhos partilhados. Tais exercícios são efetivos e via-de-regra se encontram descritos nas ementas dos respectivos componentes curriculares.

O acolhimento e o trato da diversidade, ocorre no curso de história, na medida que sua organização curricular, estabelece, a existência da disciplina de Libras, História e cultura afro brasileira de seu núcleo complementar, mas para além disto quando insere em suas propostas por intermédio de seus componentes curriculares a abordagem plural da visibilidade de outras culturas e sociedades no tempo e no espaço onde a exemplo também estão considerados o diversos grupos

indígenas que se visibilizam pela disciplina de Antropologia Cultural. Os componentes curriculares oriundos de seu núcleo pedagógico se orientam para os marcos de legislação dos PCN's²⁹ que travam um diálogo interno entre os demais componentes curriculares do curso que se efetivam na elaboração de um relato de atividades de ensino enfeixados em Trabalho Final de Estágio Supervisionado a ser apresentado na forma de banca final de avaliação. Tal desenvolvimento das práticas de estágio levados a cabo na conexão entre os saberes curriculares previstos prioriza a capacidade de aprender e ensinar dentro das especificidades de grupos e indivíduos. Compreende-se que existem eixos transversais mais correlacionados³⁰, as ciências humanas do que outros, o curso e seus professores devem formar na perspectiva de que ao efetivarem suas práticas pedagógicas os egressos devem atuar como facilitadores de conteúdo e atuações nos meios pedagógicos de suas escolas e comunidades.

Assim atendendo o artigo Art. 11. da Resolução CNE/CP nº 1/2002 que solicita os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares o plano de eixos norteadores fica assim delimitado:

O Eixo Articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional que somam os saberes referentes ao núcleo pedagógico e específico compreendem 1.980 horas

A Articulação da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia profissional e intelectual; cumpridas nas atividades de estágio supervisionado 400 horas.

Reconhecendo o Eixo Articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade; cumpridas 360 horas referentes ao núcleo complementar que efetua um trânsito de valores e operacionalizam formas de saber-fazer e competências.

Tendo por critério do Eixo Articulador da Formação Comum cumpridas em 900 horas com a Formação específica cumpridas em 1548 horas, entende-se que uma sólida formação técnica-científica pode ser alcançada;

²⁹ Op. cit. - Os PCN's de história para os 3º e 4º ciclo do ensino fundamental bem como os referentes ao ensino médio delimitam eixos transversais: ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural

³⁰ Ética, orientação sexual, pluralidade cultural sendo que saúde e meio ambiente possuem mais atributos técnicos.

Por fim, os Eixos Articuladores dos conhecimentos filosóficos a serem ensinados, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa; transmitidos em 432 horas presenciais somadas ao Eixo articulador das dimensões teóricas e práticas, efetuadas nos espaços das escolas que somam mais 600 horas totalizam 832 horas.

A alteração normativa do Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução Nº 2, de 1º de julho de 2015 impõe o incremento de carga horária em mais 200 horas que para o eixo articulador do núcleo pedagógico e específico, justamente aquele que atende aos critérios de âmbito profissional, seja atendido em sua totalidade. Uma reformulação de nova matriz e novos parâmetros de cumprimento da carga horária, se encontram em debate entre o corpo docente de forma ampla e seu Núcleo Docente Estruturante -NDE visando até 2017 atender esta demanda, como se pode ver no documento reformulado a ser submetido ao Programa de Reestruturação de Cursos da UNESAR efetivado pela PROGRAD no escopo das pró-reitorias da universidade.

Da extensão:

Os projetos que integram o acadêmico a sua dinâmica de práticas profissionais, são os projetos de perfil extensionista que são subvencionados pelo governo do Estado do Paraná SETI, por intermédio de seu programa Universidade Sem Fronteiras - USF. O Colegiado de história submete regularmente propostas e já contou com dois projetos realizados *Contando nossa história: A História local como espaço privilegiado para o convívio comunitário e exercício da cidadania ativa* e *Os catadores da margem esquerda: Coleta, sobrevivência e identidade no Médio Iguaçu do início do século XXI*, ambos articuladores de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos, porém com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de resignificação da história e de seu papel na sociedade.

Ainda que de maneira descontinuada tem ofertado atividades de extensão, atualmente mantido pelo USF o colegiado de história conta com o projeto extensionista *Gênero e diversidade sexual: ações afirmativas para combater a*

violência que atende a comunidade na orientação a vítimas de violência contra a mulher que atua em parceria com o coletivo *Mais que Amélias*.

O colegiado conta com aluna bolsista da graduação, financiada com recursos da UNESPAR via PIBEX – Programa de Incentivo a Extensão que atua no arquivo histórico, descrito posteriormente, e que intenta publicizar material de acervo a comunidade de forma ampla e acadêmica de pesquisa.

A curricularização das atividades de extensão são atualmente ponto de debate constante no NDE e no formato que assumirá futuramente tanto, o arranjo dos ementários das novas disciplinas quanto, a oferta de seminário de extensão que acolha as experiências desenvolvidas por professores e alunos no atendimento a comunidade. Anteriormente, neste mesmo documento, apontamos nossa reflexão mais detalhada para o cumprimento da curricularização da extensão. (vide página 19)

Avaliação do Plano Pedagógico e auto avaliação do curso

A auto-avaliação do curso vem sendo feita nas reuniões semanais do colegiado, e mais substantivamente na reuniões do Núcleo Docente Estruturante - NDE, momentos nos quais são discutidas as ações realizadas pelos professores e alunos, as disciplinas do curso, metodologias, bibliografias e projetos em andamento pelo grupo de professores. A partir dessas reflexões estabelecem-se novas metas e alteram-se procedimentos. Estes momentos são fundamentais porque possibilitam aos professores elementos de integração entre si além de oferecer uma visão do conjunto sobre o todo do curso permitindo melhor ajustamento aos planejamentos e assim ter melhor condições de avaliação, seja de sua própria atividade, seja do desempenho dos alunos.

Avaliação interna

A Avaliação Institucional na UNESPAR é concebida como um processo organizado afim de colher subsídios para a melhoria e o aperfeiçoamento da

qualidade institucional. Tem como foco os processos, fluxos, resultados e estruturas, buscando dar suporte ao processo de planejamento institucional, identificando insuficiências, apontando vantagens, subsidiando a sugestão de diretrizes e critérios para as políticas e metas da Instituição pela produção de informações para tomada de decisões.

Essa avaliação torna-se o alicerce da gestão universitária, propiciando condições de verificar a eficácia da configuração institucional adotada, qual a sua adequação aos objetivos institucionais, qual a relação entre as definições contidas, os princípios e fins da UNESPAR e a prática efetiva do cotidiano, promovendo condições para que a instituição consiga identificar suas práticas refletir sobre seus limites e possibilidades, explicar suas políticas, os seus objetivos e o seu projeto para o futuro.

Entendemos que por meio da avaliação institucional aparecem indicadores que nos dão suporte para melhorar o que é necessário. Consideramos fundamental a participação dos professores, alunos e de todas as pessoas envolvidas e interessadas na educação com o elevado propósito de se promover o aperfeiçoamento intelectual e o preparo profissional.

Então, considerando o quanto é importante avaliar, foi proposto um processo de avaliação institucional, que começou com uma avaliação interna da FAFI, em 2004. Neste primeiro momento foi para cumprir a proposta da auto avaliação institucional que se aplicou um questionário a 24 alunos e egressos do Curso de História, sendo que todos responderam à pesquisa e forneceram importantes subsídios para que fosse possível estipular metas e resultados no PPC de 2006.

Das diversas respostas, sintetizamos alguns resultados que merecem comentário e destaque dado à premência para o Curso de História.

A maioria do grupo tinha a época idade entre 21 e 31 anos, estando metade residindo em União da Vitória. Oito trabalhavam no magistério e dois estavam realizando o seu segundo curso superior.

A maioria considerou o curso de História bom ou ótimo quanto a: avaliação em geral, formulação pedagógica e articulação e relevância das disciplinas pedagógicas. Vinte entrevistados acharam que o curso tem muita valorização

humanística e todos entenderam que isto é importante para inclusão no seu currículo, bem como consideraram também importante a inclusão de mais disciplinas dentro da estrutura curricular, o que acaba por justificar naquele momento as ofertas de duas disciplinas optativas, para dar conta deste anseio de nossa comunidade acadêmica.

Quanto à ênfase da realidade sócio – política – econômica e ecológica catorze compreenderam que ocorre. Os temas dos conteúdos do curso são aprovados pela maioria, tanto pelas exigências do mercado de trabalho, quanto pela valorização humana e pelos objetivos a serem atingidos, como também pela bibliografia e foco nos conteúdos. Houve, porém, segundo os entrevistados, opiniões sobre a necessidade de melhor distribuir as disciplinas entre os professores, evitando sobrecarga de atividades ou desvio de conhecimento segundo a especialidade de cada professor.

Quanto a avaliação de aprendizagem, a maioria concordou que está de acordo com o que propõe o curso, não há método que provoque tensão na sua aplicação e os seus resultados são satisfatoriamente transmitidos aos alunos.

Por fim, uma análise que mereceu bastante atenção e que, por certo, influenciou as conclusões do PPC é o fato de mais de 50% dos entrevistados afirmarem, naquele momento, que não continuariam cursos relacionados à sua formação.

No ano 2005, pela Portaria 006/2005, foi nomeada na FAFI a Comissão Própria de Avaliação – CPA, regulamentado pela Resolução 005/2005 – GD de 20 de setembro de 2005. Os resultados da Avaliação Institucional do Curso de História e a proposta de ação do Departamento de História para o ano de 2006 em relação às fragilidades apresentadas estão contemplados em planilha abaixo.

Após análise dos dados apresentados, em 2006 o Departamento, buscando corrigir falhas e provocar melhorias nas fragilidades apresentadas, elaborou a proposta de um planejamento de ações a serem desempenhadas após o ano de 2006 que tiveram por base o relatório da CPA que mapeou por dimensões e diagnósticos:

Dimensão: MISSÃO E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	
Diagnósticos	Metas
Desconhecimento do PPP Institucional	Tornar conhecido
Desconhecimento do PDI	Tornar conhecido
Dimensão: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	
Pouca relação entre currículo e demandas sociais	Melhor articulação do Currículo em relação Instituição e Sociedade
Necessidade de maior estímulo a formação docente.	Fomentar práticas que estimulem a melhoria do ensino.
As atividades extensionistas da FAFI encontram-se divulgadas de forma insuficiente aos acadêmicos.	Divulgação ampla
Ausência de integração entre os cursos de graduação e pós graduação.	Propor a COEXP uma atividade conjunta nesse sentido.
Dimensão: RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO	
Os acadêmicos entendem que a Instituição oferece poucos eventos a comunidade acadêmica e comunidade externa.	Entendemos que a Instituição oferece em todas as áreas todas as áreas e a comunidade externa tem sido convidada e não tem respondido ao convite.

Do conjunto de diagnósticos foram colocadas em ações: Oferta de curso sobre História Local aberto aos professores de História do Ensino Fundamental e Médio e acadêmicos, como também oficinas sobre ensino de História. Semana de História com conferências e mesas redondas. Realização de Atividades

Extensionistas envolvendo ensino e pesquisa com participação dos acadêmicos.

Nem todas as ações puderam ser aferidas anos depois, pela mudança no método de averiguação daquela comissão que generalizou mais os dados e apontou mais restritamente os principais problemas estruturais.

No ano de 2011 outra avaliação foi realizada pela CPA. Os resultados individuais da avaliação realizada pelos alunos em relação aos professores foram entregues no início de 2012 a cada professor para que todos reavaliassem suas práticas, caso necessário. Os resultados gerais em relação ao curso como um todo foram processados pela CPA e o relatório da comissão 2011/12 indicou de maneira mais sumária o fato da maior deficiência para o curso de história ser o acervo bibliográfico e seu volume considerado insatisfatório.

Indicaram-se como metas essenciais: Melhorias da infra-estrutura da biblioteca, com aquisição de bibliografia atualizada.

Como ação a ser pensada para efetivação de sanar o problema foi indicada além de uma seleção prévia feita pelos docentes por títulos, dentro de seus programas de curso, convocamos os discentes para participar dos editais, indicando livros que poderiam compor as listas de aquisição, de acordo com seus interesses, relevância, etc.

Os livros na área de história no ano de 2016 são 2636 títulos distribuídos em 3980 exemplares do que deduz-se pelo acervo atualmente informado que não houve capacidade do Campus de realizar novas aquisições via procedimentos licitatórios.

Já a avaliação realizada pelos egressos naquele documento indicou que a percepção da contribuição dos conhecimentos adquiridos na graduação para o curso de história tiveram cerca de 78,26% dos ex-alunos afirmando que contribuíram significativamente contra 21,73% que consideraram que pouco contribuíram. Aguarda-se hoje novo relatório ainda não processado da CPA que levantou dados em data posterior

Avaliação Externa

O compromisso com a qualidade do curso e a seriedade com que são

recebidos os resultados destas avaliações tem proporcionado ao curso atingir um maior índice de qualidade e eficiência.

O ENADE que integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) verificou em 2008 o desempenho dos estudantes do curso de História da FAFIUV, incluindo grupos de estudantes ingressantes (23 alunos responderam a prova) e concluintes (17 alunos responderam a prova), selecionados por amostragem. Apresentamos a seguir os resultados obtidos nesta avaliação.

O conceito do curso que depende do desempenho dos estudantes concluintes no componente específico (75% da nota) e na formação geral (25% da nota) foi 4.

O indicador de diferença do desempenho observado e esperado – IDD foi 5 revelando que o curso está acima da média do que é esperado dele considerando o perfil de seus estudante.

Sobre o desempenho dos estudantes, no ano de 2008 a nota média dos concluintes e ingressantes em formação geral foi maior na instituição do que no Brasil. Os primeiros atingiram 60,8 enquanto no Brasil a nota foi 46,9 e os segundos 56,0 de média na instituição, sendo 46,1 a média brasileira.

Novamente para 2008 no componente específico a média da instituição dos concluintes e ingressantes foi também maior que a média no Brasil. Na instituição foi de 52,1 para os primeiros enquanto no Brasil foi de 35,4 e em relação aos ingressantes, na instituição a média foi de 38,4 e no Brasil 32,5.

Para o ano de 2014 foram concluintes (17 alunos responderam a prova), selecionados por amostragem. Apresentamos a seguir os resultados obtidos nesta avaliação em que o CPC ficou na casa dos 3,6 qualificando o curso com uma nota 04 em função do IDD.

Sobre o desempenho dos estudantes de história no ano de 2014, a nota média dos concluintes em formação geral foi maior na instituição do que no Brasil, atingiram 66,4 enquanto no Brasil a nota foi 58,3. No componente específico a média da instituição dos concluintes foi também maior que a média no Brasil, instituição foi de 55,1 enquanto no Brasil foi de 35,6. Tais resultados confirmam a manutenção por três ENADES consecutivos de uma posição do curso de história do Campus de União da Vitória como o primeiro curso do Estado do Paraná e entre os

quinze melhores cursos de história do Brasil todo.

Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

A avaliação é parte fundamental do processo de formação de professores, seja enquanto tema a ser refletido visando a preparação para as tarefas avaliativas que exercerão nas escolas em que atuarão, seja enquanto forma de percepção da apreensão do conteúdos próprios da História e das competências necessárias ao licenciado em História.

O ensino direcionado para o desenvolvimento dessas competências, entendendo aqui competências como a capacidade do sujeito para mobilizar recursos cognitivos no intuito de abordar uma situação complexa³¹ tem a avaliação como condição de aprendizagem já que é através dela que o professor pode perceber em que medida os alunos apreendem ou não os conteúdos trabalhados em aula ou demais atividades acadêmicas.

Considerando que as atividades do curso de História são diversas, fugindo à premissa de aulas expositivas desprovidas da participação ativa dos alunos enquanto sujeitos de sua própria formação a concepção de avaliação presente no curso segue o mesmo caminho, indo além das provas bimestrais, necessárias, porém não suficientes para verificar a aprendizagem como um todo.

O método da História que abrange o trabalho com vestígios e fontes históricas, a fundamentação na historiografia, a problematização do conteúdo e sua organização estruturada em narrativas históricas é desenvolvido nas diferentes disciplinas com atividades de pesquisa, análise de fontes, resenhas e fichamentos de produções historiográficas, seminários e debates, culminando em artigos, testes escritos, comunicações em eventos científicos e práticas docentes em escolas.

Tal dinâmica confere à avaliação um caráter processual possibilitando a verificação do desempenho do acadêmico ao longo do curso pautando-se em diferentes atividades o que permite que o mesmo demonstre suas competências

³¹ MORETTO, V. P. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

diante de diferentes situações.

Compartilha-se assim da postura proposta por Luckesi³² ao salientar que

A avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem.³³

Conforme prevê o Regimento da UNESPAR em seu capítulo X, após a aferição de notas às provas e trabalhos, os alunos têm direito de acesso aos mesmos para perceber como se deram os resultados, e mesmo direito de revisão de avaliação. O professor se achar conveniente e/ou tiver interesse em arquivar as provas e trabalhos poderá fazê-lo.

O sistema de avaliação para os efeitos de oficializar a promoção do aluno segue os critérios formalizados pelo Regimento Interno da Instituição, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. É inegável que avalia-se também para obter nota, pois é uma exigência do sistema educacional porém, é importante se fazer uma análise, dentro de outra postura, percebendo o processo de evolução do aluno no dia-a-dia do trabalho escolar.

Entende-se que a avaliação deve ser um meio de fornecer subsídios para o projeto de ensino do professor, questionando, criando hipóteses lógicas e reconstruindo conhecimento e o fazer pedagógico. O processo de avaliação deve ser um elo de continuidade no trabalho do educador e não um mero ato de julgamento.

PERFIL DO PROFISSIONAL- FORMAÇÃO GERAL

Saberes docentes na formação geral

À condição de administrar e mobilizar valores, iniciativas de caráter decisivo e conhecimentos denomina-se competência. Considerem-se, neste conceito, os valores chamados “idiossincráticos”, isto é, aqueles que estão internalizados no sujeito e fazem parte de seus “*status quo*” pessoal. “Toda competência está

³² LUCKESI, C. C. **A avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002.

³³ Idem p.81

fundamentalmente ligada a uma prática social de certa complexidade. Não a um gesto dado, mas sim a um conjunto de gestos, posturas e palavra inscritas na prática que lhes confere sentido e continuidade”³⁴

As competências estão, no nosso entendimento, diretamente relacionadas com as habilidades, de forma que não há uma concepção de divisibilidade entre ambas; tanto nas competências, quanto nas habilidades, deverá ocorrer, para o egresso do Curso de História, como vimos no perfil profissional do egresso, o domínio de diferentes concepções metodológicas e teóricas sobre a educação, a investigação e a análise de relações sócio-históricas, envolvendo a problematização que se faz em relação ao espaço-tempo nas ações dos sujeitos na História e desenvolvendo a pesquisa e a difusão do conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

Sem embargo, podemos reafirmar que é essencial o caminho da construção do conhecimento e das competências no ambiente de formação como também é fundamental que esta prática se estenda para os locais de atuação do profissional da história. Buscando de maneira sistêmica a interdisciplinaridade proporcionada pelo ensino, pesquisa e extensão na formação acadêmica com vistas a atingir a transdisciplinariedade em campo profissional. Tendo na história, seu conhecimento e em suas práticas o entendimento crítico para entender e explicar as questões de caráter sócio culturais, políticas e econômicas da vida em sociedade.

O nosso século é alcunhado, significativamente, como a “era do conhecimento”, quando se dá primazia à apreensão do conhecimento, muito mais dinâmica e envolvente que o sintético “aprender”, que se processa tão-somente pela repetição constante. A apreensão, por ser sistêmica, envolve o sujeito, não apenas como elemento pertencente ao meio, mas como parte que é envolvida e envolve o tempo histórico. Desta maneira a história sob o ponto de vista da atuação profissional de seus agentes por si só deve desmistificar a existência e ou reafirmação do sintético aprender promulgado no âmbito comum.

Sendo assim, o professor licenciado em História é aquele que, de acordo com as competências estabelecidas no Projeto Pedagógico do Curso de História, seja um mediador da construção do processo de conceituação de seus alunos ou das

³⁴ PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999. p. 34

pesquisas, quando exercendo a função de pesquisador, a fim de promover a apreensão do conhecimento histórico e seu desenvolvimento no campo social, com real estímulo para que o aprendizado histórico seja integralizado à “sociedade do conhecimento”.

O professor é elemento chave na organização das situações de aprendizagem e ensinagem, pois lhe compete dar condições para que o aluno "aprenda a aprender", desenvolvendo situações de vivência de ensino sob várias abordagens diferenciadas, estimulando a articulação entre saberes e competências. Reafirma-se, assim, a aprendizagem como uma construção, cujo epicentro é o próprio aprendiz ou a pesquisa que permita fomentar o conhecimento na dinâmica social.

Desta forma é que se permite inferir que as competências podem ser alicerçadas em três tópicos-síntese de sua formação geral, quando o egresso do curso de História deverá:

- a) Dominar com competência os vários temas e conteúdos que são básicos para atuar de maneira assertiva na atividade de professor-pesquisador no Ensino Fundamental e Médio.
- b) Dominar as diferentes concepções teórico-metodológicas que referenciam a construção do conhecimento histórico apoiado em estrutura de modelo pedagógico apropriado para a sua prática e de sua difusão em atividades didáticas.
- c) Transitar pelas fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, sendo capaz de demarcar seus campos específicos e, sobretudo, de qualificar o que é próprio do conhecimento histórico.

Depreende-se do último tópico-síntese, a necessidade de definir a competência como fator essencial para que o profissional licenciado em História posicione-se como alavanca do saber histórico, atuando como formador crítico do corpo social. Tendo em vista sua formação de imersão no campo cultural, antropológico e social que o faz estar instrumentalizado dominar o de entendimento dos cotidianos históricos.

Espera-se, desta forma, que o profissional licenciado em História saiba

formular questões críticas relativas à atuação pedagógica do educador e à busca inquietante do pesquisador e esteja dotado de uma consciência analítica e crítica da evolução e produção histórica, com capacidade de transmissão pedagógica e didática do conhecimento histórico acumulado e percepção da continuidade de estudos e pesquisas que fomentem sua carreira e sua atuação social.

Na esteira de tal pensamento, deve-se estimular e convergir à formação do licenciado em História também para o entendimento da importância das atuais tecnologias de comunicação como instrumentos acessórios, mas indispensáveis para propiciar a “construção e a apropriação de um significativo instrumental de análise quanto de ação sobre os diversos aspectos da vida em sociedade”.³⁵

Por derradeiro, na concepção que se pretende formar o Licenciado em História na UNESPAR campus União da Vitória é premissa indispensável que alie a técnica à teoria, compreendendo e permitindo que se compreenda que a tecnologia não é mera “informatização”, mas uma visão sistêmica das relações da História com as outras disciplinas em favor da melhor comunicação humana, que se desenvolve em tempo real e engendra uma cultura universal, acompanhada de todas as ressonâncias das particularidades, isto é, “trata-se do universal sem totalidade”.³⁶

Perfil do profissional

Ao longo de muitos anos a história enquanto área de conhecimento tem ocupado várias dimensões, e muitas foram às teorias que a colocaram entre o seu reconhecimento, como conhecimento que faz entender a vida e, por outro lado a busca pelo status de ciência. Estes dois vieses trouxeram para o âmbito da discussão teórica da sua abrangência uma problemática que se dá como elemento norteador da sua prática e conseqüentemente de sua existência enquanto meio de ensino e pesquisa. O que por sua vez exerce categorização sobre o perfil profissional do egresso no sentido de não dissociar o professor do pesquisador, em uma relação dialética que se estabelece no âmbito dos recortes epistemológicos feitos pelo professor no instante em que se utiliza de seus instrumentais de trabalho, da teoria escolhida, do campo pedagógico estruturante e, por conseguinte

³⁵ BRASIL, Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História e geografia**. Secretaria de educação fundamental: Brasília. MEC/SEF, 1997

³⁶ LEVY, P. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Editora 34. S/d

da pesquisa que norteia sua atuação docente.

A defesa de formação de um professor pesquisador efetuada por este documento se pauta na esteira de uma reflexão amadurecida sobre o papel de licenciados em história que não só sabem como é produzido seu conhecimento básico por que o desempenharam durante sua graduação, como também se questionam se a validade deste conhecimento conquistado, via pesquisa se operacionaliza no exercício pedagógico de sua função maior.

Menga Ludke lembra-nos da importância da colaboração entre os dois tipos de pesquisadores, o de dentro da escola e o de dentro da universidade, cada qual com sua expertise, mas juntos em uma obra comum. Isso tudo numa perspectiva de reconceitualização da pesquisa do professor (do practitioner), feita e aceita pela própria universidade, que aliás se beneficiaria dessa abertura.³⁷

O professor pesquisador e o professor reflexivo, no fundo, correspondem a correntes (conceitos) diferentes para dizer a mesma coisa. São nomes distintos, maneiras diferentes dos teóricos da literatura pedagógica abordarem uma mesma realidade. A realidade é que o professor pesquisador é aquele que pesquisa ou que reflete sobre a sua prática. Portanto, aqui estamos dentro do paradigma do professor reflexivo. É evidente que podemos encontrar dezenas de textos para explicar a diferença entre esses conceitos, mas creio que, no fundo, no fundo, eles fazem parte de um mesmo movimento de preocupação com um professor que é um professor indagador, que é um professor que assume a sua própria realidade escolar como um objeto de pesquisa, como objeto de reflexão, como objeto de análise.³⁸

A exposição acima também nos faz afirmar que a pesquisa do professor tem caráter essencial, pois o professor que pesquisa tem como recurso uma retaguarda de conhecimentos mais férteis e cuja amplitude propicia melhores resultados no exercício da prática docente. Principalmente porque em geral está conectada com objetivos sociais e políticos mais amplos. Portanto, *“...o professor pesquisador centra-se na consideração da prática, que passa a ser meio, fundamento e destinação dos saberes que suscita, desde que esses possam ser orientados e*

³⁷ LUDKE, Menga. **O professor, seu saber e sua pesquisa.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a06v2274.pdf>

³⁸ NÓVOA, Antônio. **O professor pesquisador e reflexivo.** Entrevista concedida em 13 de setembro de 2001. Disponível em: http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/antonio_novoa.htm Acessado em 22/11/2010

apropriados pela ação reflexiva do professor.”³⁹

Levando em consideração como condição conceber a atuação pedagógica, sob a prática reflexiva e não meramente uma atividade técnica, se faz necessário que o docente aproprie-se de saberes que adquirem processos reflexivos com o coletivo dos profissionais e em contínuo diálogo com as teorias de maneira indispensável, levando em consideração que a experiência por si só não é formadora. Neste sentido, o curso de história da UNESPAR do campus União da Vitória percebe a importância da formação de um professor crítico, reflexivo/pesquisador, ou seja, a formação de um profissional capaz de analisar sua própria prática e através desta estar preparado para contribuir com a formação continuada de pessoas capazes de pensar, formar para o pensamento e não simplesmente para a recepção de informações.

Assim o licenciado depois de concluído o processo formativo total, deverá estar capacitado ao exercício do trabalho de ensino e pesquisa em história em história em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. A partir da formulação do PPC estabelecido para o Curso de História, é possível estabelecer a formação pretendida para a atividade profissional, fundamentada na vinculação entre ensino e pesquisa, para estabelecer um perfil concreto da carreira dos egressos.

Para que essa formação profissional seja satisfatória, o curso deve levar em conta as necessidades do mercado de atuação de âmbito regional e as demandas que exigem a presença do professor de História ou do pesquisador em escolas, outras Universidades, Museus, Arquivos, Institutos e afins. Outra frente das demandas pelo profissional da história vai no sentido da participação em assessorias na produção de cartilhas pedagógicas, textos históricos, documentários e produtos audiovisuais em que o passado ganha representação e necessita de uma abordagem pedagógica em sua apresentação aos mais variados públicos como se verá no tópico do campo de atuação profissional.

Espera-se, desta forma, que o profissional licenciado em História saiba

³⁹ MIRANDA, Marília G. de. **O professor pesquisador e sua pretensão de resolver a relação entre a teoria e a prática na formação de professores**. In: O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 5 ed, 2006, p.129-143

formular questões críticas relativas à atuação pedagógica do educador e à busca inquietante do pesquisador. Assim, quer-se que o egresso, tendo completado o tempo de graduação e sido aprovado na forma curricular, desenvolva as seguintes competências:

- a) Esteja dotado de uma consciência analítica e crítica da evolução e produção histórica.
- b) Tenha capacidade de reprodução pedagógica e didática do conhecimento histórico acumulado e percepção da continuidade de estudos e pesquisas que fomentem sua carreira.
- c) Que entenda que a sua formação acadêmica é de professor-pesquisador, para o que deve reunir habilidades de pensar criticamente, comunicar-se de maneira eficaz e de valorizar a busca de conhecimentos pelos seus alunos.
- d) Que tenha competência comunicativa na escrita e na oratória, de forma que, na sua atuação em sala de aula ou na pesquisa, leve em consideração a importância das linguagens que permeiam todo o processo de comunicação e formação das culturas na História.
- e) Que saiba integrar com eficiência e eficácia os conhecimentos apreendidos, a postura didática, o uso de meios auxiliares e as inovações tecnológicas.
- f) Que tenha consciência da necessidade de constante atualização profissional, que inclui: avaliar crítica de sua atuação pedagógica e dos materiais que utiliza; revisão bibliográfica permanente; execução de projetos de ensino e pesquisa; preservação do patrimônio histórico e ambiental.
- g) Que tenha capacidade de reconhecer e trabalhar com a diversidade cultural, étnica, de gênero e etária presente na sociedade brasileira.
- h) Preparado para o trato relacional das práticas psicopedagógicas e didáticas de ensino com crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais e as das comunidades indígenas/quilombola bem como

conhecimento sobre dimensão cultural, social, política e econômica da educação;

- i) Entenda que a sua formação acadêmica é de professor-pesquisador, para o que deve reunir habilidades de pensar criticamente, comunicar-se de maneira eficaz e de valorizar a busca de conhecimentos pelos seus alunos.
- j) Demonstre competência comunicativa na escrita e na oratória, de forma que, na sua atuação em sala de aula e em ambiente de prática docente ou na pesquisa, leve em consideração a importância das linguagens que permeiam todo o processo de comunicação e formação das culturas na História.
- k) Que saiba integrar com eficiência e eficácia os conhecimentos apreendidos, a postura didática, o uso de meios auxiliares e as inovações tecnológicas.

A partir do desenvolvimento dessas competências da formação complementar e interdisciplinar previstas neste PPC, o licenciado estará capacitado para atuar em diferentes setores da sociedade suprimindo demandas sociais específicas relativas ao seu campo de conhecimento. Estando capacitado ao exercício do trabalho de ensino, pesquisa e extensão em história em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. A partir da formulação do PPC estabelecido para o Curso de História da UNESPAR campus União da Vitória, foi possível estabelecer a formação pretendida para a atividade profissional, fundamentada na vinculação entre ensino, pesquisa e extensão, para estabelecer um perfil concreto da carreira dos egressos.

4. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO – Matriz Curricular a partir de 2019

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS			
Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. Formação GERAL (forma o perfil nacional, de acordo com a Diretriz Nacional)		Teoria da História I	60
		Teoria da História II	60
		Teoria da História III	60
		Teoria da História IV	60
		Iniciação a Pesquisa Histórica	60
		Políticas Educacionais	60
		Psicologia da Educação	60
		Didática da História	60
		Metodologia e Prática do Ensino de História I	120
		Metodologia e Prática do Ensino de História II	120
		História do Brasil I	60
		História do Brasil II	60
		História do Brasil III	60
		História do Brasil IV – República I	60
		História do Brasil IV – República II	60
		História Antiga I	60
		História Antiga II	60
		História Medieval I	60
		História Medieval II	60
		História Moderna I	60
		História Moderna II	60
	História Contemporânea I	60	
	História Contemporânea II	60	
	Antropologia e história dos povos indígenas	60	
	História da América I	60	

		História da América II	60
		História da África	60
		História e Cultura Afro-Brasileira	60
		Libras	60
Sub Total			1860h
2. Formação DIFERENCIADA (Forma o perfil específico de cada <i>campus</i>)		Educação Patrimonial e Ambiental	60
		História do Paraná I	60
		História do Paraná II	60
		Tópicos em Brasil Colônia	60
		Tópicos em Brasil Império	60
		Universidade e Sociedade I	70
		Universidade e Sociedade II	70
Sub total			440 h
3. Formação INDEPENDENTE (opção individual, escolhida pelo aluno dentre as disciplinas ofertadas pelos cursos)		Optativa (01)	60
		Optativa (02)	60
		Optativa (03)	60
		Optativa (04)	60
		(Não discriminar o nome das disciplinas)	
Sub Total			240 h
Sub-Total 1=2=			2540h
Estágio e/ou TCC e/ou Monografia e/ou Prática de ensino		Estágio Curricular Superv.	200
		Estágio Curricular Superv.	200
		Produção de monografia	60
Sub Total			460 h
Atividades Acadêmicas Complementares (mín. 5%)		Atividades Complementares acadêmico-científicas e culturais	200 h
TOTAL Hora-Relógio			3200h

5. DISTRIBUIÇÃO ANUAL/SEMESTRAL DAS DISCIPLINAS

Código	Disciplina	Pré-requisito e Código	Carga Horária			Forma de Oferta	
			Teórica	Prática (PCC)	Total	Semestral	Anual
	1º Ano						
	História do Brasil I		50h	10h	60h	X	
	Cultura Afro-brasileira		50h	10h	60h		

	Educação Patrimonial e Ambiental		45h	15h	60h	X	
	Teoria da História I		55h	5h	60h		X
	Teoria da História II		55h	5h	60h		X
	História Antiga I		55h	5h	60h	X	
	História Antiga II		55h	5h	60h	X	
	Antropologia e história dos povos indígenas		50h	10h	60h	X	
	Políticas Educacionais		50h	10h	60h	X	
	Optativa		50h	10h	60h	X	
	Universidade e Sociedade I		20	50h	70h	X	
	TOTAL		535h	135h	670 h		
	2º Ano						
	Psicologia da Educação		60h		60h		X
	Didática da História		50h	10h	60h	X	
	História do Brasil II		55h	5h	60h	X	
	Tópicos em Brasil Colônia		55h	5h	60h	X	
	Iniciação à Pesquisa Histórica		40h	20h	60h		X
	História Medieval I		50h	10h	60h	X	
	História Medieval II		55h	5h	60h	X	
	Teoria da História III		50h	10h	60h		X
	Teoria da História IV		50h	10h	60h		X
	Optativa		50h	10h	60h	X	
	TOTAL		495h	105h	600h		
	3º Ano						
	História do Paraná I		50h	10h	60h	X	
	História da África		50h	10h	60h	X	
	História Moderna I		50h	10h	60h	X	

	História Moderna II		50h	10h	60h	X	
	História do Brasil III		50h	10h	60h	X	
	Tópicos em Brasil Império		50h	10h	60h	X	
	História América I		50h	10h	60h	X	
	Metodologia e Prática do Ensino da História I		110h	10h	120h		X
	Universidade e Sociedade II		20h	50h	70h	X	
	Optativa		50h	10h	60h	X	
	Estágio Supervisionado			200 h			X
	Produção de Monografia			60 h	60h		X
	TOTAL		530	400	930h		
	4º Ano						
	História Contemporânea I		55h	5h	60h	X	
	História Contemporânea II		55h	5h	60h	X	
	História do Paraná II		55h	5h	60h	X	
	História do Brasil IV – República I		55h	5h	60h	X	
	História do Brasil IV – República II		50h	10h	60h	X	
	Metodologia e Prática do Ensino da História II		110h	10h	120h		X
	História América II		50h	10h	60h	X	
	Libras		60h		60h	X	
	Optativa		50h	10h	60h	X	
	Estágio Supervisionado			200 h			X
	TOTAL		540h	260h	800h		
	TOTAL Hora-relógio		2210	900	3000		

Resumo demonstrativo geral da carga horária

Ano	Disciplinas (Teóricas)	PCC (Práticas)	Total de C/ H	
1º Ano	535	135	670	Horas

2º Ano	495	105	600	Horas
3º Ano	530	200	730	Horas
4º Ano	540	60	600	Horas
Total C/H Hora/aula			2600	Horas
Carga Horária de Estágio Supervisionado				
3º Ano		200		
4º Ano		200	400	Horas
Total de Carga Horária de Atividades Acadêmicas Complementares (cursos, eventos, atividades e seminários)			200	Horas
Total C/H Hora/relógio			3200	Horas

Planilha demonstrativa de necessidades de carga horária

Matriz Vigente 2018			Matriz Proposta para 2019		
1ª. serie			1ª. Série		
Disciplinas Vigentes	Carga Horária	Total	1º. SEMESTRE		Total
História Oral	60 h/a	648 H/A	História do Brasil I	60 h/a	670 h
História do Brasil I	108h/a		Educação Patrimonial e Ambiental	60 h/a	
Patrimônio Histórico Cultural	60h/a		Antropologia dos Povos Indígenas	60 h/a	
Teoria da História I	144h/a		Teoria da História I	60 h/a	
História Antiga	144h		História Antiga I	60 h/a	
Antropologia Cultural	108h/a		2º. SEMESTRE		
LIBRAS	60h/a		Políticas Educacionais	60 h/a	
Total carga horária efetivada professores colegiado	648h/a		Teoria da História II	60 h/a	
		História Antiga II	60 h/a		
		Cultura Afro-brasileira	60 h/a		

Conversão Hora Relógio	540h/a	Optativa I	60 h/a		
		Universidade e Sociedade I	70 h/a		
		Total carga horária efetivada professores colegiado		670h/a	
Diferença entre Matriz Vigente e Nova Matriz = 130 h/a					
2. Série			2ª. Série		
Didática da História	144 h/a	Total	1º. SEMESTRE		Total
História do Brasil II	108 h/a	600 h/a	Teoria da História III	60 h/a	600 h
Iniciação à Pesquisa Histórica	108 h/a		Iniciação a Pesquisa Histórica (IPH)	60 h/a	
História Medieval	144 h/a		História Medieval I	60 h/a	
Teoria da História II	144 h/a		História do Brasil II	60 h/a	
Total carga horária efetivada professores colegiado	600 h/a		Psicologia da Educação	60 h/a	
			2º. SEMESTRE		
			Teoria da História IV	60 h/a	
Conversão Hora Relógio	500	Didática da História	60 h/a		
		História Medieval II	60 h/a		
		Tópicos em Brasil Colônia	60 h/a		
		Optativa II	60 h/a		
		Total carga horária efetivada professores colegiado		600 h	
Diferença entre Matriz Vigente e Nova Matriz = 100 h/a					

3ª. Série			3ª. Série		
História do Paraná I	60 h/a	Total 756 h/a	1º. SEMESTRE		Total 1092 h/a
História Moderna	144 h/a		Metodologia e Prática de Ensino da História	60 h/a	
História da América	108 h/a		História do Brasil III	60 h/a	
História do Brasil III	144 h/a		História do Paraná I	60 h/a	
História da África	60 h/a		História Moderna I	60 h/a	
Metodologia e Prática do Ensino da História I	144 h/a		História da África	60 h/a	
Produção de Monografia	60 h/a		Produção de Monografia	30 h/a	
			2º. SEMESTRE		
Estágio Supervisionado Acompanhamento semi presencial	200 h		Metodologia e Prática de Ensino da História	60 h/a	
Total carga horária efetivada professores colegiado	956 h/a		Tópicos em Brasil Imperial	60 h/a	
		História da América I	60 h/a		
		História Moderna II	60 h/a		
		Optativa III	60 h/a		
Conversão Hora Relógio	796 h	Universidade e Sociedade II	70 h/a		
		Produção de Monografia	30 h/a		
		Estágio Supervisionado	200 h		

			Total carga horária efetivada professores colegiado	930 h/a
Diferença entre Matriz Vigente e Nova Matriz = 134 h/a				
4ª. Série		Total	4ª. Série	Total
História Contemporânea	144 h/a	848 h	1º. SEMESTRE	
História do Paraná II	60 h/a		História Contemporânea I	60 h/a
História do Brasil IV	144 h/a		História Brasil IV – Republica I	60 h/a
Metodologia e prática do Ensino da História II	144 h/a		Metodologia e prática do Ensino da História II	60 h/a
História e Cultura Afro-Brasileira	60 h/a		História da América II	60 h/a
Optativa	60 h/a		Libras	60 h/a
Estágio Supervisionado Acompanhamento semi presencial	200 h		2º. SEMESTRE	
Total carga horária efetivada professores colegiado	848 h/a	706	Metodologia e Prática de Ensino da História I	60 h/a
Conversão Hora Relógio			História Contemporânea II	60 h/a
			História do Brasil IV – República II	60 h/a
			História do Paraná II	60 h/a
			Optativa IV	60 h/a
			Estágio Supervisionado	200 h

		Total carga horária efetivada professores colegiado	800 h/a
Diferença entre Matriz Vigente e Nova Matriz = 94 h/a			
Total carga horária necessária com aplicação nova matriz	458h		

6. EMENTÁRIO REFERENTE E NOVA PROPOSTA DE MATRIZ CURRICULAR

DISCIPLINA: História do Brasil I (Brasil Colonial)	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	REGIME: SEMESTRAL
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: Estudo das características e modalidades fundamentais da colonização portuguesa na América e dos principais temas e debates da historiografia sobre a Colônia. Através do estudo de obras clássicas, trabalhos recentes e de documentos históricos, diferentes análises sobre a sociedade colonial e sobre as múltiplas experiências e práticas dos colonos serão discutidas, procurando contemplar as novas tendências, metodologias, fontes e objetos que marcaram os estudos sobre a América portuguesa nos últimos anos.	

DISCIPLINA: Educação Patrimonial e Ambiental	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	Regime SEMESTRAL
C/H TEÓRICA: 45	C/H PRÁTICA: 15
EMENTA: O objetivo do curso é a construção da noção de Patrimônio Histórico, através dos processos que o originam e o consolidam. Visando-se a construção do conhecimento histórico na abordagem dos estudos patrimoniais e também da memória enquanto viés de pesquisas, objetivando identificar nos registros que se faz a riqueza das experiências humanas. Ao mesmo tempo refletir os temas, natureza, ambiente e sociedade, privilegiando os estudos sobre as bases epistêmicas, conceituais, métodos e abordagens da história ambiental, bem como as transformações no imaginário Ocidental acerca do mundo natural e as ações antrópicas.	

DISCIPLINA: Teoria da História I

CARGA HORÁRIA TOTAL: 120	
C/H TEÓRICA: 134	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: Esta disciplina prevê o estudo dos conceitos fundamentais da História enquanto conhecimento cientificamente produzido. Prevê também discussões acerca da natureza e fundamento do conhecimento histórico de forma ampla, acercando-se das diferentes visões e abordagens que a História apresentou ao longo do tempo.	

DISCIPLINA: História da Cultura Afro-brasileira	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: Visão global da evolução histórica da África no período moderno e contemporâneo e sua correlação com a história do Brasil. As trocas culturais, os processos de resistência e o processo complexo de mestiçagens. A condição do negro no Brasil após a abolição da escravidão. Cultura e identidade afro-brasileira no século XX. As formas integração\exclusão do negro na sociedade brasileira. As relações do Brasil com a África no século XX.	

DISCIPLINA: História Antiga I	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 55	C/H PRÁTICA: 5
EMENTA: A proposta desta disciplina é a leitura crítica e análise da historiografia contemporânea sobre a Antiguidade Oriental, evidenciando seus aspectos sociais, econômicos e políticos por meio da análise de textos e documentos do e sobre o período. O eixo de discussões evidenciará aspectos que dizem respeito, sobretudo, modos de experiência do tempo, da política e da religiosidade no cotidiano das sociedades em questão. A disciplina abordará também os diversos modos de leitura da Antiguidade no presente, desde os seus usos políticos até os múltiplos sentidos das interpretações historiográficas, passando pelos discursos midiáticos.	

DISCIPLINA: História Antiga II	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 55	C/H PRÁTICA: 5
1. EMENTA	
A proposta desta disciplina é a leitura crítica e análise da historiografia contemporânea sobre a Antiguidade Clássica e Tardia, evidenciando seus aspectos sociais, econômicos e políticos por meio da análise de textos e documentos do e sobre o período. O eixo de discussões evidenciará aspectos que	

dizem respeito, sobretudo, modos de experiência do tempo, da política e da religiosidade no cotidiano das sociedades em questão. A disciplina abordará também os diversos modos de leitura da Antiguidade no presente, desde os seus usos políticos até os múltiplos sentidos das interpretações historiográficas, passando pelos discursos midiáticos.

DISCIPLINA: Antropologia e História dos Povos Indígenas	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: Estudo dos principais elementos da Ciência Antropológica, as teorias da cultura e dos quadros evolutivos do homem como um todo, ser biológico e cultural e suas manifestações na vida social. Dentro dessa perspectiva análise da história e cultura dos indígenas Americanos. Atividades de Prática de Ensino 10h/a.	

DISCIPLINA: Políticas Educacionais	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: Aspectos históricos, pedagógicos e legais do ensino no Brasil, suas dimensões estruturais e implicações para o ensino da disciplina de História. Abordagens sobre Direitos Humanos, visando não só sua conceituação como a reflexão sobre sua historicidade e pensar nas implicações para o ambiente educacional. Analisar documentos nacionais e internacionais referentes à educação e aos direitos humanos. Problematicar questões específicas relativas aos direitos humanos, como preconceito, discriminação, violência, políticas públicas, currículos escolares.	

DISCIPLINA: Psicologia da Educação	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: Relação entre Psicologia e Educação. Principais abordagens psicológicas e suas contribuições para a Educação. Ensino e aprendizagem em diferentes perspectivas: Inatismo, Empirismo e Interacionismo. Teorias contemporâneas do desenvolvimento humano e da aprendizagem. Psicologia da educação e temas atuais do contexto educacional.	

DISCIPLINA: Optativa II	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: A definir	

DISCIPLINA: Universidade e Sociedade I	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 70	
C/H TEÓRICA: 20	C/H PRÁTICA: 50
EMENTA: A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. semestre do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extra-muros para a comunidade acadêmica.	

2º Ano

DISCIPLINA: Psicologia da Educação	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:
EMENTA: Relação entre Psicologia e Educação. Principais abordagens psicológicas e suas contribuições para a Educação. Ensino e aprendizagem em diferentes perspectivas: Inatismo, Empirismo e Interacionismo. Teorias contemporâneas do desenvolvimento humano e da aprendizagem. Psicologia da educação e temas atuais do contexto educacional.	

DISCIPLINA: Didática da História	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10

EMENTA:

Aspectos históricos, pedagógicos e legais do ensino no Brasil, suas dimensões estruturais e implicações para o ensino da disciplina de História. Parâmetros conceituais da formação da consciência histórica com implicações para o ensino e as abordagens que dialogam com as diversas correntes historiográficas. Atenção à ideia de aprendizagem histórica e desenvolvimento do pensamento histórico de estudantes.

DISCIPLINA: História do Brasil II (Brasil Colonial)

CARGA HORÁRIA TOTAL:60

C/H TEÓRICA:55

C/H PRÁTICA:5

EMENTA:

O curso estruturar-se-á em torno das questões de cultura e sociedade, adentrando nas questões de religiosidade, gênero, educação, saberes e técnicas na América Portuguesa. A questão da escravidão e das mestiçagens será foco sempre presente nos debates, bem como dar-se-á ênfase aos movimentos de contestação e crise do sistema.

DISCIPLINA: Iniciação a Pesquisa Histórica

CARGA HORÁRIA TOTAL:60

C/H TEÓRICA:40

C/H PRÁTICA:20

EMENTA:

Planejamento, orientação e delegação de atividades direcionadas para a elaboração de projeto de pesquisa e de monografia. Normas para apresentação científica e parâmetros de pesquisa.

DISCIPLINA: História Medieval I

REGIME: SEMESTRAL

CARGA HORÁRIA TOTAL:60

C/H TEÓRICA:50

C/H PRÁTICA: 10

EMENTA:

A disciplina objetiva principalmente fornecer um instrumental básico necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de História Medieval, com ênfase nos período denominado Alta Idade Média (séculos V-IX). Os estudos abrangerão conteúdos diversificados, métodos e técnicas de pesquisa, trabalho com documentos e desenvolvimento de análise crítica. Dividimos o enfoque do curso em três áreas principais: o Ocidente Medieval; O Império Bizantino e o Mundo Islâmico. É prevista ainda a realização de atividades práticas de ensino, sendo num total de 20 horas para o seu cumprimento legal.

DISCIPLINA: História Medieval II	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 72	
C/H TEÓRICA: 67	C/H PRÁTICA: 5
EMENTA: A disciplina objetiva principalmente fornecer um instrumental básico necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de História Medieval, com ênfase nos período denominado Baixa Idade Média (séculos X-XV). Os estudos abrangerão conteúdos diversificados, métodos e técnicas de pesquisa, trabalho com documentos e desenvolvimento de análise crítica. Dividimos o enfoque do curso em três áreas principais: o Ocidente Medieval; O Império Bizantino e o Mundo Islâmico. É prevista ainda a realização de atividades práticas de ensino, sendo num total de 20 horas para o seu cumprimento legal.	

DISCIPLINA: 13 - Teoria da História II	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 120	
C/H TEÓRICA: 100	C/H PRÁTICA: 20
EMENTA: Teoria da História II refere-se à natureza do fazer histórico, a identificação dos procedimentos e das etapas-chaves da prática investigativa dos historiadores, referindo-se ao estudo dos conceitos fundamentais das principais teorias e filosofias do século XX.	

DISCIPLINA: Tópicos em Brasil Colônia	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 55	C/H PRÁTICA: 5
EMENTA: A disciplina pretende analisar estudos monográficos sobre a história do Brasil no período colonial, abordando através destes vários temas pertinentes ao passado colonial brasileiro como a questão racial, gênero, trabalho no mundo colonial, criminalidade e acesso a justiça, saúde e morte, religiosidades, casamento, entre outros.	

DISCIPLINA: Optativa II	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: A definir	

3º. Ano

DISCIPLINA: História do Paraná I	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: Estudo da sociedade paranaense entre: propriedade, trabalho e ideologia, através da análise documental e das diferentes abordagens historiográficas.	

DISCIPLINA: História Moderna I	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: O curso de objetiva, principalmente, fornecer um instrumental necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de história moderna. Centrando nossas reflexões no inicialmente numa dimensão de conceituar a História Moderna e explorar seu desenvolvimento; problematizar desintegração do feudalismo e a transição para o Capitalismo a cristandade e o problema das heresias, o Renascimento.	

DISCIPLINA: História Moderna II	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10

EMENTA:

O curso de objetiva, principalmente, fornecer um instrumental necessário para a realização de atividades de pesquisa e docência na área de história moderna. Para tanto serão tematizadas as questões sobre o Estado Absolutista e os teóricos do absolutismo. O Estado e o mercantilismo. O liberalismo e as Revoluções Inglesas. As crises econômicas do século XVII.

DISCIPLINA: 17 - História da África

REGIME: SEMESTRAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60

C/H TEÓRICA: 50

C/H PRÁTICA: 10

EMENTA:

Esta disciplina prevê o estudo da História da África moderna e contemporânea (século XV até o presente), focando os processos internos e a participação africana diante da conquista e da colonização.

DISCIPLINA: História do Brasil III – Império

REGIME: SEMESTRAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60

C/H TEÓRICA: 50

C/H PRÁTICA: 10

EMENTA:

As posturas teórico-interpretativas da formação imperial brasileira. A sociedade brasileira e os interesses contraditórios na formação do Estado Nacional diante das especificidades da "Independência" do Brasil. As relações economia, Estado, sociedade e cultura ao longo do século XIX: mudanças e permanências. A transição da sociedade escravista para a capitalista e do estado monárquico para o republicano.

DISCIPLINA: Tópicos em Brasil Imperial

REGIME: SEMESTRAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60

C/H TEÓRICA: 50

C/H PRÁTICA: 10

EMENTA:

Discussão aprofundada sobre temas pontuais da experiência imperial brasileira: nação, cidadania, escravidão e tráfico de escravos, economia, cultura, abolição, etc.

DISCIPLINA: História da América I	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: Estudo da História da América e Caribe, englobando a análise e a compreensão das conjunturas sociais e econômicas dos povos pré-colombianos, os processos de exploração e povoamento, as tensões sócio-políticas entre populações americanas e os domínios espanhol, francês e anglo-saxônico.	

DISCIPLINA: Metodologia e Prática do Ensino de História I	REGIME ANUAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 120	
C/H TEÓRICA: 110	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em formação na licenciatura para a realização do estágio e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.	

DISCIPLINA: Optativa III	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: A definir	

DISCIPLINA: Universidade e Sociedade II	REGIME: SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 70	

C/H TEÓRICA:20	C/H PRÁTICA:50
EMENTA: A disciplina contempla as possibilidades extensionistas ligadas aos temas educacionais trabalhados durante o 1º. e 2º. ano do curso, oportunizando um diálogo profícuo das questões sociais embasadas por debates de natureza acadêmica. Sua dinâmica insere-se tanto em refletir sobre as possibilidades de diálogo e intervenção de questões acadêmicas na sociedade quanto, e principalmente, observar, problematizar e articular as possibilidades e demandas geradas pela comunidade e entorno social da universidade para propiciar a vivência extra-muros para a comunidade acadêmica.	

DISCIPLINA:24 - Estágio supervisionado I	
CARGA HORÁRIA TOTAL:200	
C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA:200
EMENTA: A disciplina visa orientar a elaboração de planos de trabalho docente, planos de aula e materiais didáticos para a prática de estágio supervisionado, bem como orientar a reflexão sobre a prática pela escrita do relatório de estágio.	

DISCIPLINA: Produção de Monografia	REGIME ANUAL
CARGA HORÁRIA TOTAL:60	
C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA:60
EMENTA: Pesquisa e redação de texto monográfico de acordo com as normas ABNT, visando formação técnico científica. Sessões de orientação às etapas do desenvolvimento da pesquisa e da produção escrita dentro do rigor metodológico, os projetos são divididos por área de conhecimento entre os professores do colegiado. As orientações são realizadas uma vez por semana em horário estabelecido no cronograma semanal do curso em horário regular de aula.	

4º Ano

DISCIPLINA: História Contemporânea I	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 55	C/H PRÁTICA:5
EMENTA: Panorama de estruturação e definição das condicionantes históricas da realidade	

contemporânea. Discussão sobre as Revoluções, o período napoleônico, a formação do Estado-nação e do nacionalismo. Transição colonialismo - imperialismo. Questionamentos acerca da I Guerra Mundial e o período conhecido como Entre-Guerras.

DISCIPLINA: **História Contemporânea II**

REGIME SEMESTRAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: **60**

C/H TEÓRICA: **55**

C/H PRÁTICA: **5**

EMENTA:

A Segunda Guerra Mundial e o período pós-guerra: descolonização e Guerra Fria. Década de 1970 em diante: os debates sobre globalização, sociedade pós industrial e tempos pós-modernos. A perestroika e a derrubada do socialismo no Leste Europeu. Conceitos importantes, como revolução, capitalismo, fascismo, socialismo, (des)colonização, globalização. - Análise crítica sobre as dicotomias “Ocidente/Oriente”, “desenvolvimento e subdesenvolvimento”, “Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo”, “moderno/pósmoderno”, “sociedade industrial/sociedade pós-industrial” o surgimento da tensão Modernidade/ Pós-modernidade.

DISCIPLINA: **História do Paraná II**

REGIME SEMESTRAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: **60**

C/H TEÓRICA: **55**

C/H PRÁTICA: **5**

EMENTA:

Estudo da sociedade paranaense entre: propriedade, trabalho e ideologia, através da análise documental e das diferentes abordagens historiográficas.

DISCIPLINA: **História do Brasil IV – República I**

REGIME SEMESTRAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: **60**

C/H TEÓRICA: **55**

C/H PRÁTICA: **5**

EMENTA: Discussão sobre a história política e social do Brasil no período da dissolução do modelo político Imperial enfatizando instauração do regime Republicano até o final da era Vargas. Problemas da Historiografia brasileira sobre a Primeira República. Investigação sobre a participação popular e seus impasses com o advento do capitalismo industrial e as transformações econômico-sociais na estrutura da sociedade, tudo permeado por uma discussão sobre a vida cultural.

DISCIPLINA: História do Brasil IV – República II	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA: 10
Discussão sobre a história política e social do Brasil no período republicano, no período entre a redemocratização após o Estado Novo até os eventos contemporâneos do início do século XXI. Problemas da Historiografia brasileira sobre a República. Investigação sobre a ampliação e retrocessos da participação popular na vida política com restrições da cidadania e os processos de modernização dos regimes autoritários e neoliberais. As transformações econômico-sociais na estrutura da sociedade, sob regimes democráticos. Ampla discussão sobre a vida cultural na contemporaneidade.	
DISCIPLINA: Metodologia e Prática do Ensino de História II	REGIME ANUAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 120	
C/H TEÓRICA: 110	C/H PRÁTICA: 10
EMENTA: A disciplina visa aprofundar as questões teóricas e metodológicas referentes ao ensino de História preparando os/as graduandos/as em seu último ano de formação em licenciatura para a realização do estágio final supervisionado e para a prática docente como um todo, refletindo não apenas teoricamente fundamentando-se em diferentes obras e autores, mas tendo em vista a realidade escolar, no diálogo com os sujeitos que lá atuam.	

DISCIPLINA: 24 - Estágio supervisionado II	REGIME ANUAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 200	
C/H TEÓRICA	C/H PRÁTICA: 200

EMENTA:

A disciplina visa orientar a elaboração de planos de trabalho docente, planos de aula e materiais didáticos para a prática do estágio final supervisionado, bem como orientar a reflexão sobre a prática pela escrita e apresentação do Trabalho Final de Estágio Supervisionado.

DISCIPLINA: **História da América II**

REGIMA SEMESTRAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: **60**

C/H TEÓRICA: **50**

C/H PRÁTICA: **10**

EMENTA:

Estudo da História da América, englobando as lutas pela independência, as revoltas e os conflitos latino-americanos contemporâneos.

DISCIPLINA: **LIBRAS**

REGIME SEMESTRAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: **60**

C/H TEÓRICA: **50**

C/H PRÁTICA : **10**

EMENTA:

Propriedades das línguas humanas e as línguas de sinais. Os estudos das línguas de sinais e a língua brasileira de sinais: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica e pragmática.

DISCIPLINA: **Optativa III**

REGIME: SEMESTRAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: **60**

C/H TEÓRICA: **50**

C/H PRÁTICA: **10**

EMENTA:

A definir

Rol Primário de disciplinas Optativas Arroladas

DISCIPLINA: **Tópicos em sociedades orientais**

REGIME **SEMESTRAL**

CARGA HORÁRIA TOTAL: **60**

C/H TEÓRICA: **50**

C/H PRÁTICA : **10**

EMENTA:

A disciplina propõe investigar aspectos sociais, antropológicos, e históricos das sociedades orientais próximas e distantes, tanto no tempo quanto no espaço.

Problematizar o Oriente que o Ocidente construiu e o Ocidente orientalizado. Cultura e religiosidades orientais. A China, o Japão e a Índia. A situação político-econômica no Oriente Próximo. A invenção do Terrorismo ou a face da violência soberana. Cultura do ódio em Israel e Palestina.

DISCIPLINA: História Pública e Ação educativa em Museus	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 72	
C/H TEÓRICA: 62	C/H PRÁTICA : 10
EMENTA: O Historiador público e ação educativa em museus. Museus, educação e patrimônio: desafios atuais. Gestão de coleções: arquivos, manuscritos e museus. Ações educativas nos museus e correntes pedagógicas.	

DISCIPLINA: História da Historiografia Brasileira	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA : 10
EMENTA: A disciplina abordará a produção historiográfica brasileira a partir de meados do século XIX, momento de sua construção dentro do ideal de nacionalidade, passando pelas décadas iniciais do século XX até as discussões sobre os rumos de nossa recente historiografia.	

DISCIPLINA: História e Artes	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA : 10
EMENTA: Conhecer e discutir a relação entre arte e história. Estudar o surgimento e a afirmação do campo de conhecimento específico da História da Arte, assim como as diversas formas de escrita histórica sobre arte. Identificar e problematizar a especificidade da arte e sua relação com a cultura. Identificar e discutir, na historiografia da arte, os conceitos que estão envolvidos nessa relação.	

DISCIPLINA: História e Religiosidades	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA : 10

EMENTA:

A disciplina pretende abordar temas e debates historiográficos relativos à História das Religiões, sob a perspectiva da História Cultural com enfoque na discussão teórica sobre o estudo das religiões desenvolvida na Idade Contemporânea – História das Religiões/História Religiosa/ História Cultural das Religiões; conceitos-chave, tais como religião/religiões; identidade; sincretismo. Além disso se pretende à análise de debates candentes a diferentes grupos religiosos presentes na formação religiosa brasileira, e abordagem de temas transversais à área de religiões – gênero, política, mídia, juventude, ensino religioso, entre outros. Para tal se propõe a analisar a cultura audiovisual, iconográfica e material ligada a aspectos religiosos na contemporaneidade.

DISCIPLINA: História e Temporalidades	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA : 10
EMENTA: A disciplina pretende abordar temas e debates referentes ao tempo como elemento articulador da História; a relação entre o passado, o presente e o futuro na construção da História e o imbricamento e o papel do historiador nesse processo constitutivo são os temas deste programa.	

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História Social	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA : 10
EMENTA: A disciplina pretende analisar história social seus métodos, fontes e temas. Sua relação íntima com a conjuntura econômica e ou cultural. A organização e estruturação das hierarquias sociais. Sua relação com a história global.	

DISCIPLINA: Tópicos Especiais em História e Literatura	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA : 10
EMENTA: A disciplina pretende realizar um estudo da representação da história na ficção. Bem como dos procedimentos da narrativa ficcional na escrita da história e das	

relações entre história, ficção e memória a partir do século XVI. Pensando o romance como instância de construção ficcional da realidade sócio-histórica.

DISCIPLINA: História da Ciência e da técnica	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA : 10
EMENTA: A disciplina pretende analisar a ideia de ciência ao longo da história ocidental. A Episteme na cultura grega. A "ciência" medieval e renascentista. A emergência da ciência moderna e seus desdobramentos até o século XX. Procura-se analisar as relações entre ideias científicas e os aspectos sociais, culturais, etc. que caracterizaram a cultura ocidental.	

DISCIPLINA: História e Morte	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA : 10
EMENTA: A disciplina visa abordar aspectos das várias representações a respeito da morte e do morrer nos mais diversos períodos da História. Desta forma, objetiva-se oferecer um panorama que versem sobre as atitudes individuais e coletivas relativas à morte, ao morrer e ao além-túmulo, em diferentes temporalidades, espacialidades e sob diversos recortes teórico-metodológicos.	

DISCIPLINA: História da Alimentação	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA : 10
EMENTA: Estudo da História da Alimentação a partir de panorama historiográfico fundador deste campo em âmbito internacional e nacional e seus desdobramentos no cotidiano alimentar como influenciador de práticas culturais.	

DISCIPLINA: Tópicos em História	REGIME SEMESTRAL
--	-------------------------

Ambiental	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60	
C/H TEÓRICA: 50	C/H PRÁTICA : 10
EMENTA: A disciplina História Ambiental visa refletir os temas, natureza, ambiente e sociedade. Neste sentido, privilegiam-se os estudos sobre as bases epistêmicas, conceituais, métodos e abordagens da história ambiental, bem como as transformações no imaginário Ocidental acerca do mundo natural e as ações antrópicas.	

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO, ÉTICA E CIDADANIA	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30	
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA :
EMENTA: Conceito de ética e cidadania. Interrelações entre ética, cidadania e educação. Ética profissional docente. Ética, direitos humanos e violência. Cidadania, direitos sociais e participação política. Cidadania de crianças e adolescentes.	

DISCIPLINA: DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30	
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA :
EMENTA: Definições de aprendizagem e dificuldades de aprendizagem. Particularidades dos distúrbios e dificuldades de aprendizagem. Dificuldade de aprendizagem escolar e suas múltiplas causas. A organização da escola frente as dificuldades de aprendizagem. Adaptações curriculares. A intervenção pedagógica no atendimento das dificuldades de aprendizagem.	

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO E CURRÍCULO	REGIME SEMESTRAL
CARGA HORÁRIA TOTAL: 30	
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA :

EMENTA:

Currículo e a organização conhecimento escolar. Dimensões políticas, sociais e culturais do currículo. As diretrizes curriculares nacionais nos diferentes contextos históricos e a constituição das disciplinas escolares. Paradigmas curriculares contemporâneos. Políticas de currículo nos âmbitos Nacional, Estadual e Municipal. O processo de construção e reformulação do currículo. Currículo e inovação pedagógica.

DISCIPLINA: **História e Violência**

REGIME **SEMESTRAL**

CARGA HORÁRIA TOTAL:**60**

C/H TEÓRICA:**50**

C/H PRÁTICA :**10**

EMENTA:

Visa discutir questões afeitas a violência, poder e ordem. Análise crítica das abordagens funcionalistas da violência; exame das questões da ordem e da violência e suas relações com a ordem social. Os múltiplos códigos interpretativos da violência brasileira: exame de temáticas presentes no interior da questão da violência e da criminalidade.

DISCIPLINA: **História e Mestiçagens**

REGIME **SEMESTRAL**

CARGA HORÁRIA TOTAL:**60**

C/H TEÓRICA:**50**

C/H PRÁTICA :**10**

EMENTA:

Problematizar como a escravidão no âmbito mais geral e o tráfico, particularmente, foram expressões do que havia de mais mundializado entre os séculos XV e XVIII, isto é, o comércio, entendido de maneira mais ampliada o que significou, para além das trocas econômicas, o deslocamentos de gentes, culturas, flora e fauna, desenvolvido entre as quatro partes do mundo. É esse mundo ibero-americano, no qual a escravidão e as mestiçagens biológicas e culturais se associam desde muito cedo que a disciplina centrará sua análise de investigação. Já o plano temporal se estende desde os primeiros anos posteriores à chegada dos ibéricos no Novo Mundo até o século XIX, quando foram extintos os últimos regimes escravistas americanos.

7. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS

O curso de história, valendo-se muito das propostas da disciplina de Patrimônio Histórico Cultural, agora substituída por Educação Patrimonial e Ambiental, implementa saídas de campo e visitações a locais de memória nas cidades sede do campus de União de Vitória oferecendo uma dimensão prática de vivência da história a seus discentes. Um incentivo permanente da coordenação de curso procura ofertar viagens a locais históricos em cidades de reconhecido papel histórico como, Lapa(PR), Ouro Preto(MG), São Miguel das Missões(RGS) e outras. Da mesma forma disciplinas como História do Brasil ou do Paraná permitem vivências práticas bastante interessantes para a prática formativa de nossos acadêmicos. Agora, na nova matriz a disciplina de Universidade e Sociedade pretende potencializar de maneira bem enfáticas experiências práticas e, principalmente, articulado com a proposta de curricularização da extensão avançar em direção ao profícuo e salutar diálogo com a sociedade.

8. DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

No contexto da prática profissional, o Estágio Curricular, obrigatório por lei, será realizado em escola/colégio de Educação Básica, mediante regime de colaboração entre os sistemas de ensino. O curso de história atua de forma a intermediar a colocação de estagiários por meio de seu professor coordenador de

estágio que responde pelos componentes curriculares de Metodologia e Prática de ensino de história I e II, que se encontram alocadas no terceiro e quarto ano conforme legislação que prevê que o estágio deve ser desenvolvido a partir do início da segunda metade do curso e ser avaliado pela Instituição formadora.

O acompanhamento de estágio é realizado presencialmente pelo professor coordenador de estágio e pelo professor orientador do tema de estágio, seu cumprimento está distribuído em uma carga horária de 200 horas no terceiro ano e 200 horas no quarto ano do curso em atividades planejadas, de acordo com a legislação vigente.

Torna-se extremamente necessário que:

- cada disciplina do curso vise ligar a parte teórica com a prática e isso é atingido com o uso de projetos de pesquisa em todo o processo educacional do futuro professor. Sendo, que o termo pesquisa aqui usado, refere-se ao sentido *lato* de investigação, de busca diligente da solução de um problema.

- as disciplinas que fazem parte da estrutura curricular estão relacionadas entre si, em cada série subsequente, de forma a garantir a espiralidade dos conteúdos, contribuindo assim para por fim às disciplinas estanques.

- que a organização curricular favoreça a interdisciplinaridade, o que permite a aproximação dos interesses comuns e objetiva a colaboração entre os docentes que integram a série, superando a fragmentação dos conteúdos.

Assim, pretende-se:

- possibilitar a formação de professores, para o ensino fundamental e médio, eficientes para atuarem no momento presente da realidade nacional.

- proporcionar aos acadêmicos, experiências que facilitem a formação de indivíduos críticos de sua própria ação e conscientes de suas futuras responsabilidades.

Mediante essas considerações pretende-se com este documento fornecer informações necessárias sobre o Curso de História com objetivo de renovação do reconhecimento do Curso em cumprimento ao Art. 31 e § 2º da Liberação n.º 1/05 do Conselho Estadual de Educação.

A estrutura operacional do estágio está organizada de forma a distribuir os saberes referentes à prática profissional em equilíbrio com as atividades presenciais desenvolvidas nas componentes curriculares correspondentes.

Políticas Educacionais	Didática da História	Metodologia e Prática de Ensino de História I	Metodologia e Prática de Ensino de História II
Carga horária 30	Carga horária 60	Carga horária 120	Carga horária 120
Estudo teórico referente à educação brasileira e estudo de sua legislação e de suas diretrizes.	Estudo teórico referente à didática da História.	Estudo teórico e aprendizagem de elaboração de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos para serem aplicados na educação básica.	Estudo teórico e Desenvolvimento de projetos de pesquisa e ensino que ofereçam suporte à prática docente, ao estágio final e à elaboração de trabalho final de estágio supervisionado (TFES).
Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Psicologia da Educação	
Carga horária 200	Carga horária 200	Carga Horária 30	
Elaboração e execução de planos de trabalho docentes, planos de aula e materiais didáticos, no ensino fundamental e médio.	Elaboração de plano de trabalho docente, planos de aula e material didático, no ensino fundamental e/ou médio.	Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Infância, adolescência e fase adulta como categorias psicológicas do desenvolvimento humano. Abordagens teóricas da Psicologia da Educação e suas interfaces para a aprendizagem escolar.	

9. DESCRIÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO OU MONOGRAFIA

O curso de História estipulou dois trabalhos essenciais para a conclusão da graduação em Licenciatura em História, um vinculado ao ensino – Trabalho Final de

Estágio Supervisionado - e outro ligado à pesquisa – Monografia. Ambos serão descritos na sequência.

9.1 TRABALHO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Em função do perfil formativo do campus de União da Vitória, que orienta para uma habilitação plena e atuante nas licenciaturas e particularmente a de história, foi instituído o Seminário de Ensino de História, momento em que graduandos socializam suas experiências e pesquisas na área de ensino e que o curso avalia a totalidade das práticas do estágio de regência efetuadas pelos estudantes no quarto ano por meio de apresentação de artigo acadêmico que contemple o relato da experiência de estágio acompanhado de fundamentação teórica.

O artigo final que será apresentado em Seminário de Ensino de História, será orientado por um dos professores do curso de História e avaliado por ele e mais outro professor convidado. A escolha desse segundo professor avaliador do texto e apresentação será feita em consenso entre orientador/orientando e comunicada ao professor coordenador de estágio que tem a incumbência de organizar o Seminário e o cronograma das apresentações, bem como divulgar tal organização em tempo hábil para a coordenação do curso e demais docentes envolvidos no processo. As normas para tal trabalho estão dispostas no regulamento de estágio supervisionado, disponível no anexo I.

9.2 MONOGRAFIA

A exigência da Monografia é prevista em matriz curricular do Curso de História da UNESPAR - Campus União da Vitória, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em 17 de setembro de 2001 – Processo 558/00 e nesse sentido sua produção tem caráter obrigatório.

Sendo assim os acadêmicos poderão cumprir aquilo que se convencionou chamar de Trabalho de Conclusão de Curso, que na nomenclatura da atual Matriz Curricular está elencada como a Componente Curricular: Produção de Monografia. Esta prática profissional tem regulamento próprio e se encontra no Anexo II Normas relativas ao trabalho de conclusão de curso.

10. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As práticas nas componentes curriculares pretendem integrar o campo teórico dos conhecimentos cognitivos propostos por cada disciplina em uma dimensão que prioriza os fazeres pedagógicos inserida no processo de ensino-aprendizagem.

As atividades definidas como Práticas Componentes Curriculares estão distribuídas em 400 horas transversalmente às disciplinas e a conforme se vê na matriz, estão alocadas em cada componente curricular de acordo com as especificidades dos componentes e se concentram mais agudamente, sobre as componentes que se relacionam ao exercício profissional atuante do historiador, a saber: História oral, Patrimônio histórico cultural e Produção da Monografia que juntas agregam cerca de 34% das 400 horas previstas.

As demais componentes recebem de 20 a 10 horas de acordo com sua proximidade de construção de vínculos identitários e de valorização afirmativa com cada uma das disciplinas. Estas definidas a cada caso referem-se a atividades relacionadas a prática de ensino aplicada a cada componente curricular como produções de materiais didáticos específicos, planejamentos de atividades, roteiros de saída de campo, listas de sites, blogs e web pages de conteúdos pedagógicos, cartilhas, transposições didáticas e sínteses.

A disciplina de Produção de monografia se enquadra como práticas complementares e possuem respaldo na legislação. A sala do colegiado e de projetos são utilizadas como espaços de orientação aos alunos que solicitam para o professor que orienta o projeto ou acompanha a disciplina nos horários de atendimento acadêmico previsto a cada início de ano. Além disso, e conforme descrito na seção sobre o PIBID, as Práticas dos Componentes Curriculares o plano pedagógico do curso faculta o cumprimento de carga horária do PIBID em no máximo até 100 horas, considerando as demais dimensões formativas as quais podem interessar ao aluno.

11. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Considera-se necessário a reconstituição histórica de como a preocupação com a pesquisa foi uma tônica do curso em seus 50 anos de atuação. Desde o início do curso esteve presente a preocupação do Departamento em promover eventos sócio culturais como: exposições, seminários, pesquisa histórica, simpósios de História, oficinas, cursos de extensão e conferências.

A criação do Centro de Pesquisas e Estudos Históricos - CEPEH, em 1976, pelos professores – membros fundadores da FAFI, teve como objetivo incentivar o gosto pela pesquisa histórica, a preservação patrimonial e documental da cidade e difundir a cultura histórica e foi uma das primeiras iniciativas ainda incipiente no sentido de nuclear grupos de pesquisas.

Desde 1999, foi criado o Arquivo Histórico do Departamento, Acervo Documental, com a finalidade de contribuir com acadêmicos professores e pesquisadores, em geral, que buscam o conhecimento do passado que é intrínseca ao ser humano que sempre preocupou-se com suas origens. Também possibilita aos acadêmicos a participação efetiva em atividades diferenciadas, no âmbito da pesquisa e organização arquivística, além de preservar a memória histórica da sociedade local pela guarda da documentação, contamos com o trabalho de todos que se dedicam ao estudo e a pesquisa histórica, oportunizando meios de colaborar e construir conhecimento.

Por ocasião da incorporação de quadros de docentes qualificados com mestrado a partir do ano de 1998 com a efetivação dos professores Michel Kobelinski, e Maria do Carmo Pires os docentes tem procurado se qualificar em programas de pós graduação o que tem estimulado a pesquisa e a formação continuada que acontece de forma inerente. Assim por volta de 2013 a pesquisa histórica se desenvolve por meio dos grupos de pesquisa a que estão afiliados os professores do colegiado, sendo estes: *Cultura e sensibilidades* e o *Grupo de pesquisa em Música, cultura e sociedade*, ambos cadastrados na UNESPAR, sendo o primeiro grupo citado constituído a partir deste colegiado. E seguem os grupos aos quais os professores mantêm vínculo e trânsito de pesquisa: *Escravidão, mestiçagens, trânsito de culturas e globalização – séculos XV a XIX* da UFMG, *História e música: tecendo histórias compondo identidades* e *Vozes Femininas* ambos da UnB; *Grupo de investigação sobre o movimento do Contestado* da UFSC; e por fim os grupos *Constituição do sujeito na contemporaneidade* da UnC; *História e escravidão no Brasil Meridional* da UFSC. Grupos estes que sendo externos ampliam a troca acadêmica em que se envolvem professores efetivos e colaboradores, desenvolvendo uma ampla gama de pesquisas.

Atualmente o colegiado de História mantém viva a preocupação junto a comunidade acadêmica e sociedade, oportunizando acesso de docentes e acadêmicos a viagens de estudos em locais históricos, incentivo à pesquisa e no fortalecimento das Semanas de História, realizadas anualmente, desde o ano de 2005 com apresentação de vários conferencistas/historiadores.

Com vistas a atender às novas demandas de verticalização por que passa a UNESPAR na direção da integração, estruturação e consolidação da Universidade, se modificam na atualidade os eventos anuais como as semanas de história e o Colóquio Nacional de história e historiografia no Vale do Iguaçu, realizados já a cerca de uma década. Começam estas atividades a serem orientadas pelas dinâmicas de pesquisas coletivas voltadas para as consolidações de laboratórios, grupos de pesquisa e estabelecimento de linhas de atuação na pesquisa e na extensão. Os laboratórios são a face mais visível da procura pelo incentivo a pesquisa entre o corpo discente

O colegiado conta atualmente com Laboratório de História Oral que visa salvaguardar a memória dos mais variados sujeitos que tiveram participação na formação da região onde está situada a UNESPAR, bem como desenvolve um trabalho de natureza mais específica sobre os mais variados assuntos que dizem respeito as memórias locais e a história do tempo presente na região. Conta ainda com o Laboratório de Aprendizagem Histórica – LAPHIS, que visa a pesquisa e extensão em relação as metodologias e tecnologias ligadas ao ensino de história.

Metodologicamente a pesquisa ocorre em vários modos, alguns deles interrelacionados:

- a) Participação discente obrigatória nas disciplinas que envolvem os laboratórios, a saber:

História Oral (60 h)

Metodologia e Prática do Ensino de História I (120 h)

Metodologia e Prática do Ensino de História II (120 h)

- b) Participação discente obrigatória nas disciplinas que estão ligadas diretamente ao exercício da pesquisa individual e autônoma a saber:

Introdução a Pesquisa Histórica (60 h)

Metodologia de Pesquisa em História (60h)

- c) Execução de texto monográfico discente obrigatória conforme descrito no tópico 9.2 e regulamento próprio constante no anexo IV.

Produção de monografia (60 h)

- d) Elaboração de materiais didáticos, e planejamentos pedagógicos, vinculados as Práticas dos Componentes Curriculares que demandam pesquisa e se encontram transversalmente dispostas em muitas das disciplinas de núcleo comum. Das 400 horas totais que a legislação solicita descontadas já as cargas horárias previstas de forma categórica para a pesquisa que totalizam 152 horas restam ainda 248 horas que são dispostas pelos docentes na busca de subsídios para o exercício da docência.

- e) Participação discente facultativa de programas de iniciação a pesquisa ofertadas no âmbito da pró reitoria de pesquisa PRPPG ou Fundação Araucária sob acompanhamento do orientador que pode estar ligado a grupo de pesquisa.

O âmbito da pesquisa docente desenvolvida que pode integrar discentes, e articular as iniciativas dos grupos de pesquisa situa-se no desenvolvimento de projetos subvencionados pelo regime de trabalho TIDE, e outros projetos que se relacionam a trajetória acadêmica de pesquisa dos professores.

A) Everton Carlos Crema – TIDE: *O Espaço e o uso alimentar durante a Guerra do Contestado (1912-1916)*

B) Ilton Cesar Martins – TIDE: *O tropeirismo no Paraná: escravidão, mestiçagens e mediações culturais* e outro projeto: *Histórias de vidas em processos - crime: Castro – segunda metade do XIX* .

C) Jefferson William Gohl -TIDE: *Trajetoárias políticas, estéticas e corporais: pessoas e culturas em trânsito em Gilberto Gil e Pierre Verger (1968-1996)* e outro projeto: *Cantar a própria morte: suicídio, homicídio e a morte natural na estética das canções do século XX* , este último alinhado a proposta de PhD a ser submetida em outra universidade.

D) Michel Kobelinski – TIDE: *A educação dos sentimentos nas obras de Bernardin de Saint-Pierre (1773-1807)* e outros projetos: *Novas sensibilidades na América Latina: perspectivas históricas, literárias e políticas (séc. XVI-XXI)* (Pesquisa paralela) e *Novas sensibilidades na América Latina: expressões histórico-literárias (sec. XIX-*

XXI) este último alinhado ao Grupo de Pesquisa Cultura & Sensibilidades (pesquisa em rede).

E) Dulceli de Lourdes Estacheski –TIDE: *A culpabilização das vítimas de violência sexual : uma análise da trajetória histórica a partir dos processos por crimes de ordem sexual de Castro /PR (1890-1920)*

Outro projeto : *Sobre sofrer e morrer : considerações sobre as relações de gênero e o suicídio*, este último alinhado ao doutorado em curso.

F) Kelly Cristina Benjamim Viana - TIDE: *Uma medicina mestiça: práticas médicas e doenças de escravos nas Minas Gerais colonial*

Outros projetos: *O maravilhoso e os monstros no mundo ibero-americano séculos (XVI – XVIII)* e *História da África e da cultura afro-brasileira: para além das leis, rumo à cidadania* este último alinhado ao PIBID.

G) Cristiane Brand de Paula Gouveia Pasini: *Reparar o mal e fazer justiça: pensando o papel da prisão na Província do Paraná (1853-1889)* ligado ao mestrado junto a UEPG.

Expressivos são os números de crescimento do fomento a extensão universitária no Brasil e no Paraná, não diferentemente dentro do Colegiado de História desde 2009, através do apoio de agências de fomento federal e do Programa Institucional da Bolsa a Iniciação à Pesquisa - PIBIC – MEC/CAPES e agência de fomento estadual como a USF – Universidade Sem Fronteiras – do Estado do Paraná, pôde o departamento a alguns anos iniciar e desenvolver diversos projetos institucionais que ampliaram a ação e o alcance da licenciatura de história no contexto regional.

Os projetos que integram o acadêmico a sua dinâmica de práticas profissionais, são os projetos de perfil extensionista que são subvencionados pelo governo do Estado do Paraná SETI, por intermédio de seu programa Universidade Sem Fronteiras - USF. O Colegiado de história submete regularmente propostas e já contou com dois projetos realizados *Contando nossa história: A História local como espaço privilegiado para o convívio comunitário e exercício da cidadania ativa* e *Os catadores da margem esquerda: Coleta, sobrevivência e identidade no Médio Iguaçu do início do século XXI*, ambos articuladores de práticas sociais que reafirmam identidades locais e regionais, com práticas de pesquisa e públicos diversos porém com atuações de interação que mobilizam acadêmicos bolsistas na direção de ressignificação da história e de seu papel na sociedade.

Nesse processo de necessidade de ampliação da extensão, a relação entre ensino, pesquisa e extensão também foi pensada a partir da inclusão dos egressos do curso de história na estruturação dos projetos. Todos os projetos de extensão orientaram-se na articulação/participação de recém-formados, perspectiva essa que vem de encontro com a ampliação da formação acadêmica, experiência e valorização profissional, que reflete o Projeto Curricular de Curso e o compromisso com a educação em todos os seus níveis.

Metodologicamente a extensão ocorre em vários modos, alguns deles interrelacionados:

a) Participação discente obrigatória nas ações curricularizadas a serem descritas anualmente nos ementários que estão ligadas diretamente ao exercício da extensão:

b) Participação discente obrigatória de seminário de extensão desenvolvido ao final do ano na segunda quinzena de novembro para mostra das atividades desenvolvidas durante o ano.

c) Participação discente facultativa nas ações de extensão propostas por docentes que apresentem projetos de extensão de cunho cultural e/ou científico.

Ex: Grupo Ekamba – Grupo de dança e cultura afro brasileira

Projetos de memória e história oral

Projetos pedagógicos

d) Participação discente facultativa de programas de extensão ofertadas no âmbito da Pró Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC, Fundo Paraná ou Fundação Araucária sob acompanhamento dos docentes proponentes que podem estar ligado a grupos de pesquisa.

Atualmente mantido pelo USF o colegiado de história conta com o projeto extensionista *Gênero e diversidade sexual: ações afirmativas para combater a violência* que atende a comunidade na orientação a vítimas de violência contra a mulher que atua em parceria com o coletivo *Mais que Amélias*.

O colegiado conta com aluna bolsista da graduação, financiada com recursos da UNESPAR via PIBEX que atua no arquivo histórico, descrito posteriormente, e que intenta publicizar material de acervo a comunidade de forma ampla e acadêmica de pesquisa.

A curricularização das atividades de extensão são atualmente ponto de debate constante no NDE e no formato que assumirá futuramente tanto, o arranjo dos ementários das novas disciplinas quanto, a oferta de seminário de extensão que acolha as experiências desenvolvidas por professores e alunos no atendimento a comunidade.

Cabe ainda ressaltar o lugar do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), que desde 2007 como uma iniciativa de aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores concede bolsas a alunos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior, IES em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. No Campus da UNESPAR, de União da Vitória com a especificidade de atender cursos de licenciaturas o Projeto Institucional do PIBID contempla a todas as áreas do conhecimento, por meio dos cursos da instituição: Ciências Biológicas, Filosofia, Geografia, História, Letras Português, Espanhol e Inglês, Matemática, Pedagogia e Química. As atividades do Programa são organizadas em grupos de estudos semanais e atividades práticas em salas de aula da Educação Básica. O Campus de União da Vitória, exclusivo em licenciaturas, colhe os frutos do PIBID, no intuito de proporcionar mecanismos de promoção e maior inserção acadêmica desde os primeiros anos de sua formação no projetor político pedagógico das escolas públicas. Destacamos que, essa formação inicial antes de qualquer assertiva, aponta influências de princípios, fundamentos e concepções educacionais contemporâneas na dinâmica formativa das universidades públicas estaduais. Nesse sentido, o PIBID proporciona aos licenciandos menor distância entre a fundamentação teórico-metodológica recebida na universidade com a prática no contexto escolas de Educação Básica, e, com as atividades planejadas e executadas pelos bolsistas evidenciam valiosos processos de formação de professores. O Programa pelo impacto que desempenha na formação docente necessita de constante implementação e manutenção numa perspectiva coletiva, valorizando as experiências (SILVA, 2016). O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID começou a ser desenvolvido nesta Instituição em 2010, integrando o curso de licenciatura com a Educação Básica, em convênio com a CAPES. Em sua primeira versão o Colegiado de História, atendendo a lei 10.639/03, explorou as questões étnico raciais, através do projeto História da África e da cultura afro-brasileira: para além das leis, rumo à cidadania. Atuando efetivamente em mais de uma dezena de escolas, o projeto foi capaz de articular uma proposta efetivamente extensionista na medida em que dialogou com escolas, associações de moradores, associações culturais, terreiros de Umbanda da região e outras

universidades. Atualmente, e atendendo as novas exigências e configurações do Programa PIBID, as Práticas dos Componentes Curriculares o plano pedagógico do curso faculta o cumprimento de carga horária do PIBID em no máximo até 100 horas, considerando as demais dimensões formativas as quais podem interessar ao aluno.

12. CORPO DOCENTE EXISTENTE E NECESSÁRIO

PROFESSORES EFETIVOS – Núcleo Docente Estruturante					
Nume ração seque ncial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação Mestre em x Doutor em y	Carga horária no curso	Titulação	Regime de Trabalho
01	EVERTON CARLOS CREMA	Ms. PPGHIS/UFPR Área concentr. Hist.cult. e socie Linha de pesq. Cult e poder (2005) Ddo. UFPR	00	Mestre	T-40 TIDE
02	ILTON CESAR MARTINS	PhD. PPGHIS/UEPG Dr. PPGHIS/UFPR Área concentr. Hist.cult. e socie Linha de pesq. Cult e poder	04	PhD	T-40 TIDE
03	JEFFERSON WILLIAN GOHL	Dr. PPGHIS/UnB Área de concentr. Hist. Cult.(2014) Ms. PPGHIS/UFPRÁrea concentr. Hist.cult. e socie Linha de pesq. Cult e poder (2003)	13	Doutor	T-40 TIDE

04	MICHEL KOBELINSKI	PhD PPGHIS/UFPR- Área de concent. Hist.cult. e socie. Linha de pesq. Intersubj. e plural.: reflex e sent. Na hist.(2015) Dr. PPHIS/UNESP/Assis, área de concent. História e Sociedade, linha de pesq.: Ident. cult., etnic., migr. (2004-2008).	04	PhD	T-40 TIDE
05	KELLY CRISTINA BENJAMIM VIANA	Dr. PPGHIS/UnB Área de concentr. Hist. Social.(2014) Ms. PPGHIS/UFC	13	Doutora	T-40 TIDE
PROFESSORES TEMPORÁRIOS					
Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação Mestre em x Doutor em y	Carga horária no curso	Titulação	Regime de Trabalho
06	DULCELI DE LOURDES TONET ESTACHESKI	Ms. PPGHIS/UFPR Área concentr. Hist.cult. e socie Linha de pesq. Cult e poder (2005) Esp. UNESPAR Área História e sociedade Ddo. UFSC	12	Mestre	T-40 TIDE
07	NAIARA KRACHENSKI	MS. Ppghis/ufpr concentração: História, cultura e sociedade. Linha de Pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: Reflexão e Sentimento	16	Mestre	T-40
08	EVERTON MORAES	Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná; mestre em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina.	10	Doutor	T-20
09	ZULDEIDE MARIA MATULLE	Mestre em História Universidade Estadual de Ponta Grossa	10	Mestre	T-20
10	CRISTIANE BRAND DE PAULA PASINI	Mestre em História Universidade Estadual de Ponta Grossa	10	Mestre	T-20
PROFESSORES NECESSÁRIOS					

Numeração sequencial	Nome do Docente	Graduação e Pós-Graduação Mestre em x Doutor em y	Carga horária no curso	Titulação	Regime de Trabalho
10	GEORGIANE GARABELY HEIL PLEM Vaga anuída	Dr. PPGHIS/UFPR Área de concentr. Cultura. e Sociedade.(2015) Ms. PPGHIS/UFPR História	12	Doutora	T-40
11	Anuir à contratar	História	12	Doutor(a)	T-40
12	Anuir à contratar	História	12	Doutor(a)	T-40
13	Anuir à contratar	História	12	Doutor(a)	T-40
14	Expansão à contratar	História	12	Doutor(a)	T-40
15	Expansão à contratar	História	12	Doutor(a)	T-40

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

Mestres: 04

Doutores: 03

Pós Doutores: 02

13. RECURSOS NECESSÁRIOS

13.1. RECURSOS HUMANOS P/ ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

O colegiado de história possui carências históricas estruturais acumuladas quanto a manutenção de seu curso no que tange aos recursos humanos. Seja quanto a necessidade de pessoal contratado que atue no auxílio a coordenação de curso, seja no apoio aos laboratórios que possuem demandas específicas a cada caso e finalidade. Os professores regularmente submetem projetos aos editais que prevêem bolsistas, estagiários ou monitores mas recorrentemente tais editais tem privilegiado aos programas que possuem, desenvolvimento de pós graduação em andamento. Sendo que atualmente dos quatro postos necessários conta-se somente com uma única bolsista que atende as necessidades do arquivo histórico e ações do LAPHIS.

Quant.	Setor	Função	Atividades
01	Sala do colegiado	Auxiliar de coordenação	Transcrição de atas, Arquivamento e organização da documentação, e secretariado da

			coordenação e CAHIS
01	LADOM	Técnico de laboratório	Transcrição de entrevistas, Arquivamento e organização da documentação Editoração de materiais audiovisuais
01	LAPHIS	Auxiliar de atuação pedagógica	Suporte as oficinas pedagógicas. Desenvolvimento de ações designadas a coordenação de estágio supervisionado.
01	Arquivo histórico	Auxiliar de catalogação	Higienização, Arquivamento e organização da documentação, elaboração de instrumento de pesquisa

13.2 RECURSOS FÍSICOS

As instalações e equipamentos do curso de história buscam atender às necessidades de alunos e professores.⁴⁰ Entre os anos de 2009 e 2012, graças aos recursos oriundos da Secretaria de Estado, Ciência e Tecnologia, a instituição ampliou sua estrutura física. O colegiado de história se beneficiou com este novo aparato que atualmente necessita manutenção e reaparelhamento. Destarte certa insuficiência do suporte físico e dos equipamentos que visam o desenvolvimento de ações individuais e coletivas, procura-se articular as experiências formativas e técnicas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Com os recursos técnicos, somados os projetos individuais e coletivos, viabiliza-se as atividades relativas ao Estágio Curricular, as práticas dos componentes curriculares, além da atuação em algumas frentes de pesquisa, tais como o Ensino de História e História Oral, por exemplo. (9.6.2 e 9.6.3). Estes espaços, somados aos equipamentos e insumos (quando

⁴⁰ Laboratório de História Oral, Arquivo Histórico, Laboratório de Informática, além da biblioteca, são condizentes com as necessidades do corpo docente e discente. Estes espaços somados a equipamentos e insumos asseguram um ambiente oportuno para a formação de professores e pesquisadores, bem como a preparação mínima para o exercício das funções docente e discente.

atualizados), asseguram um ambiente oportuno para a formação de professores e pesquisadores, dedicados à reflexão, à produção de conhecimento e à interação social, bem como a preparação mínima para o exercício das funções docente e discente. As condições de acesso e mobilidade aos ambientes do colegiado não são plenas, embora estejam previstas em projeto institucional.⁴¹

Sala de Professores e Sala de Reuniões

A sala de professores e sala de reuniões é um ambiente funcional e confortável. Este amplo espaço é utilizado com frequência (manhã, tarde e noite). Funciona como ambiente das reuniões de colegiado, as quais ocorrem regularmente às quinta-feiras. Trata-se de um espaço multifuncional, destinado a leitura, pesquisa, orientação, elaboração de projetos e orientações de trabalho final de Estágio Supervisionado, monografias e artigos. Neste espaço são arquivados todos os documentos recebidos e produzidos pelo corpo docente. Entretanto, o projeto original de construção não privilegiou a segurança. Sabe-se da necessidade da instalação de grades externas e investimento em segurança para que os bens patrimoniais sejam mantidos e preservados. Entre eles, alarmes e câmeras de vigilância. Pretende-se, ainda, complementar os aparos de luz (persianas) com blackout além da substituição de fechaduras com maior padrão de qualidade para que a sala ganhe ainda mais em comodidade. Por fim, o que deixa a desejar é a regularidade dos serviços de limpeza e higienização.

Instalações docentes	Área (m ²)
Mesa	1
Cadeiras	10
Armário baixo	1
Armário alto	1
Rack	1
Mural	1
Frigobar	1

⁴¹ Considerando o princípio de ensino, a igualdade de condições para acesso e permanência na UNESPAR (Constituição Federal, 1988, art. 205; Norma Técnica de Acessibilidade, ABNT NBR 9.050/2004) o Plano de Promoção de Acessibilidade tópico 3.2.2.3 do PDI, é significativo apontar que existem rampas de acesso e corrimãos, etc... No entanto, é imprescindível um elevador para que os discentes possam acessar e usufruir com comodidade os ambientes do colegiado. Além disso, ainda se faz necessária sua respectiva sinalização.

Computador/ wireless	1
Impressora Laser HP(Inoperante)	1
Impressora Laser Samsung	1
Ar condicionado	1

Sala de estudo e de reuniões (discentes)

Os acadêmicos de história contam com um ambiente multifuncional. A sala de projetos que ganhou decorações alusivas a presença africana por meio de concurso acadêmico, serve a inúmeros propósitos: encontro de grupo de estudos, reuniões de alunos envolvidos em projetos de ensino e pesquisa, etc

Instalações docentes	Área (m ²)
Mesa	1
Cadeiras	15
Sofá 3 x 2 lugares	1
Armário baixo	1
Armário de aço	1
Arquivo – aço	1
Estante de madeira	1

Salas de Aulas

Em geral, as salas de aula possuem espaço amplo, mesas e cadeiras para 40 alunos e alguns recursos materiais. (Ventiladores, tela de projeção, eventualmente TV Multimídia compartilhada com colégio José de Anchieta).

Discriminação

Discriminação	Área (m ²)	m ² por estudante
4	40 m ²	1,25

Mobiliário e demais equipamentos

Especificação	Quantidade
Mesas	160
Cadeiras	160
Tela para projeção	4
Quadro reticulado	4
Ventiladores	8
Luminárias fluorescentes	24
Cortinas black-out	4

13.3 RECURSOS MATERIAIS P/ ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

13.4 RECURSOS BIBLIOGRÁFICOS

As necessidades básicas na manutenção da oferta do curso e do desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão dizem respeito a uma atualização dos acervos bibliográficos conforme já apontado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA

O curso de história como sendo um dos mais antigos cursos de história do Paraná conta com a estrutura da biblioteca Dante de Jesus Augusto que é um setor estratégico aos cursos da universidade e tem a finalidade atender discentes e docentes. Sua atividade principal é realizar empréstimo domiciliar e consulta, e permite a consulta local à comunidade em geral. A biblioteca oferece apenas levantamento bibliográfico e ainda não tem acesso ao Portal Capes e empréstimo

entre as bibliotecas da UNESPAR (COMUT). Os espaços para leitura e estudo existem com limitações. Houve ampliação do espaço, mas sua área útil ainda é insuficiente.

O acervo é digitalizado, mas o software de busca é antiquado, sendo esta a única forma de consulta. O acervo de história é bom, mas ainda carece de um número maior de livros e volumes por aluno, além de revistas científicas especializadas.

Discriminação

Discriminação	Área (m ²)	m ² por estudante
Biblioteca	375	2,92

Mobiliário

Especificação	Quantidade
ESTANTE / PRATELEIRA EM AÇO	120
ARMÁRIO DE AÇO	13
ESTANTE EM MADEIRA	01
FICHÁRIO / ARQUIVO EM AÇO	11
MESA PARA COMPUTADOR	04
MESA PARA IMPRESSORA	06
MESA EM FÓRMICA	08
MESA PARA TELEFONE	01
MESA REDONDA	03
SUORTE PARA ÁGUA	01
BALCÃO EM FÓRMICA	01
BALCÃO EM MADEIRA	02
PORTA FICHAS	02
CARRINHO PARA TRANSPORTE DE LIVROS	03

APARELHO DE TELEFONE	01
QUADRO DO SR. DANTE	01
QUADRO BRANCO COM MOLDURA	01
FICHÁRIO EM MADEIRA	01
PORTA LIVROS EM MADEIRA	01
PORTA JORNAIS	01
CAIXA EM MADEIRA PARA SUGESTÕES	01
RELÓGIO DE PAREDE	01
ARMÁRIO GUARDA-VOLUMES	01
ARMÁRIO ESTANTE SEM PORTAS	01
BIOMBO EM MADEIRA	01
KIT ALARME	01
CADEIRA ESTOFADA EM TECIDO	35
CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR EXECUTIVA	06
CADEIRA FIXA COM 04 PÉS	34
EXTINTOR DE INCÊNDIO	01
VENTILADOR DE TETO	01
ESCADA COM 03 DEGRAUS	02

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores	03
IMPRESSORA JATO DE TINTA	01
IMPRESSORA MATRICIAL	04

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários						
Biblioteca	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
Dante de Jesus Augusto	13h às 22h30m	13h às 22h30m	13h às 22h30m	13h às 22h30m	13h às 22h30m	

Acervo relacionado ao curso de História e política de atualização

O acervo do colegiado tem sido atualizado, embora a licitação de livros atravesse o processo. Os títulos esgotados são adquiridos de forma independente da instituição em sebos e livrarias. Isto quando possível e com recursos próprios. O colegiado pretendeu facilitar a vida de alunos e professores sugerindo a este setor disponibilizar o acervo para consulta on-line. A proposta não vingou. E tem sido registrado por este colegiado junto a direção de Campus a necessidade de controle sobre o acervo que tem sido dilapidado por extravios, negligência e furtos pela inexistência de fiscalização, seja eletrônica, seja por averiguação mais ostensiva de saída.

Amostragem por área de conhecimento das licenciaturas do acervo

Volumes	Áreas	Títulos	Exemplares	
Livro	Matemática	944		
	Biologia	433		
	Educação	4.493		
	Linguística	2.261		
	Literatura	5.430		
	Espanhol	25		
	Inglês	09		
	Filosofia	784		
	Química	319		
	Geografia	1.420		
	Detalhamento Ciências humanas e auxiliares à História			
	História	2.610	3.924	
	Economia	639	869	
	Sociologia	1.004	1403	
	Antropologia	94	136	
	Ciências políticas	406	548	

Detalhamento Teses e trabalhos acadêmicos			
Monografia	História	210	
	Educação	778	
	Geografia	182	
	Letras	35	
Dissertação	História	01	
	Educação	08	
	Letras	08	

FONTE: Relatório CPA 2011/12 - Dados da biblioteca Campus União da Vitória: 2012. Dados atualizados pela biblioteca em 2015.

Bibliografia constante na biblioteca

- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial (1500-1800)** Brasília: UNB, 1982.
- ABREU, Martha; SOIEHT, Rachel (orgs.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.
- ALBERTI, Verena. **História Oral: A experiência do CPDOC.** Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989
- _____. **Manual de história oral.** 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004
- _____. **Ouvir contar: textos em história oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado.** Bauru: Edusc, 2007.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **Império: a corte e a modernidade nacional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da Vida Privada no Brasil, v. 2)
- _____. **O trato dos viventes.** S.P: Cia das Letras, 2000.
- ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALPHA, S., BALOGUN, O., AGUESSY, H. & DIAGNE. P. **Introdução a Cultura Africana.** Lisboa: edições 70, 1977.
- ANDERSON Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ANDERSON, P. **Linhagens do Estado Absolutista.** São Paulo: Brasiliense, 2000.
- ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência por suas drogas e Minas (1711).** São Paulo. Itatiaia/EDUSP, 3. Ed. 1982.
- ARENDDT, Hannah. A crise na Educação. IN ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro.** São Paulo: Perspectiva, 1997.
- ARON, R. Mito e homem. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.**
- ARRUDA, J. J. **A Revolução Inglesa.** São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BARROS, D'Assunção de **Teoria da história: acordos historiográficos.** Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. **Teoria da história: os paradigmas revolucionários.** Petrópolis:
- _____. **O projeto de pesquisa em história.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2008
- _____. **O Campo da História.** Petrópolis: Vozes, 2008 (6ª ed.)
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil.** São Paulo: EDUSP, 1971.

BEAUD, Michel. **A arte da tese: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BEEK, M. **História de Israel.** Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

BELLOTTO, M.L. e CORRÊA, Anna M. Martinez. **A América de Colonização Espanhola: Antologia de textos históricos.** São Paulo: Hucitec, 1991.

BENTO, Luiz Carlos (org.). **História e ensino de História: as perspectivas do saber histórico e sua culminância para o desenvolvimento de um projeto de homem.** Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

BETHELL, L. (Org). **América Latina Colonial.** Vol. 2. São Paulo/Brasília: Edusp/Fundação Alexandre de Gusmão, 1999.

BITTENCOURT, C. **O saber histórico na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2002.

BITTENCOURT, F. **História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália.** São Paulo: Globo, 2000.

BLOCH, March. Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.

_____. **Apologia da História ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro, 2002.

BLOCH, R. **As origens de Roma.** Lisboa: Verbo, 1971.

BORGES, V. P. O que é história. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOSI, E. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOWRA, C. A. **A Grécia Clássica.** Lisboa: Verbo, 1971.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre história.** São Paulo: Perspectiva, 1990.

BROWN, P. "Antiguidade Tardia" in ARIES, P. & DUBY, G. (orgs.) **História da Vida Privada.** Vol. 1 São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BURKE, Peter. **A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luis XIV.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Cultura popular na Idade Moderna - 1500-1800.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. (org.) **A escrita da História.** São Paulo: UNESP, 1982.

_____. **História e Teoria Social.** São Paulo: Editor Unesp. 2002.

CANCELLI, Elizabeth. **O mundo da violência: a polícia na Era Vargas.** 02. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **América Pré- Colombiana.** São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. **O trabalho na América Latina Colonial.** São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Antiguidade Oriental.** São Paulo: Contexto, 1998

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Henrique S. **Comida e sociedade: uma historia da alimentação.** Rio de Janeiro: Campus, 2003

- CARONE, Edgard. **A República Velha. Instituições e classes sociais.** São Paulo: DIFEL, 1975.
- CARR, E.C. Que é História? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.**
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- _____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASCUDO, Luís Câmara. **História da Alimentação no Brasil.** São Paulo: Nacional, 1977.
- CERRI, Luis Fernando (org.). **Ensino de História e Educação.** Ponta Grossa: UEPG, 2007.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano.** Vol. 1 e 2. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- COSTA E SILVA. **A Enxada e a Lança.** São Paulo: Nova Fronteira, 2002.
- COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CROUZET, Maurice. **História Geral das Civilizações.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
- DAVIDSON, B. **Os africanos: uma introdução a sua história cultural.** Lisboa: Edições 70, 1981.
- DE DECCA, Edgard S. **1930. O silêncio dos vencidos.** São Paulo : Brasiliense, 1981.
- DIAS, Maria Odila da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos.** São Paulo: Alameda, 2005.
- DOSSE, François. **A história à prova do tempo.** Da história em migalhas
- DUBY, G. **História da vida privada: da Europa feudal à Renascença.** Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma Tese.** São Paulo: Perspectivas, 1977..
- ESPIG, Márcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro. **A guerra santa revisitada: Novos estudos sobre o movimento do Contestado.** Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.
- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos: gênese e lutas.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. 347p
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro.** 4ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977, (2v.).
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- FAUSTO, B. (org). **Fazer a América.** A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.
- FAUSTO, Bóris. **A revolução de 1930. Historiografia e história.** São Paulo: Brasiliense, 1972.
- FERREIRA, M. **Como utilizar a música na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2005.

- FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998
- FLADRIN, J. L.; MONTANARI, M. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998
- FLORENZANO, Modesto. **As Revoluções Burguesas**. São Paulo: Brasiliense: 1981.
- FONSECA, Selva Guimarães. (org.) **Ensinar e aprender história: formação, saberes e práticas educacionais**. São Paulo: Alínea, 2009.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papirus, 1993.
- _____. **Didática e prática de ensino de história**. São Paulo: Papirus, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **A microfísica do Poder**. 35ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FRANCO JÚNIOR, H. A Idade Média: nascimento do Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREITAS, Sônia Maria de. **História oral: procedimentos e possibilidades**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/AMADO, USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala** (formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal). Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1946.
- FRIGHETTO, R. **Cultura e poder na Antigüidade-tardia ocidental**. Curitiba: Juruá, 2000.
- GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- _____. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das letras, 2002.
- GINZBURG, Carlo. **A Micro história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- GLÉNISSON, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. São Paulo: Bertrand, 1986.
- GOFF, Jacques le& NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988 (3a. ed.).
- GRINBERG, Keila& SALLES, Ricardo (org). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 3v.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Edit.Revista dos Tribunais, 1990. 189 p.
- HEERS, J. **História Medieval**. Lisboa: Difel, 1986.
- HERNANDEZ, L.M.G.L. **A África em sala de aula: visita à história contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- HOBBSAWN, Eric. **A Era das Revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. **Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000
- _____. **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). **O Brasil monárquico**. São Paulo: Difel, 1976. (História Geral da Civilização Brasileira, 5 volumes).
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jose, 1975. p. 15-37.
- _____. **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol 01. R.J: Bertrand

Brasil, 1989.

_____. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

IGLÉSIAS, Francisco. Historiadores do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2005.

KERSTEN, M. S. de A. **Os rituais de tombamento e a escrita da história**. Curitiba: UFPR, s/a.

LE GOF, Jacques. LADURIE, Emanuel Le Roy; DUBY, Georges. Et al. **A Nova História**. Lisboa: Edições 70, 1977

LE GOFF, J. **A civilização do Ocidente Medieval**. Vol. 1. Lisboa: Editorial Estampa, 1983.

_____. **A civilização do Ocidente Medieval**. Vol. 2. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e voto**. São Paulo: Companhia das letras, 2012

LENHARO, Alcir. 1964: **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora contexto, 2014.

_____. **Sacralização da política**. 2ª ed. Campinas : Papyrus, 1986.

LIBÂNEO, J. OLIVEIRA, J. TOSCHI, M. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, L.O. **O impasse na educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1969.

LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado A formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas Unicamp, 2004.

MAGALHÃES, M. B. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED/UFPR, 2002.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **Breve história de Portugal**. Lisboa: Presença, 1996.

MARTINS, W. **Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. São Paulo: Ed. Anhembi. 1955.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do estado imperial**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual da História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996

MEZZOMO, F. A; PÁTARO, C. S. O. **Estudantes universitários no Ensino Superior público paranaense: perfil dos ingressantes na Universidade Estadual do Paraná**. Campo Mourão: Fecilcam, 2015.

MICELI, Paulo. **O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI)**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1997.

MONTEIRO, John Monteiro. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: Um momento privilegiado de ensino e não um acerto de contas**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do império**. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar,

1975.

NADALIN, S. O. **Paraná: ocupação e território, populações e migrações**. Curitiba: SEED/UFPR, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar a televisão na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

NORA, P. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *In*: KHOURY, Y. A. **Projeto histórico**. n. 10. São paulo: PUC, dez. 1993.

NOVAIS, Fernando A. (Coord. Geral) **História da vida privada no Brasil**. Vol. 3. República: da Belle époque à era do rádio. SEVCENKO, Nicolau (Org. do vol.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1985.

OLIVEIRA, D. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED/UFPR, 2002.

OLIVEIRA, R.C. **O silêncio dos vencedores: Genealogia, classe dominante e Estado do Paraná**. Curitiba: Minho do Verbo, 2001

OLIVEIRA, R.C. **O silêncio dos vencedores: Genealogia, classe dominante e PADRÓS, Enrique Serra (org.). Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar**. Porto Alegre: EST, 2002.

PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira; MARTINS, Ilton Cesar. **Escravidão, mestiçagens populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume, 2010.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná**. História. Curitiba: SEED, 2008. Disponível em: <http://diaadiaeducacao.pr.gov.br>.

PINHEIRO MACHADO, Brasil et all. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba, UFPR. 1968.

POMER, L. **As independências na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PRIORE, M.D. VENÂNCIO, R.P. **Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. 2ed. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012.

RAGO, Margareth & GIMENES, Renato Aloizio de Oliveira (orgs.). **Narrar o passado, repensar a História**. Campinas: UNICAMP, IFCH, 2000.

RAMAL, A.C. Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RAMOS, Fábio Pestana. **No tempo das especiarias**. São Paulo: Contexto, 2004.

RANDELL, K. **Lutero e a Reforma Alemã – 1517-1555**. São Paulo: Ática, 1995

REIS, João Jose. **Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX**. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

_____. **Flávio dos Santos. Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: cia. das Letras, 1996.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica**. trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UNB, 2001.

SANTOS, C. R. A. **Vida material, vida econômica**. Curitiba: SEED/UFPR, 2002.

- SANTOS, Carlos Roberto Antunes. **A gastronomia Francesa: da Idade Média às novas tendências culinárias.** Disponível em www.historiadaalimentacao.ufpr.br/grupos/grupos/htm
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel (orgs.). **Aprender História: perspectivas da educação histórica.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2009.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARTZ. Stuart. B. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1988.
- SERRANO, C. WALDMAN, M. **Memória D'África: a temática africana em sala de aula.** São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Alberto da Costa. **A enxada e a lança: a África portugueses.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século 18.** 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** São Paulo: Paz e Terra, 1998
- TUCHMAN, Bárbara W. **A prática da história.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. **Racismo Cordial: a mais complete análise sobre o preconceito de cor no Brasil.** (Folha de São Paulo/DATAFOLHA) 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de Bibliotecas. **Teses, Dissertações, Monografias e Trabalhos Acadêmicos/** Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.
- VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- VELLASCO, Ivan. **As seduções da Ordem.** Bauru: Edusc, 2004
- VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História;** Foucault Revoluciona a História. 4a ed. Brasília: Editora da UnB, 1998.
- VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WACHOVICZ, Rui Christovam. **História do Paraná. Curitiba,** Paraná: Editar, 1972.
- WASSERMAN, Claudia; GUAZELLI, César A. Barcellos (Organizadores). **Ditaduras Militares na América Latina.** Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- ZERBO, J.K.(org.) **História Geral da África.** Lisboa: Ática-Unesco, 1982.

FONTE: Relatório de livros do acervo de ciências humanas. Dados atualizados pela biblioteca em 2015

Atualmente o Campus de União da Vitória recebeu a incorporação de acervo bibliográfico nominado Coleção Ciro Flamarion Cardoso, proveniente de doação de parcela daquele pesquisador que amplia os títulos em ciências humanas que servem de base para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

13.5 RECURSOS DE LABORATÓRIOS

a) Laboratório de Informática

O laboratório de informática é utilizado de forma individual e coletiva. Com acesso à internet os alunos podem acessar teses e dissertações nos bancos de dados das Universidades, bem como baixar textos digitais em de revistas especializadas. As formas de uso do laboratório estão descrita no regulamento de uso do laboratório de informática no anexo III. Estas informações são imprescindíveis para o desenvolvimento de trabalhos em grupo, artigos, monografias, etc. Por outro lado, são realizadas consultas individuais no período da tarde e noite, além de servir e suporte às disciplinas por meio das práticas dos componentes curriculares. Do recebimento dos equipamentos no ano de 2010, até a presente data inúmeros computadores deixaram de funcionar, devido ao tempo de obsolescência, e das insuficiências de manutenção por parte do CPD. Além de aparelho de ar condicionado inoperante, somente quatro computadores se encontram em condições plenas de funcionamento, e três computadores foram realocados ao laboratório de história oral para oferecer suporte aos bolsistas do projeto em andamento naquele espaço. A manutenção dos equipamentos se encontra a cargo do CPD que responde a diretoria de campus.

Discriminação

Laboratório nº 1	Área (m²)	m² por estudante
Laboratório de informática	48	0,45

Mobiliário

Especificação	Quantidade
Bancadas	3
Cadeiras	27
Rack	1

Quadro Branco	1
----------------------	----------

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores/wireless (inoperantes)	20
Computadores/wireless (funcionais)	02
Projeto Data Show	04

Material de Consumo

Especificação	Quantidade
Caneta hidrocolor	5

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários						
Lab. n°	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1	Agendado pelos professores	Agendado pelos professores	Agendado pelos professores	Agendado pelos professores	Agendado pelos professores	Agendado pelos professores

b) Laboratório de História Oral - LADOM

O Laboratório de história oral, documentação e mídia – LADOM localiza-se no piso superior, lado direito ao final do bloco C da UNESPAR campus de União da Vitória, com área compartimentada na sala isolada acusticamente, para atividades de estúdio e gravações, e sala de processamento e guarda.

A História Oral registra o cotidiano e a memória de sujeitos em suas trajetórias social, política, cultural, entre outras. Sua idealização parte da necessidade de registrar memórias que ficaram nas franjas da história oficial. O objetivo geral maior se trata de articular as questões teórico-metodológicas

desenvolvidas junto a disciplina de História Oral, com as práticas de pesquisa em História Local. Além de o laboratório ser aberto à todas as disciplinas e/ou linhas de pesquisa, pretende-se o registro de experiências vividas de sujeitos que se inserem no âmbito de atuação da universidade. As pesquisas desenvolvidas pelos professores e, mesmo pelos alunos, estão em conformidade com a **Resolução 196/96**, de 16 de outubro de 1996, que estabelece as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Os projetos de pesquisa transitam no colegiado e no Comitê de Ética e Pesquisa da instituição (COEP). Este também é o caso das aulas experimentais que podem se vincular a projetos de pesquisa docente; segue-se o modelo de Aulas Práticas do COEP, com plano ou roteiro de aula e parecer do colegiado, assentados em ata. O roteiro das atividades laboratoriais abrange a coleta de depoimento, elaboração de ficha dos informantes, transcrição de relatos, uso de vídeos, organização de dados coletados, entre outros.

Como o laboratório de História Oral possui uma ampla frente de atuações suas normas de uso e funcionamento encontram-se descritas em projeto em anexo (Anexo IV) que ordena as atividades do Laboratório de história oral, documentação e mídia – LADOM. Dependendo dos projetos individuais apresentados, seja de alunos seja, de professores poder-se-á complementar a pesquisa em História Oral com a documentação disponível no Arquivo Histórico. Projetos já desenvolvidos junto ao laboratório de história oral: *Folclore regional em foco* (2011) pela professora supervisora, Zuleide Matulle. *Imigração, Culturas e sociedade* (2012-2014) e *A origem das canções na vida comum no Vale do Iguaçu: um estudo acerca da recepção da produção fonográfica entre 1965 e 1985* (2015-2016) pelo professor supervisor Jefferson William Gohl.

Discriminação

Laboratório nº 2	Área (m ²)	m ² por estudante
Laboratório de história oral	56	0,43

Mobiliário

Especificação	Quantidade
Armários	2
Porta-arquivos	2
Estante de aço	1
Mesas	2
Cadeiras	22
Mesa Ilha de edição	1
Persianas e blackout	2

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores/ wireless	4
Notebooks	1
Scanner	1
Impressora	1
Mesa de som	1
Amplificador	1
Equipamento de áudio	1
Toca-discos prof.	1
Caixa de som	1
Piscina de áudio	1
Hd externo	1
Desumidificador	2
Micro sistem	1
Kit iluminação	1
Flasch/carregador	1
Rádio toca-fitas	5

Refletor de luz	1
Microfones	4
Microfone de lapela	3
Câmeras fotográficas	11
Ar condicionado	2
Micro-gravadores digitais	7
Filmadora	3
Pedestais e suporte	3
Microfone externo (multidirecional)	1
Vara microfone	1
Pen-drive	35

Material de Consumo

Especificação	Quantidade
DVD	70

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários						
Lab. n°	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
2	Tarde	Tarde	Tarde	Tarde	Tarde	Tarde

c) Arquivo Histórico

O Arquivo Histórico, localiza-se no piso superior esquerdo final do bloco A da UNESPAR campus de União da Vitória, embora esteja restrito a um espaço mínimo, é essencial para a formação acadêmica. Permitindo o estudo e a reflexão sobre uma dimensão dos estudos históricos e sua relação com o ensino, através de fontes diversas, propiciando aos alunos o estudo de fontes documentais importantes para a história local. As atividades do Arquivo Histórico contribuem para a reafirmação e construção da memória e da identidade de sujeitos ou de grupos sociais locais e regionais. Nesse sentido, as funções arquivísticas estão direcionadas à preservação, manuseio, tratamento, conservação, catalogação e digitalização de documentos históricos e se aplicam direta e interdisciplinarmente na formação acadêmica da licenciatura baseada no uso de fontes documentais, ao mesmo tempo que garante a preservação da memória da comunidade em que está inserido, de quem recebe a documentação e para quem a disponibiliza para pesquisa. Os documentos mantidos pelo Arquivo Histórico possuem uma importante diversidade, abrangendo: Acidentes de Trabalho, Interdições e Marcações, Naturalização, Reintegração de Posse, entre outros. Dessa forma, se torna possível, dentro de um trabalho conjunto e complementar, utilizando-se das técnicas de pesquisa em História Oral e do laboratório de História Oral, estabelecer vínculos de pesquisa e ensino fundamentais para a formação do licenciando e para a pesquisa educacional. O Arquivo Histórico também se articula ao Projeto de Pesquisa Individual – Tecnologias e Linguagens para o Ensino de História – Desenvolvido pelos professores Everton Carlos Crema e Dulceli Tonet Estacheski, financiado pela Fundação Araucária. Paralelamente desenvolveu-se no Arquivo Histórico em 2015, atividades de extensão ofertadas pelo PIBEX – Programa de Incentivo a Extensão, com aluna bolsista da graduação, financiada com recursos da UNESPAR – Pró-reitora de Extensão, resultando também desse trabalho, a análise de modelos de instrumentos de pesquisa, a digitalização e instrumentalização de cerca de 20 caixas e cerca de 600 processos e documentos diversos, bem com sua higienização, recuperação, organização e manutenção constante do acervo, bem como atendimento para pesquisa. O acervo encontra-se aberto a professores, alunos e pesquisadores e possui modesta divulgação em meio eletrônico, vinculado a página da instituição mantenedora. No momento o Arquivo Histórico vem aguardando um sítio em específico,(

<http://arquivofafiuiv.blogspot.com.br/search?updated-max=2011-08-17T12:58:00-07:00&max-results=7>) bem como hospedagem para seu acondicionamento e divulgação digital.

Discriminação

Arquivo	Área (m ²)	m ² por estudante
Arquivo Histórico	22	0,17

Mobiliário

Especificação	Quantidade
Estantes madeira	2
Mesa	1
Cadeiras	4
Ventilador	1

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computador (desatualizado)	1
Notebooks	1
Scanner	1

Material de Consumo

Especificação	Quantidade
Papel	Fornecido pela instituição
Toner	03

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários						
Arquivo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
Horários	Tarde	Tarde	Tarde	Tarde	Tarde	Tarde

d) Projeto LAPHIS

O laboratório de aprendizagem histórica – LAPHIS localiza-se no piso superior esquerdo final do bloco A da UNESPAR dividindo a sala do Arquivo histórico. O curso de Licenciatura em História da UNESPAR, campus de União da Vitória, aborda diferentes teorias e concepções de ensino visando um debate democrático e uma formação plena e autônoma de docentes. O sentido de se criar o Laboratório de Aprendizagem Histórica se pautava no contexto de reformulações e inovações em relação ao ensino de História fundamentado nos conceitos de consciência histórica e educação histórica e na necessidade de um espaço que pesquise e discuta com maior propriedade o processo de aprendizagem histórica, visando melhor compreender como ele se configura na construção dos saberes históricos, bem como entender como ocorre a formação da consciência histórica de docentes e discentes. O projeto tem por objetivos o desenvolvimento de pesquisas na área da aprendizagem histórica, bem como ampliar a formação docente com oficinas para o trabalho com diferentes tecnologias e linguagens de ensino estimulando o uso de fontes históricas para o ensino de história pautado na investigação histórica, bem como ampliar os debates em torno de temáticas históricas ou interdisciplinares a partir de cursos, palestras, eventos e publicações. Possui regulamento próprio constante no Anexo V. Metodologicamente pretende atuar das seguintes formas:

- Estudo sobre as teorias voltadas à aprendizagem histórica;
- Promoção de pesquisas em torno da temática;
- Elaboração de materiais didáticos de História;

- Organização de palestras, oficinas e cursos sobre aprendizagem histórica, temas históricos e debates interdisciplinares;
- Organização de seminários, simpósios, para troca de saberes e relatos de experiência em relação ao ensino e à aprendizagem histórica;
- Publicação de artigos e livros sobre a temática;
- Organização de um site para divulgação de materiais relacionados ao tema.

e) Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE

O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE localiza-se no piso superior direito do início do bloco B da UNESPAR, constitui-se como espaço comum das licenciaturas nas dependências do Campus de União da Vitória, destinado a promover a interação entre diferentes cursos de formação de professores, incentivando o desenvolvimento de metodologias voltadas à inovação das práticas pedagógicas; elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar e estímulo ao uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) na articulação entre os programas da CAPES relacionados à educação básica.

O curso de história do campus de União da Vitória participa como subprojeto entre outros oito cursos de licenciatura do Campus, que tem seu projeto amplo coordenado pela professora Maria Ivete Basniak, contando com mobiliário e equipamentos modernos, e recursos bibliográficos e didáticos o laboratório e seus projetos tem a função de articular os cursos de licenciatura para além do Campus em direção a aproximação da educação básica em direção as descobertas e construção de novos modelos de aprender-ensinar e de transformação dos aspectos da realidade local e regional.

As equipes de trabalho devem buscar por meio do LIFE novas metodologias que propiciem a construção de conhecimento interdisciplinar, avaliações de recursos didático-pedagógicos, em perspectiva contextualizada, problematizando e incentivando o uso das TICs em interface com os modos de conhecer, apreender e ensinar na escola de educação básica e no curso de licenciatura em História.

A socialização das experiências adquiridas entre as licenciaturas se consitiu em etapa importante do processo e integração dos níveis inter e extra universidade. O colegiado de história além dos equipamentos comuns do LIFE, dispõe de materiais específicos para seu uso e atuação, como material de expediente, papel A-4, tesouras, canetas e bibliografia sobre metodologia do ensino de história e de reflexão sobre o papel do professor em história à disposição de professores e alunos.

Especificação	Quantidade
Bancadas	3
Cadeiras	30
Quadro Branco	01
Tela multimídia	01
Armário de materiais História	01

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores/wireless	13
Impressora 3D	01
Tablets	10

14. BIBLIOGRAFIA

- ANDES-SN para a Universidade Brasileira. n° 2, 3ª ed. atual. e rev. Brasília/DF, 2003.
BRASIL, Secretaria de educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: História e Geografia. Secretaria de educação fundamental: Brasília. MEC/SEF, 1997.
CALVINO, I. Seis propostas para o próximo milênio. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
CASTORIADIS, C. As Encruzilhadas do Labirinto Vol. III - O mundo fragmentado. RJ: Paz e Terra, 1992.

DIAS, Ana Maria Iori. Discutindo Caminhos Para a Indissociabilidade Entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física, vol. 1, n. 1, p.37-52, Agosto/2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.

FORUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO ... Plano Nacional de Graduação: um projeto em construção. [Rio de Janeiro], 1999.

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/themes/wp-](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/themes/wp-simple/CURRICULOS/Parana_Diretrizes_Curriculares_da_Educacao_Basica_Historia.pdf)

[simple/CURRICULOS/Parana_Diretrizes_Curriculares_da_Educacao_Basica_Historia.pdf](http://www.castelobranco.br/site/arquivos/pdf/Referenciais-Curriculares-Nacionais-v-2010-04-29.pdf)

<http://www.castelobranco.br/site/arquivos/pdf/Referenciais-Curriculares-Nacionais-v-2010-04-29.pdf>

http://www.forgrad.com.br/artigo/reunioes_antteriores.php

http://www.forgrad.com.br/artigo/reunioes_antteriores.php , 2003

LEVY, P. As tecnologias da inteligência. São Paulo: Editora 34. S/d

LUCKESI, C. C. A avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2002

LUDKE, Menga. O professor, seu saber e sua pesquisa. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a06v2274.pdf>

MAGNANI, Ivetti. Ensino, pesquisa, extensão e a nova tipologia do ensino superior brasileiro. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., Caxambu, 2002. Anais... Caxambu: ANPEd, 2002.

MARTINS, Estevão Resende. Educação e consciência histórica. In: CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. Educação histórica: teoria e pesquisa. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, Pesquisa e Extensão: uma associação contraditória. Tese de Doutorado. São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1996.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Questões curriculares e didáticas no ensino da História Antiga. In: Anais do I Simpósio Nacional de História Antiga. João Pessoa: Ed. Universitária, 1984.

MIRANDA, Marília G. de. O Professor Pesquisador e Sua Pretensão de Resolver a Relação Entre a Teoria e a Prática na Formação de Professores. In: O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 5 ed, 2006, p.129-143.

MORETTO, V. P. Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MORIN, E. Ciência com consciência - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NÓVOA, Antônio. O Professor Pesquisador e Reflexivo. Entrevista concedida em 13 de setembro de 2001. Disponível em:

http://www.tvebrasil.com.br/salto/entrevistas/antonio_novoa.htm Acessado em 22/11/2010

para a prevenção da violência. Brasília: UNESCO/UCB, 2002.

PEREIRA JÚNIOR, Alfredo. A universidade pública e os desafios do desenvolvimento. La Insígnia: Brasil, 13 jan. 2005.

PERRENOUD, P. Construir as competências desde a escola. Porto Alegre: Artmed, 1999.

REALE, Miguel. O homem e seus horizontes. 2º ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

RUSEN, Jorn In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. Jörn Rösen e o ensino de história. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

RUSEN, Jorn. Aprendizagem histórica: esboço de uma teoria. In: Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: WA editores, 2012, p.79-89.

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SANTOS, Boaventura Sousa. A universidade no século XXI. São Paulo: Cortez, 2004.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. Aprender história: Perspectivas da educação histórica. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.

SILVA, Maria das Graças. Universidade e sociedade: cenário da extensão universitária? In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., Caxambu, 2000. Anais... Caxambu: ANPEd, 2000.

Documentos consultados

UNESPAR. Relatório CPA 2011/12- Campus União da Vitória: 2013.

UNESPAR.Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI -2011-2016.

UNESPAR.Projeto Político Institucional – PPI 2012.

14. ANEXOS:

ANEXO I – Regulamento de Estágio obrigatório e não obrigatório do curso de história

REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS, OBRIGATÓRIOS E NÃO OBRIGATÓRIOS, DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, CAMPUS DE UNIÃO DA VITÓRIA

TÍTULO I

ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

Art. 1.º - O Estágio Curricular Supervisionado é uma etapa obrigatória dos Cursos de Formação Docente de acordo com as Resoluções CNE/CP nº1/2002 e CNE/CP nº2/2002.

Art. 2.º - A carga horária do Estágio Curricular Supervisionado, de caráter obrigatório, definida nos planejamentos curriculares dos Cursos de Formação Docente, será de 400 (quatrocentas) horas, conforme Resolução CNE/CP2/2002, distribuídas nas 3^{as} e 4^{as} séries.

Art. 3.º - A mesma Resolução prevê que os alunos e alunas que exerçam atividade docente regular na Educação Básica poderão ter redução da carga horária do Estágio Curricular Supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

§ 1.º - Para obter essa redução de c/h o aluno ou aluna, com amparo na Legislação vigente deverá apresentar documentação comprobatória à coordenação de estágio do curso, do tempo de efetivo exercício no Magistério, na área específica, no Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano ou Ensino Médio.

§ 2.º - A coordenação de estágio do Curso analisará os documentos apresentados e emitirá parecer referente à dispensa.

§ 3.º - A referida dispensa não isentará o aluno ou aluna de apresentar relatório semestral das atividades docentes realizadas nas respectivas Escolas e nem da frequência às atividades que forem determinadas pelo/a professor/a orientador/a de Estágio em sala de aula por considerá-las prioridades na formação docente.

Art. 4.º - O Estágio poderá ser desenvolvido em mais de uma Instituição de Ensino pública ou privada, concomitante ou não, desde que compatível com a jornada escolar do aluno ou aluna, de forma a não prejudicar suas atividades escolares.

CAPÍTULO II

DO CONCEITO E OBJETIVOS

Art. 5.º - Considera-se Estágio Curricular Obrigatório as atividades educacionais de ensino-aprendizagem proporcionadas ao/à acadêmico/a pela participação em situações reais, realizadas em instituições de Ensino Fundamental e Médio.

Art. 6.º - Serão objetivos do Estágio Curricular Supervisionado:

I – proporcionar ao futuro profissional um conhecimento real, preparando-o de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;

II – elaborar projetos pedagógicos inovadores, viabilizando o desenvolvimento e avaliação dos mesmos;

III – proporcionar experiência acadêmico-profissional orientada para a competência técnico-científica no trabalho profissional, no contexto das relações sociais diagnosticadas. Nas séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

IV – promover a interação entre a Instituição formadora e a comunidade;

V – produzir conhecimentos significativos na sua área de atuação, promovendo uma ação reflexiva na estrutura curricular do Curso e nas Instituições de realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

CAPÍTULO III

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO

Art. 7.º - Constituir-se-ão campos de Estágio:

I – Estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio, da rede Municipal, Estadual e Particular situados no município de União da Vitória. Instituições de ensino de municípios vizinhos podem se tornar campos de estágio para acadêmicos/as do 4º ano do curso em situações específicas, dependendo da autorização do/a professor/a orientador/a do Trabalho Final de Estágio Supervisionado;

II – Instituições sociais, assistenciais e culturais da comunidade alvos de projetos ou programas de ensino, pesquisa e extensão que envolvam acadêmicos/as estagiários/as.

Art. 8.º - Os Estágios Curriculares obrigatórios, quando realizados em entidades públicas ou privadas, deverão ser precedidos da celebração de Convênio ou Acordo de Cooperação, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições de sua realização, quando solicitados pelas Instituições.

Art. 9º – As atividades a serem desenvolvidas pelo/a estagiário/a, bem como todas as condições de estágio, devem constar em Termo de Compromisso assinado pelo/a acadêmico/a estagiário/a, pela instituição concedente, pela coordenação de estágio do curso e direção do campus.

Art. 10 - O seguro de acidentes pessoais em favor do/a estagiário/a será providenciado pelo Setor de Estágio do Campus de União da Vitória da UNESPAR.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DIDÁTICA

Art. 11 - Da organização administrativa dos estágios da UNESPAR, campus de União da Vitória participam:

- I. Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD
- II. Centros de Áreas, Colegiados de Cursos, Coordenação de Estágios e Setor responsável pelos estágios no *Campus*.

Art. 12 - Compete à Pró-reitoria de Ensino de Graduação – PROGRAD:

- I. definir e emitir políticas e regulamentos de estágio, em conjunto com os Conselhos Superiores afins;
- II. manter serviço de assessoria permanente aos Cursos por meio de suas Diretorias afins;
- III. encaminhar as questões relativas aos estágios às instâncias universitárias competentes, quando for o caso;
- IV. participar, quando necessário, de reuniões relativas à organização e avaliação dos estágios;
- V. promover encontros e intercâmbios entre os responsáveis pelos estágios na UNESPAR, visando solucionar problemas e ou padronizar procedimentos;
- VI. Promover, juntamente com os Coordenadores de Curso e/ou Coordenadores de Estágios, intercâmbio com outras instituições sobre assuntos pertinentes aos estágios;

VII. fornecer assessoria aos Coordenadores de Cursos e/ou Coordenadores de Estágios na elaboração, tramitação e divulgação dos Regulamentos Específicos/Próprios de Estágios dos Cursos de Graduação.

Art. 13 - Cabe às instâncias de cada *Campus* ou unidade:

- I. Cabe ao Setor responsável pelos estágios no *Campus*: emitir certificado de Estágio não Obrigatório, mediante requerimento do estudante, para computar como carga horária de atividade acadêmica complementar, de acordo com o Regulamento Geral de Atividades Acadêmicas Complementares da UNESPAR e Regulamentos Específicos dos Cursos, atendendo às especificidades de formação e ainda para os fins profissionais acadêmicos que se fizerem necessários;
- II. Cabe ao Coordenador de Estágio do Curso assinar os certificados de Estágios não Obrigatórios;
- III. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus* manter cadastro atualizado de todos os estudantes que estejam realizando Estágios não Obrigatórios, bem como especificar o local onde estão atuando;
- IV. Cabe ao Coordenador de Estágios do Curso: manter cadastro atualizado de todos os estudantes do seu curso que estão realizando estágios, com especificação dos locais de estágios; assinar o Plano de Trabalho a ser firmado entre estudantes e concedentes de estágios; receber os relatórios circunstanciados sobre os estágios obrigatórios ou não obrigatórios e tomar as providências cabíveis, junto aos demais setores, quando necessário;
- V. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus*: formalizar e firmar convênios mediante delegação, entre a UNESPAR e as unidades concedentes de estágios, visando estabelecer os campos de estágios para os estudantes da UNESPAR.
- VI. Cabe ao Setor responsável pelos Estágios no *Campus* estabelecer controle de vigência dos convênios, analisando-os periodicamente e verificando a necessidade ou não de sua renovação, juntamente com o Coordenador de Curso ou Coordenador de Estágio, emitindo, quando necessário, seu parecer.

Art. 33 - Compete aos Diretores de *Campus*, Centros de Área e aos Colegiados de Curso proverem apoio logístico e de recursos humanos para formalização e realização dos estágios, nos âmbitos das suas competências regimentais.

Art. 14 - Da organização didática dos estágios participam:

- I. Colegiado de Curso;
- II. Coordenação de Curso;
- III. Coordenação de Estágio;
- IV. Professor/a da disciplina de estágio supervisionado;
- V. Professor/a regente da escola/colégio campus de estágio;
- VI. Professor/a orientador/a do Trabalho Final de Estágio Supervisionado;
- VII. Acadêmico/a estagiário.

Art. 15 - Cabe ao Colegiado de Curso:

- I. estabelecer e definir diretrizes para o Estágio Curricular Obrigatório e para os Estágio não Obrigatório;
- II. elaborar o Regulamento Próprio/Específico de Estágio do Curso e encaminhá-lo ao Colegiado de Centro, para sua aprovação, observado o Regulamento Geral de Estágio da UNESPAR e demais legislação pertinente;
- III. manifestar-se, quando solicitado pelo coordenador de curso, em matérias referentes aos estágios obrigatórios e não obrigatórios.

Art. 16 - Compete à Coordenação de Estágios do Curso:

- I. propor ao Colegiado de Curso o sistema de organização e desenvolvimento dos estágios;
- II - propor minuta do Regulamento Próprio/Específico de Estágio do Curso, obrigatório e não obrigatório, com assessoria da PROGRAD, encaminhando-a ao Colegiado de Curso para análise e posterior aprovação pelo Conselho de Centro respectivo.
- III. definir os diversos campos de estágios, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, a fim de que sejam formalizados os convênios para o desenvolvimento dos estágios;

- IV. identificar os campos de estágios e possibilitar a inserção dos estudantes nos mesmos;
- V. coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades de estágios, em conjunto com os docentes orientadores/supervisores de estágios e com os supervisores de campo de estágio de modo a propiciar a real inserção dos estudantes;
- VI. convocar, sempre que necessário, reuniões com os docentes envolvidos com os estágios, para discutir assuntos tais como: planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágios e elaboração e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;
- VII. organizar, a cada período do estágio curricular obrigatório, os campos de estágio, a distribuição dos estagiários entre os supervisores/orientadores de estágios;
- VIII. Organizar os estagiários por grupos, quando for o caso, para estabelecer uma distribuição conforme as possibilidades de vagas nos campos de estágios, evitando superlotação em determinados locais e de acordo com as características do perfil profissional expressas no Projeto Pedagógico do Curso;
- IX. assinar os Termos de Compromisso dos Estágios Curriculares Obrigatórios;
- X. avaliar os relatórios circunstanciados que indiquem desvirtuamento da função educativa do estágio, emitidos pelos orientadores/supervisores de estágios ou pelo responsável pelos convênios de estágios não obrigatórios e encaminhar à PROGRAD, após a análise do Colegiado de Curso e Conselho de Centro;
- XI. Organizar o Seminário de Ensino de História no final do segundo semestre do ano letivo para que estagiários/as apresentem os resultados de suas atividades e reflexões teóricas sobre ensino e aprendizagem da história.

Art. 17 – O curso de história terá, de acordo com as possibilidades de número de docentes, 01 (um/a) Coordenador/a e 01 (um/a) Vice-coordenador/a de Estágios, eleito/a pelos seus pares, preferencialmente, dentre os docentes efetivos em Regime de Tempo Integral;

§ 1º Os docentes escolhidos como Coordenador e Vice-coordenador de Estágios serão nomeados por uma Portaria do Reitor, por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 3º O Coordenador e Vice-coordenador de Estágios devem, preferencialmente, atuar como orientadores/supervisores de estágios durante a sua gestão.

§ 4º O Coordenador de Estágio deve ser membro nato do Colegiado de Curso, com a formação específica do Curso;

§ 5º O Vice-coordenador deve colaborar com o Coordenador de Estágios em suas atribuições e substituí-lo em eventuais ausências e, em caso de vacância do cargo, deve assumir a função de coordenador de estágio, até que se realizem novas eleições.

Art. 18 – Caberá aos Professores/as de Metodologia de Ensino e de Estágio Curricular Supervisionado que devem ser habilitados/as na área específica do curso de formação, com experiência no Ensino Fundamental e Médio.

I – apresentar formalmente, aos/às estagiários/as, no início do período letivo, todos os aspectos legais que compreendam o processo de estágio curricular;

II – coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes ao estágio, em conjunto com os/as demais professores/as orientadores/as dos temas de Estágio;

III – Entrar em contato com os estabelecimentos oficiais do Ensino Fundamental e Médio, que ofertam estágio, para análise das condições do estágio, tendo em vista a celebração de convênios e acordos, quando for o caso;

VI – organizar o Programa de Metodologia de Ensino especificando orientações das atividades de Estágio Supervisionado de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso, acatando o Regulamento Geral do Estágio Curricular da IES;

V – discutir as tendências atuais, teóricas e metodológicas referente ao ensino na área específica;

IV – orientar a elaboração dos Planos de Estágio, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades práticas realizadas pelos/as estagiários/as durante todo o processo;

V – informar ao/à aluno/a estagiário/a sobre as normas, procedimentos e critérios do planejamento, da execução e da avaliação das atividades de estágio supervisionado;

VI – manter contato sistemático com as escolas (supervisores/as) nas quais os/as estagiários/as cumprem atividades inerentes ao Estágio Curricular Supervisionado;

VII – organizar e manter atualizada a documentação dos/as Estagiários/as e assinar as Certidões de Estágio;

VIII – receber e analisar o controle de frequência, relatórios e outros documentos dos/as estagiários/as, registrando o controle efetivo das horas realizadas conforme estabelece a legislação vigente;

IX – propor à Coordenação de Estágio do Curso, quando necessário, o desligamento do/a Estagiário/a do campo de estágio;

X – dispensar eventualmente os/as Estagiários/as para atividades nas escolas e/ou biblioteca, apenas no horário destinado à disciplina de Metodologia de Ensino, observando o cumprimento das tarefas solicitadas;

XI – permanecer na Instituição, mesmo quando a turma ou parte dela, estiver em outras atividades, ficando à disposição dos alunos e alunas que necessitem de apoio individual aos seus projetos;

Art. 19 – O/a professor/a regente da escola/colégio campus de estágio deverá ser habilitado/a na área de atuação nas escolas e outras instituições de ensino parceiras, com um mínimo de dois anos de experiência, salvo se a instituição não possuir profissional com esse perfil.

Art. 20 – Ao/à professor/a regente da escola campo de Estágio, também responsável pelo acompanhamento do/a Estagiário/a no campo de estágio, compete:

- I – fornecer aos/às Estagiários/as informações necessárias para a elaboração e execução do planejamento de estágio;
- II – aprovar o Plano de Trabalho Docente e Planos de aula; sugerindo reformulações que se fizerem necessárias.
- III – Preencher e assinar os instrumentos próprios de acompanhamento que lhes forem solicitados;
- IV – acompanhar efetivamente o desempenho do/a estagiário/a, incentivando e apresentando sugestões que venham em seu auxílio, quando necessário;
- V – informar ao/à Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado qualquer mudança no planejamento ou outras situações que possam comprometer o andamento do estágio;

Art. 21 – Os/as professores/as das disciplinas do Curso responsáveis pela orientação do Trabalho Final de Estágio Supervisionado de acordo com sua área de conhecimento, compatível ao Planejamento Final de Estágio do/a acadêmico/a, compete:

- I – estabelecer um cronograma em conjunto com o/a estagiário/a (seu orientando ou orientanda), respeitando a disponibilidade de ambos/as para os encontros necessários;
- II – assinar a carta de aceite juntamente com seu/ua orientando/a;
- III – analisar o Planejamento de Estágio do/a acadêmico/a e propor sugestões onde se fizer necessário;
- IV – orientar a produção do material didático referente ao tema proposto no Planejamento de Estágio, atividades de prática de ensino, e acompanhar o processo de produção do artigo – TFES ao longo da 4.^a série até a apresentação do mesmo;
- V – Comunicar ao/à Professor/a de Metodologia de Ensino o não comparecimento dos/as orientandos/as às sessões de orientações, já em fase inicial, registrando as ausências na Ficha de presença de orientações;

VI – Acompanhar o/a estagiário/a que orienta em atividades de estágio nas instituições de ensino para avaliação e comunicar ao/à coordenador/a de estágios do curso suas considerações a respeito do desempenho do/a mesmo/a;

VII – participar como avaliador/a do artigo e apresentação final dos resultados de estágio no Seminário de Ensino de História e indicar outro/a docente para exercer a mesma função de avaliador/a de seus/uas orientandos/as.

Art. 22 – O/a acadêmico/a-estagiário/a é aquele/a que estará regularmente matriculado/a nas séries em que se realizam o Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 23 – Ao/à acadêmico/a-estagiário/a compete:

I – comparecer às aulas previstas no horário, sendo obrigatória a frequência exigida por lei – 75% (setenta e cinco por cento) das aulas teóricas e 100% (cem por cento) das atividades no campo de estágio;

II – observar e respeitar as normas contidas no Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso;

III – definir com o/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado, o/a Professor/a Supervisor/a da Escola campo de estágio, os locais, períodos e formas para o desenvolvimento das atividades referentes ao Estágio Curricular Supervisionado;

IV – conhecer antecipadamente o campo de estágio em que atuará;

V – elaborar e executar o seu plano individual sob a orientação do/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado com acompanhamento do/a professor/a Supervisor/a da Instituição, campo de Estágio e do/a professor/a orientador/a do tema;

VI – apresentar ao/à Professor/a de Metodologia de Ensino e do Estágio Curricular Supervisionado e ao/à Professor/a Supervisor/a, o Planejamento de estágio a ser desenvolvido, cumprindo rigorosamente as datas estabelecidas;

VII – a aplicação do Planejamento de estágio em escolas e/ou outras Instituições só poderá iniciar mediante aprovação por escrito do/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado bem como pela devolução das referidas fichas assinadas pelo/a professor/a supervisor/a e direção ou pedagogo/a da escola responsável pelo acompanhamento do mesmo;

VIII – desempenhar as atividades de Estágio Curricular Supervisionado com responsabilidade e competência, observando as normas de ética profissional no desempenho das suas atividades;

IX - participar regularmente das aulas de Metodologia de Ensino, de acordo com o horário escolar previsto, recebendo informações precisas e sugestões para a melhoria de seus planejamentos, constituindo-se esses aspectos em fatores de avaliação;

X – preencher, encaminhar e devolver os instrumentos de acompanhamento e avaliação, em anexo ao seu Planejamento de Estágio Supervisionado;

XI – entregar ao/à professor/a de Metodologia de Ensino (Orientador/a de Estágio) em data previamente fixada, o Relatório abrangendo todos os aspectos relativos ao Estágio;

XII – comunicar e justificar com antecedência, ao/à Professor/a Supervisor/a (campo de estágio) e ao/à Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio sua ausência em atividades previstas no plano de estágio;

XIII – repor as atividades previstas no plano de estágio, cuja justificativa da ausência foi aceita pelo/a supervisor/a e Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio.

Parágrafo único: O/a acadêmico/a da 4ª série deverá entrar em contato no primeiro bimestre do ano letivo com um/a professor/a do curso, da área de conhecimento do tema definido para ser Orientador/a do TFES, assinar o termo de compromisso e obedecer rigorosamente o cronograma estabelecido junto a esse/a professor/a, comunicando sua escolha ao Professor/a de Metodologia de Ensino. No início do segundo semestre do ano letivo deverá estabelecer, com seu/sua orientador/a o

nome do/a segundo/a docente que irá avaliar seu trabalho final e comunicar à coordenação de estágio.

CAPÍTULO V
DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO
OBRIGATÓRIO

Seção I

Das Atividades de Prática de Ensino como forma de
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Art. 24 – A Prática de Ensino, sob a forma de Estágio Supervisionado, como componente acadêmico, fornece ao/à aluno/a, como futuro/a professor/a, acesso ao conhecimento das tendências atuais de ensino nas diferentes áreas e experiências profissionais por meio do exercício da competência técnica, em três momentos:

I – na Universidade – no preparo das atividades de Estágio;

II – nos estabelecimentos oficiais de Ensino Fundamental e Médio, efetivando o Estágio;

III – na Universidade, posteriormente, para análise e avaliação.

Art. 25 – As atividades a serem desenvolvidas pelo/a estagiário/a devem constar no Plano de Estágio do/a Professor/a de Metodologia de Ensino (orientador/a de estágio);

Art. 26 – As atividades de Estágio Supervisionado num total de 400 (quatrocentas) horas abrangem as seguintes atividades:

I – análise da estrutura e funcionamento de escolas e suas decorrências para o processo de ensino-aprendizagem;

II – análise de livros didáticos e programas executados em Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio;

III – estágios de coparticipação:

a) análise de dinâmica da prática docente desenvolvida em escolas de Ensino Fundamental e Médio;

b) estágios de regência: execução de propostas didáticas, apresentação de estratégias pedagógicas e materiais didáticos em situações concretas de ensino-aprendizagem;

IV – análise de experiências pedagógicas bem sucedidas e materiais didáticos, por meio de pesquisas e em projetos especiais.

V – estágios com projetos de reforço escolar, minicursos e oficinas pedagógicas;

VI – estágios com projetos de ensino voltados a regência de classe no ensino Fundamental e Médio na terceira e quarta série;

VII – relatórios das atividades desenvolvidas;

VIII – Escrita de um artigo, o Trabalho final de estágio supervisionado, referente à sua experiência de estágio, aliando teoria e prática na reflexão sobre ensino e aprendizagem de história e apresentá-lo no Seminário de Ensino de História que será realizado no segundo semestre do 4º ano de curso. Este artigo deve conter de 15 a 20 páginas; escrito em fonte Arial ou Times New Roman 12; espaçamento 1,5; Margens: 3,2,3,2; Título em negrito, caixa alta, centralizado, nome do autor abaixo do título, alinhado à direita; abaixo o nome do/a orientador/a; deve usar o sistema (AUTOR, data) para citações e as notas de rodapé devem ser utilizadas apenas para citações que se fizerem necessárias. A apresentação do artigo no seminário será de 20 minutos, ao final dela poderão ser feitas perguntas a serem respondidas pelo/a acadêmico/a em relação à sua prática de estágio, sua escrita ou sua fala.

CAPÍTULO VI

DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 27 – Dar-se-á conforme as seguintes modalidades:

I – Supervisão semidireta: o/a Professor/a de Metodologia de Ensino e de Estágio Supervisionado fará acompanhamento e orientações individuais e coletivas ao/à estagiário/a na Universidade, e contato sistemático ao campo de estágio com o/a professor/a supervisor/a, regente da classe onde o/a acadêmico/a irá estagiar.

II – Supervisão direta: acompanhamento pelo/a Professor/a de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado por meio de relatórios, reuniões, seminários de apresentação dos resultados dos projetos de estágio e presencial por amostragem. E acompanhamento pelo/a professor/a orientador/a do trabalho final de estágio supervisionado, da 4^a série, na elaboração do planejamento, material didático e artigo sobre o estágio.

III – Supervisão direta e presencial pelo/a professor/a supervisor/a da escola campo de estágio, em todas as atividades do/a acadêmico/a na escola, e dos/as professores/as da disciplina de Metodologia e Prática de Ensino de História e orientador/a do TFES em aulas ministradas pelo/a acadêmico/a na escola/colégio.

CAPÍTULO VIII

DA AVALIAÇÃO

Do Estágio Supervisionado e da Disciplina de Metodologia de Ensino

Art. 28 – A Avaliação será parte integrante do processo de formação devendo ser de forma sistemática, contínua e global durante o transcorrer das Práticas de

Estágio, obedecendo às normas legais vigentes e o que preconiza este Regulamento.

Art. 29 – A sistemática de avaliação será desenvolvida cooperativamente por estagiários/as, professores/as orientadores/as e supervisores/as.

§ 1º - O conjunto de critérios da avaliação resultará em uma nota única que deverá ser encaminhada ao SCA, ao término das disciplinas de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado.

§ 2º - Os critérios de avaliação contemplam, entre outros, instrumentos como: elaboração de planejamento de estágio, execução das atividades em campo de estágio, apresentação de relatórios, provas de conhecimento, seminários, especificados no plano de ensino das disciplinas de Metodologia e Prática de Ensino de História I e II e Estágio Supervisionado I e II.

Art. 30 – O controle de frequência e aproveitamento da disciplina de Metodologia de Ensino será efetuado em diário de classe próprio e do Estágio em Fichas específicas para isso.

Art. 31 – O processo de avaliação da disciplina de Metodologia do Ensino e do Estágio nas 3.^{as} e 4.^{as} séries envolverá o cumprimento das atividades solicitadas nas datas estabelecidas durante o ano letivo, pelo/a Professor/a de Metodologia de Ensino e do Estágio Supervisionado, e os registros serão anuais.

Art. 32 – A aprovação na disciplina de Metodologia do Ensino exigirá frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas aulas-teóricas (sessões de

orientações), e no Estágio Supervisionado 100% (cem por cento) nas atividades desenvolvidas em campo de estágio e nota mínima 7,0 (sete), numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) para ambas as disciplinas.

Art. 33 – Os acadêmicos, nas 3.^{as} e nas 4.^{as} séries, deverão desenvolver Projetos de Ensino em Escola de Ensino Fundamental e Ensino Médio, com participação de 100% na carga horária estabelecida para o projeto e a nota mínima para aprovação 7,0 (sete), independente das notas obtidas nas outras atividades;

Art. 34 – Se a nota, obtida na aplicação do projeto for inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro) o mesmo deverá ser reformulado e aplicado novamente em tempo hábil, mantendo-se a exigência da nota 7,0 (sete) para aprovação, sendo esta a média final da disciplina composta pela média aritmética de todas as atividades realizadas no transcorrer do ano letivo.

Parágrafo único: Não se aplica às disciplina de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado, as normas referentes a Exame Final.

Art. 35 – A avaliação do Trabalho Final de Estágio Supervisionado (artigo e apresentação), dos/as acadêmicos/as do 4º ano será feita pelo/a professor/a orientador/a do mesmo e de mais um/a professor/a convidado/a. A nota deverá ser repassada por eles/as ao/à professor/a da disciplina de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado do 4º ano.

I - a entrega do Trabalho Final de Estágio Supervisionado, ao/à Professor/a de Metodologia de Ensino, ao/à Orientador/a de TFES e Professor/a convidado/a para avaliação, deve ser feita com antecedência mínima de 15 dias úteis da data marcada para apresentação do mesmo no Seminário de Ensino de História.

II - a nota do TFES, abrangendo produção e apresentação, para aprovação, não poderá ser inferior a 7,0 (sete);

III - o/a acadêmico/a que obtiver nota inferior a 7,0 (sete) terá um prazo de trinta dias para corrigir as alterações propostas pela banca e reapresentar o trabalho em nova data estabelecida, sendo mantida a exigência da nota 7,0 (sete) para aprovação;

Art. 36 – A coordenação de Estágio organizará e divulgará o cronograma das apresentações, em forma de editais afixados na Instituição;

§ 1º: a nota final da disciplina de Metodologia de Ensino e Estágio Supervisionado constará da média aritmética das seguintes notas: nota das atividades anuais, nota da aplicação do Projeto de Ensino na escola e a nota da construção e apresentação do Trabalho Final de Estágio Supervisionado – TFES.

§ 2º: Os registros dessas notas constarão no Livro de Atas, destinados para este fim pelos colegiados dos Cursos e no livro de chamada.

§ 4º: O/a acadêmico/a que obtiver Nota Final do TFES igual ou superior a 9,0 (nove) poderá ter seu trabalho indicado publicação.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 - As atividades e determinações específicas das Licenciaturas deverão constar nos Planos de Ensino dos/as Professores/as de Metodologia de Ensino (no Projeto de Estágio do Curso e no Projeto Político – Pedagógico do Curso).

Art. 38 – O cumprimento das horas de Estágio Curricular Supervisionado será em horário contrário ao funcionamento do Curso, salvo exceções, decididas em conjunto com o/a Professor/a de Metodologia do Ensino e de Estágio.

Art. 39 – O acompanhamento e o registro das atividades previstas na presente Resolução serão efetuados em fichas padrões.

TÍTULO II

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

CAPÍTULO I

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 40 - O local de estágio será selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelo setor responsável pelos estágios nos *campi* da UNESPAR e/ou pelos agentes de integração.

Art. 41 - O estágio, sendo considerado como ato educativo, deverá ser realizado em área e local compatíveis com o Curso no qual o estudante esteja matriculado, sendo expressamente vedado o exercício de atividades não relacionadas à sua área de formação.

Art. 42 - Constituem-se campos de estágio as entidades de direito privado, as instituições ou órgãos da administração pública, as instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas, os próprios *campi* da UNESPAR e a comunidade em geral, desde que apresentem condições para:

I. planejamento e execução conjuntas das atividades de estágios;

- II. aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos de formação para o mundo do trabalho;
- III. vivência efetiva de situações reais de vida e de trabalho, compatíveis com o campo profissional de atuação, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação, no Projeto Pedagógico do Curso e demais legislações pertinentes em vigor;
- IV. avaliação e acompanhamento conjuntos, das instituições formadora e cedente.

Art. 43 – de acordo com a Resolução CNE/CES 13, de 13 de março de 2002 que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de História além das práticas docentes (regência, planejamento, avaliação escolar e elaboração de materiais didáticos), estudantes e graduados/as da licenciatura em História podem atuar em arquivos (públicos ou privados), museus e espaços culturais, preservando, restaurando, digitalizando e instrumentalizando para pesquisa documentos que possibilitem a pesquisa histórica, bem como auxiliar na pesquisa a tal documentação ou ainda, orientar visitas a patrimônios históricos, museus e casas de cultura.

Art. 44 – Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso.

União da Vitória, abril 2018

Valderlei Garcias Sanches

Diretor do Campus de União da Vitória

ANEXO II

REGULAMENTO DE TRABALHO MONOGRÁFICO ACADÊMICO CURSO DE HISTÓRIA

Justificativa

A exigência da Monografia é prevista em matriz curricular do Curso de História da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras - FAFI, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em 17 de setembro de 2001 – Processo 558/00 e nesse sentido sua produção tem caráter obrigatório.

Partindo do pressuposto de que o ensino de graduação, na medida em que visa a formação de profissionais capacitados para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, instituímos a produção do Artigo Acadêmico como componente curricular obrigatório na matriz proporcionará aos alunos a vivência de situações de investigação científica além de o contato com a pesquisa histórica, imprescindível para a formação do historiador, constitui também elemento indispensável para formar bons professores.

A presente modificação no regulamento para realização de trabalho monográfico – artigo acadêmico vem ao encontro de um debate realizado entre os docentes do Curso de História e a comunidade acadêmica, os quais constataram a necessidade de empreender algumas modificações no perfil do trabalho científico realizado pelos discentes. Isso se deu por algumas razões que foram evidenciadas desde a implementação do texto monográfico, as quais foram:

- a) Sendo um curso de Licenciatura em História, o trabalho principal dos alunos é o TFES – Trabalho final de estágio supervisionado, que demanda atenção especial no planejamento das aulas e produção de material didático.
- b) O trabalho monográfico, enquanto produção derivada da pesquisa, pode também ser feita num formato que possibilite o desdobramento para publicação e apresentação em evento científico.
- c) Por fim, isso diferenciaria substancialmente a estrutura do TFES do trabalho monográfico, evitando redundâncias na formulação do texto científico.

Art. 1º Será facultada ao aluno a realização do texto monográfico, de 30 a 50 páginas.

Art. 2º A Monografia deverá ser construída durante a terceira série, orientado por um professor pertencente ao departamento de História, ou outro colegiado desde que o orientador tenha conhecimento sobre o tema escolhido pelo aluno.

§ 1.º As orientações das Monografias deverão ser divididas procurando respeitar igualdade para todos os professores do Departamento, observando-se a temática e a área de conhecimento dos orientadores.

§ 2.º O tempo para as orientações está previsto no horário de atendimento acadêmico dos docentes informados no início de cada ano em edital da coordenação de curso, e os docentes orientadores terão atribuídas a sua carga horária, uma hora aula semanal a cada dois acadêmicos orientados conforme regulamentos da UNESPAR.

§ 3.º Quando não houver professor orientador pertencente ao Colegiado do Curso com conhecimento sobre a temática escolhida pelo aluno, este poderá ser orientado por professores vinculados a instituição, desde que exista anuência do Colegiado do Curso e do Professor Convidado.

Art. 3.º O acadêmico no 2º ano deverá apresentar Projeto de Pesquisa o qual deverá ser aprovado pelo professor da disciplina de Iniciação à Pesquisa em História.

Art. 4.º. O acadêmico deverá para a elaboração de Monografia e/ou artigo cumprir no mínimo duas sessões mensais de orientação com seu professor orientador, apresentando o que foi solicitado pelo mesmo, para correção e orientação à produção escrita e entregando as correções solicitadas anteriormente.

§ 1.º As freqüências ou ausências serão registradas em fichas e posteriormente em livro próprio para a disciplina.

§ 2.º O trabalho para correção final deverá ser entregue pelo acadêmico ao seu orientador na primeira semana de outubro do ano em que cursa a disciplina

§ 3.º A monografia em sua versão final deverão ser construídos dentro do rigor metodológico e possuir entre 30 e 50 páginas.

§ 4.º O acadêmico que não entregar o trabalho conforme prevê os parágrafos anteriores, será automaticamente reprovado.

Art. 5.º O professor orientador terá 15 dias a partir da data do recebimento da Monografia para devolver o trabalho corrigido ao acadêmico a fim de que o mesmo proceda as alterações que ainda forem necessárias.

§ 1.º Uma cópia da Monografia em sua versão final corrigida deverá ser entregue ao orientador em último prazo até 30 dias antes da entrega da notas finais ao SCA, definidas anualmente.

§ 2º Uma cópia da Monografia em sua versão final corrigida deverá ser entregue ao segundo professor parecerista na mesma data acima para a leitura e avaliação no seminário de pesquisa.

Art.6º. Não existe banca examinadora para avaliação do trabalho de Monografia.

Art. 7º. A escolha do segundo professor leitor e parecerista do texto monográfico, é realizada de comum acordo entre o discente e o docente que realiza sua orientação.

Art. 8º. O Seminário de Pesquisa em História ocorrerá na segunda semana do mês de novembro e será organizado pelo professor que é responsável pela disciplina de produção de monografia, sendo que, publicará edital contendo nome dos alunos que

tiverem em condições de apresentarem seus trabalhos e horário de suas respectivas apresentações.

Art. 9º. A Monografia será apresentada, ao final do 3º ano, obrigatoriamente em Seminário de pesquisa, acompanhado pelo orientador .

§ 1º. O acadêmico pesquisador terá 30 minutos para dissertar sobre seu tema monográfico.

§ 2º. O orientador realiza a avaliação neste momento do trabalho ora apresentado expondo seu parecer, tendo para tal 10 minutos.

§ 1º. O professor parecerista convidado para a leitura da monografia também expõe seu parecer por ocasião do término da apresentação do trabalho e exposição do parecer do orientador, tendo para tal 10 minutos.

§2º. Não é emitida nota aberta ao público, e os pareceres escritos que contém a nota são entregues ao professor orientador, que anexa a planilha de orientações e frequência que encaminha a nota final ao professor responsável pela disciplina e produção de monografia.

Art. 10º. A avaliação de dará conforme os seguintes critérios a serem seguidos pelo orientador e professor parecerista convidado são:

Na inquirição da apresentação

a) Clareza de idéias: capacidade de apropriação, fidedignidade e diálogo no texto e por consequência na apresentação com os autores que embasam o trabalho – peso 1,5 (um e meio pontos)

b) Expressão: capacidade de expor com objetividade, no texto escrito e na apresentação oral, os argumentos desenvolvidos – peso 1,5 (um e meio pontos)

Na leitura e apreciação do texto:

c) Coerência textual: capacidade de organizar o texto com começo, meio e fim, ordenação metodológica, correção ortográfica e adequação de bibliografias e fontes de pesquisa, – peso 7,0 (sete pontos)

Art. 11º. Quando o aluno não cumprir com os requisitos estabelecidos pelo presente para a elaboração da Monografia será reprovado na disciplina de Produção Monografia, exonerando o Professor orientador de qualquer vínculo com o acadêmico.

Art. 12º. Em caso de Reprovação do aluno este deverá cursar a disciplina em regime de dependência obedecendo ao regulamento da Instituição e ainda:

I – a dependência em Monografia deverá ser concluída e apresentada, obrigatoriamente, até o final do 1º semestre da 4ª série;

II – o aluno deverá se adequar aos horários de atendimento do professor que se disponibilizar a orientá-lo.

Art. 13º. A nota final será atribuída pela média das atribuições dos pareceres do professor orientador e do professor parecerista convidado e lançado no sistema acadêmico do SCA pelo professor responsável pela disciplina de Produção de Monografia.

I - Estará aprovado o aluno que obtiver nota final 7,0.

II- Estará aprovado o aluno que obtiver nas fichas de frequência a orientação 75% da carga horária de doze encontros sendo o mínimo portanto nove (09) encontros de orientação.

III - O acadêmico que não entregar a Monografia na data estabelecida pelo Colegiado será reprovado na disciplina.

Art. 14º. As monografias que tiverem aprovação do orientador e parecerista poderão ser encadernadas em capa dura e enviado para a biblioteca. Isso deverá ser comunicado ao Colegiado do Curso. A realização de um artigo derivado do trabalho monográfico para publicação não isenta o aluno da realização da Monografia,

segundo os itens anteriores e não possui caráter avaliativo e sim do âmbito do enriquecimento e incremento da pesquisa.

Art.15º. Os casos omissos nesse Regulamento serão resolvidos pelos docentes do Colegiado de História ou, se necessário, pelo Centro de área .

Aprovado pelo Colegiado de História no dia 26/05/2016

ANEXO III – REGULAMENTO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

REGULAMENTO DE USO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DO
COLEGIADO DE HISTÓRIA CAMPUS UNIÃO DA VITÓRIA

CAPÍTULO I DA FINALIDADE

Art. 1º - Este Regulamento normatiza o uso e funcionamento do Laboratório de Informática bem como os direitos e deveres dos usuários.

CAPÍTULO II DO FUNCIONAMENTO

Art. 2º - O Laboratório de Informática do colegiado funcionam para comunidade de estudantes interna de segunda à sexta-feira nos períodos 08:30 às 12:00, 13:30 as 17:00 h e 19:00 às 22:00h e aos sábados das 8h às 12:00h quando houver expediente dos estagiários.

Parágrafo único – A chave do laboratório fica disponível junto ao setor de áudio visuais e será mantido em planilha própria, disponível em local visível Comunidade Acadêmica interna e externa, uma tabela de horários contendo as atividades programadas, bem como os horários para livre utilização.

Art. 3º - Durante todo o período de funcionamento do Laboratório de Informática

Parágrafo único - O usuário deverá ter conhecimento suficiente do funcionamento dos equipamentos, dos softwares e dos recursos a serem utilizados. Não será oferecido treinamento e sim orientação para utilização das tecnologias;

CAPÍTULO III

POLÍTICAS DE AQUISIÇÃO, ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO

Art.4 º - A Direção e a Coordenação de curso estão envolvidas na atualização dos equipamentos e de novas tecnologias . Responde-se por meio do envio a PROPLAN nas planilhas anuais as necessidades de atualização dos equipamentos de acordo com as demandas apresentadas a Coordenação de curso e encaminhado para análise e devidas providencias, sendo procuradas soluções às demandas em questão.

Art. 5º - A manutenção e a instalação do software e hardware são realizadas por técnicos do quadro funcional da mantenedora do campus de União da Vitória.

Parágrafo único - somente funcionários e estagiários previamente autorizados do setor poderão realizar a manutenção dos equipamentos.

CAPÍTULO IV - DA RESERVA DO LABORATÓRIO

Art. 6º - Os professores que desejarem fazer uso do laboratório e de seus recursos com suas turmas deverão entrar em contato com o setor de áudio visuais, para abertura do espaço. Verificar datas e horários disponíveis na planilha publicizada no lado externo.

Art.07º - O uso dos 04 (quatro) data show, que se guardam naquele espaço, por parte dos professores e alunos segue aos seguintes requisitos:

- I- O professor tem precedência na reserva e uso dos datashows para as atividades didáticas em sala de aula e outros espaços da universidade em seu campus.
- II- Aos alunos será facultado o uso quando os professores não estiverem utilizando-os e quando formalmente solicitado diretamente ao coordenador do curso, com a devida justificativa de uso para atividades pedagógicas, seminários e de projetos.
- III- Aos professores a ordem de chegada, é a referência de agendamento dos data shows existentes para o uso cotidiano. Aos alunos será necessário o registro do agendamento na planilha do período a ser utilizado quando autorizado pelo coordenador.

Art. 7º - As reservas do espaço e equipamentos fixos (computadores) para cursos ou aulas, deverão ser solicitadas na planilha de maneira individual, e terá como critérios a ordem de chegada e inscrição nos horários pretendidos pelos professores e alunos.

Art. 08º - A prioridade de uso do Laboratório e de seus recursos é das disciplinas em que as atividades de Laboratório, ou PCCs correlacionadas constem obrigatoriamente no Plano de Ensino. As disciplinas que não são diretamente ligadas à Informática serão atendidas de acordo com as disponibilidades de horário da planilha.

CAPÍTULO V DOS USUÁRIOS E DO USO

Art. 09 - São considerados usuários do Laboratório de Informática toda a comunidade acadêmica interna, em particular os alunos do curso de história que poderão utilizá-los, durante os horários livres disponibilizados, de forma individual e coletiva para realização de trabalhos acadêmicos, pesquisa científica, navegação em internet, e planejamentos educacionais.

Art. 10 - Não é permitido a utilização do Laboratório de Informática para atividades que não estejam diretamente ligadas ao ensino, pesquisa e extensão universitárias.

Art. 11 - O professor da disciplina, quando ministrada no Laboratório de Informática, é autoridade em sala de aula cabendo ao mesmo a responsabilidade de tomar as providencias cabíveis em relação ao discente que não cumprir com este e outros regulamentos da universidade no que compete aos alunos.

CAPÍTULO VI - DOS DEVERES E DIREITOS DOS USUÁRIOS

Art. 12 - São deveres dos usuários do Laboratório de Informática:

- I. respeitar o regulamento do Laboratório de Informática;
- II. prezar pelo bom uso e conservação dos equipamentos e móveis disponíveis no Laboratório de Informática;
- III. conferir o horário de aula e de funcionamento, e agendamentos afixados na planilha na porta do laboratório;
- IV. respeitar os horários disponíveis e as reservas realizadas previamente por professores;
- V. deixar mesas e cadeiras devidamente arrumadas, quando do término de aula em meio aos turnos de atividade;
- VI. manter o silêncio e o bom ambiente de trabalho / estudo;
- VII. salvar arquivos de maneira correta para evitar problemas, com perda dos dados ; e
- VIII. comunicar os responsáveis pelo Laboratório caso ocorra algum imprevisto ou dificuldade enfrentadas no mesmo.

Art. 13- São direitos dos usuários do Laboratório de Informática:

- I. ter acesso aos recursos computacionais existentes no Laboratório para a concretização de suas atividades acadêmicas;
- II. ter orientação e instrução sobre a utilização dos recursos informáticos, tanto da equipe do Laboratório como dos professores;
- III. ter acesso à internet para a realizar pesquisas, acessar arquivos de acervos digitais de bases de dados que embasem ou complementem seus estudos e práticas;
- IV. elaborar trabalho diretamente direcionados as disciplinas e/ou projetos de pesquisas da Universidade; e
- V. enviar e receber mensagem eletrônicas desde que com conteúdos relacionados às atividades acadêmicas.

CAPÍTULO VII - DO USO INDEVIDO DO LABORATÓRIO

Art. 14 - Constitui uso indevido do Laboratório de Informática:

- I. praticar atividades que afetem ou coloquem em risco as instalações e equipamentos;
- II. permitir o acesso ao Laboratório de pessoas estranhas a Univesidade e/ou pessoas não autorizadas (empréstimo de chaves, cópias de chaves, abertura de portas, senhas, etc.);
- III. exercer atividades que coloquem em risco a integridade física das instalações e/ou equipamentos do Laboratório (comer, beber, fumar, atender o celular etc);
- IV. perturbar o ambiente com brincadeira(s), algazarras e/ou qualquer outra atividade alheia às atividades do colegiado do curso
- V. utilizar celular durante a permanência no Laboratório;
- VI. desmontar quaisquer equipamentos ou acessórios do Laboratório, sob qualquer pretexto, assim como remover equipamento do local a eles destinados (mesmo dentro do recinto);
- VII. usar qualquer equipamento de forma danosa ou agressiva ao mesmo;
- VIII. exercer atividades não relacionadas com o uso específicos de cada laboratório; e
- IX. usar as instalações do laboratório do curso para atividades eticamente impróprias.

CAPÍTULO VIII DO USO ÉTICO DOS LABORATÓRIOS, E EQUIPAMENTOS

Art. 15 - Constitui uma falha, possível de penalidade:

- I. desrespeitar ou ofender verbalmente e/ou fisicamente a qualquer pessoa responsável e/ou aquelas que fazem uso do Laboratório de Informática;
- II. alterar a configuração dos computadores (papel de parede, cores, ícones, etc);
- III. instalar ou remover programas ou software, a menos que autorizado e devidamente assistido por um técnico do Laboratório;
- IV. desenvolver e/ou disseminar vírus (ou qualquer outro software malicioso) propositalmente nos equipamentos do laboratório;
- V. praticar ou facilitar a prática de pirataria de software/dados de qualquer espécie;
- VI. praticar intrusão de qualquer espécie, tal como quebrar privacidade, utilizar a conta alheia, tentar quebrar sigilo e/ou senha, ganhar acesso de superusuário, obter senhas de outros usuários, causar prejuízo de

- operação do sistema em detrimento dos automáticos e/ou outras ações semelhante; burlar ou tentar burlar a segurança da rede;
- VII. usar indevidamente os recursos disponíveis na Internet tais como: a) sites pornográficos; conteúdos que façam apologia a qualquer tipo de preconceito e outras consideradas como inadequadas; b) jogos (qualquer tipo de jogo é proibido instalar ou jogar no laboratório); c) downloads pessoais (baixar músicas, programas, etc); d) chats (FACEBOOK, MESSENGER, INSTAGRAM etc); e) salas de bate-papo; e f) outros serviços / aplicativos que congestionem os acessos e transmissão de dados.
 - VIII. praticar, de maneira não autorizada, ou facilitar a prática de qualquer atividade alheia aos interesses da Instituição (ensino, práticas investigativas / pesquisas educacional / iniciação científica e extensão);
 - IX. divulgar coletivamente, pela rede, mensagens de interesses particular ou reduzido, bem como mensagens com conteúdo que pode ser considerado indecoroso, ofensivo ou pretensamente humorístico devem ser evitadas;
 - X. facilitar a divulgação da Universidade e seu curso de história para fins comerciais e/ou pra qualquer outro fim externo ao conteúdo acadêmico;
 - XI. utilizar os serviços e recursos da instituição para fins comerciais, políticos, religiosos ou outros, tais como mala direta, propaganda política etc;
 - XII. utilizar os serviços e recursos da instituição para ganho pessoal;
 - XIII. utilizar os serviços e recursos da instituição para intimidar, assediar ou difamar ou aborrecer pessoas;
 - XIV. utilizar os serviços e recursos da instituição para armazenar, divulgar ou transmitir material ofensivo e abusivo, ou de gosto discutíveis, fora do círculo apropriado;
 - XV. distribuir voluntária ou despercebidamente mensagens não desejadas, como circulares, correntes de cartas ou outros esquemas que possam prejudicar o trabalho de terceiros, causar excessivo tráfego na rede ou sobrecarregar os sistemas computacionais.

CAPÍTULO IX DAS PENALIDADES

Art. 16 - Além do que é previsto pela legislação em vigor e pelo Regimento Interno da Universidade o não cumprimento das normas estabelecidas neste Regulamento acarretará em penalidades estipuladas e impostos pela Coordenação do curso. Os usuários dos Laboratórios de Informática estão sujeitos às seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração:

- I. aplicação do Regimento da Universidade

- II. proibição de acesso e uso do Laboratório de Informática , temporária ou definitivamente;
- III. responsabilidade civil cabível na Lei;
- IV. advertência oral e/ou escrita; e
- V. outras penalidades, conforme decisão da Direção de Campus quando o coordenador do curso por qualquer razão não puder aplicar as penalidades.

Art. 17 - A fim de garantir um bom atendimento aos usuários, a integridade do sistema e equipamentos, um ambiente adequado e propício ao desenvolvimento das atividades de pesquisas educacional, seus responsáveis reservam-se o direito de :

- I. vistoriar arquivos dos usuários gravados, de forma a garantir os dados neles contidos;
- II. suspender o acesso de usuários que infrinjam as normas constante neste documento;
- III. bloquear o uso do computador, caso este não esteja sendo utilizado para fins acadêmicos.

CAPÍTULO X DAS NORMAIS GERAIS

Art. 18 - A nenhum usuário é dado o direito de alegar desconhecimento das normas aqui dispostas.

Art. 19- O direito à propriedade e/ou controle de quaisquer software ou hardware, bem como dos dados criados ou armazenados no sistema da Universidade ou transmitidos através de seu sistema computacional, pertencem a esta Instituição.

Art. 20 - Será garantido pela coordenação de curso o maior grau possível de confiabilidade no tratamento dos dados dos alunos, de acordo com a tecnologia disponível. Entretanto, o Administrador de Rede poderá acessar arquivos de dados pessoais corporativos nos sistemas, inclusive nos casos de cópias de segurança (backup) ou diagnóstica de problemas nos sistemas, inclusive nos casos de suspeita de violação regras.

Art. 21 – A universidade e o curso de história não se responsabiliza por arquivos nos computadores sendo estes de inteira responsabilidade do aluno, devendo ser salvos na Área de trabalho em Servidor para posteriormente serem gravados nas mídias disponibilizadas pelo próprio usuário observando-se que conteúdo dessa pasta pode ser alterado e apagado por qualquer usuário. Na manutenção dos micros, esta pasta

é apagada, não devendo portanto ser utilizada para gravar arquivos importantes. A equipe dos Laboratórios não se responsabilizará pelos arquivos deixados nesta pasta.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 - Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pela Diretoria de campus.

Art. 23 – Este Regulamento entra em vigor na presente data revogando-se disposições em contrário.

ANEXO IV

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA ORAL, DOCUMENTAÇÃO E MÍDIA - LADOM

Identificação

Instituição: Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR - Campus de União da Vitória

Orgão: Colegiado de História

Proponente coordenador : Jefferson William Gohl

Professores envolvidos: Professores do colegiado de história/ demais professores do campus com anuência do coordenador do curso

Título: Culturas e sociedade

Acadêmicos envolvidos do curso: 40 Alunos da disciplina de Teoria e prática em História oral do primeiro ano de História

Demais discentes do Campus: Tendo submetido projeto, ou protocolo de pesquisa à coordenação do curso de história

Caracterização

O presente projeto tem por objetivo a formalização de uma dinâmica de pesquisa em História Oral, que envolva alunos e professores do curso de história e de outros colegiados nos variados programas de coleta de depoimentos que possibilitem registro da História Contemporânea e do Tempo Presente, nas regiões do Norte de Santa Catarina e Sul Paranaense, na abrangência dos municípios cobertos pela formação de licenciaturas ofertadas pela UNESPAR/ Campus de União da Vitória. Tal atuação geográfica se justifica tanto pela composição das turmas acadêmicas oriundas de diversos municípios diferentes à volta do Vale do Iguaçu, quanto pela necessidade de se iniciar um trabalho consistente de registro de como os variados sujeitos históricos da região vivenciam suas memórias sobre os mais variados temas. Historicamente as políticas públicas se preocuparam com a região de forma estratégica quanto a concretização de uma ocupação identificada como legítima exatamente nas regiões atingidas pela referida Instituição Universitária. Atualmente a preocupação com o desenvolvimento de uma consciência que valora positivamente o patrimônio cultural regional e local é de dar voz aos oprimidos e aqueles que tiveram sua participação apagada na memória das sociedades.

Desta forma a sociedade está dimensionada conforme indica Ecléa Bosi em “ Memória e sociedade” quando na memória dos velhos ela oferece a função de substrato que ancora, ou dá suporte a lembrança na reconstrução do passado da cidade de São Paulo. A substância social da memória que como um mapa afetivo integra indivíduos que testemunharam a história, passearam pelas pedras da cidade, visitaram teatros e espaços carregados de significados e que articulam-se num tempo entre a memória coletiva e o indivíduo. Bosi deixa de lado a psicologia de base psicanalítica, para nos meandros da reconstrução das memórias identificar as lutas e trajetórias numa verdadeira psicologia do oprimido. Daqueles que sem portar a voz da história de certa maneira a construíram.

Com esta perspectiva a história do tempo presente também pode ser registrada por meio de outros interesses que porventura os demais cursos do Campus de

União da Vitória possam apresentar como pedagógicos, culturais, artísticos e/ou memorialísticos. As atividades propostas em um primeiro momento irão envolver turmas de acadêmicos da UNESPAR/ Campus de União da Vitória, e, em particular o primeiro ano do curso de História que possui uma disciplina específica com parte de sua carga horária prevista para a consecução de atividades práticas junto ao laboratório. As práticas descritas neste projeto estarão vinculadas ao Laboratório de História Oral ligado ao Colegiado de História que as efetuará contando com o trabalho e colaboração dos integrantes como um todo da comunidade acadêmica, podendo integrar programa de pesquisa mais abrangente na medida em que amadurecerem as propostas institucionais em âmbito geral.

Definições e objeto

O presente projeto visa disciplinar o acesso ao Laboratório de História Oral, bem como a pesquisa ao seu acervo de entrevistas gravadas e transcritas. Sua estrutura divide-se em:

I – Laboratório de História Oral: O Laboratório de História Oral é o espaço responsável por coletar as entrevistas com depoentes importantes para a história regional e das cidades do entorno a saber:

- a) no Paraná: Bituruna, General Carneiro, Porto Vitória, Paula Freitas, Paulo Frontin, Mallet, Cruz Machado, São Mateus, Rio Azul, São João do Triunfo, Antonio Olinto.
- b) em Santa Catarina: Porto União, Canoinhas, Irineópolis, Três Barras, Major Vieira

Por meio da metodologia da história oral sistematizada nos manuais de autoria de Verena Alberti, José Carlos Sebe Bom Mehy, Marieta Ferreira e outros, os depoentes narram em sessões de entrevistas suas experiências vividas em uma determinada época e lugar de acordo com a proposta temática submetida. Neste processo de registro a memória é de fundamental importância, ela é considerada material fundamental no qual o depoente narra e ao mesmo tempo resignifica suas experiências e por fim toma ciência de sua trajetória histórica.

É aplicado no encaminhamento da totalidade das pesquisas efetuadas no laboratório de história oral, o uso de termo de consentimento de livre esclarecimento que possibilita a adequação ética dos envolvidos na pesquisa de acordo com o

conselho nacional de saúde que expede a resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, proveniente do ministério da saúde.

As coletas de entrevistas podem ocorrer de duas formas

No ambiente de estúdio específico do espaço do laboratório: que pode optar por gravar, por intermédio de mesa de som, filmadora profissional jvc, com registro direto em computador.

Em campo: quando são levados equipamentos móveis, como gravadores digitais, filmadoras portáteis sony, microfone de captação e outros recursos para as residências dos depoentes, ou lugares de memória específicos de acordo com as definições dos variados projetos.

As entrevistas são coletadas pelas equipes de alunos definidas em projetos específicos dos docentes, transcritas, impressas, pelos discentes e encaminhadas aos depoentes para análise e possíveis correções, após é assinada a carta de cessão, onde de forma clara e expressa fica autorizado para uso de pesquisa os depoimentos na forma oral, escrita e em vídeo. Podem haver restrições de acesso de qualquer nível (conteúdo, tempo de acesso, suporte de mídia) segundo desejo do depoente a ser registrado no termo de cessão por parte da equipe que coleta os depoimentos, e respeitada posteriormente na cessão de acesso aos pesquisadores.

II – Laboratório de documentação : O Laboratório de Documentação é o espaço responsável pela e guarda da documentação produzida: projetos, material digital de áudio e vídeo, material textual, transcrições e de documentos coletados referente aos depoimentos gravados, e tudo o que foi obtido voluntariamente no processo de coleta. Espaço de guarda de doações de mídias pretéritas em variados formatos que expressem as variadas vozes e falares da comunidade. Tal acervo que ganha relevância através da escrita da história que se utiliza destes como um de seus inventários de fontes. O laboratório realiza depósito em pastas suspensas em dois armários de aço com gavetas. Efetua também guarda digital em HD externo, de materiais filmados e gravados.

Encontra-se aberto e com disponibilidade de aceitação de acervos, publicados em periódicos, fanzines, HQs, discográficos, magnéticos e digitais, que componham parte da cultura material, e constituintes do patrimônio das cidades de União da Vitória e Porto União, de modo direto, e de todo o entorno de cidades que

lhes são contíguas. Atende aos pesquisadores que o consultam, por intermédio de bolsista do colegiado de história nas segundas-feiras no período vespertino. Nas suas dependências encontra-se material, imagético, áudio visual e documental muitos destes materiais com valor histórico e cultural agregado.

Organograma

O Laboratório de História Oral está subordinado ao Colegiado de História da UNESPAR /Campus União da Vitória. Responde portanto ao coordenador do curso de história e se encontra sob supervisão do professor da disciplina de História Oral

Missão

O LADOM está instalado e funciona no campus União da Vitória, e busca a construção de memória histórica situada a partir das demandas da comunidade em que está inserido, para lhe ofertar visibilidade histórica e conscientização, como sujeitos do fazer histórico. Procura também ir de encontro aos anseios da comunidade acadêmica que lhe dá suporte e que tecnicamente visa formar discentes da UNESPAR capacitados para operar registros documentais eticamente responsáveis.

Da finalidade e do Funcionamento

O LADOM, é um espaço que reúne a documentação coletada por meio de entrevistas dirigidas e cuida do acervo de cultura material referentes as diversas vozes, falares, publicações e mídias que circularam no passado das cidades de União da Vitória e Porto União. Parágrafo único. Dentro do seu papel de apoio ao ensino, a pesquisa e às ações sócio-culturais, o LADOM se compromete:

I – a constituir Acervo Documental voltado às mídias, cuidando de sua restauração, organização, conservação e guarda;

II – em desenvolver atividades relativas à preservação, e a divulgação da memória histórica e sócio-cultural dos municípios.

III – a organizar e promover junto à comunidade eventos de ordem cultural, pedagógica e educacional como seminários, conferências e exposições, promovendo a interdisciplinaridade voltada à reconstrução da memória histórica e

sócio-cultural dos falares e meios de expressão das vivências dos sujeitos que foram abordados em seus projetos de coletas de depoimentos.

IV – em promover e integrar estudos e pesquisas interdisciplinares voltados à reconstrução da memória histórica e sócio-cultural como Programas de Pesquisa e Extensão de Universidades, na área, disponibilizando e facilitando o acesso às fontes e parcerias com as escolas e as instituições culturais externas, desde que expressamente autorizado pelos órgãos competentes das Instituições envolvidas;

VI – a capacitar pessoas para as atividades desenvolvidas pelo Laboratório de História Oral Capacitar de forma técnica pessoas para a organização e conservação de acervo físico, digital, magnético e de conhecimento relacionado à memória, patrimônio, cultura e educação; bem como a desenvolver habilidades técnicas relativas à produção, preservação, e divulgação da memória histórica e sócio-cultural.

VIII – Aos Pesquisadores e Visitantes: Praça Coronel Amazonas s/n União da Vitória. 2º andar. Ala Nova [final do corredor penúltima porta a direita] Supervisão do professor de História Oral, período noturno às quartas-feiras e sexta-feiras. Encontra-se aberto aos seus usuários às segundas feiras das 13:30 às 17:00, excetuando-se feriados e dias sem expediente didático e administrativo previstos no calendário do Campus.

Do acesso ao acervo:

Estarão autorizadas a fazer pesquisa nos materiais que compõe o acervo institucional do LADOM, docentes e discentes da UNESPAR devidamente identificadas no âmbito da instituição.

Público externo e comunidade: pessoas devidamente cadastradas pelos bolsistas responsáveis que estando atuando em projetos⁴² realizam o acompanhamento da pesquisa.

⁴² Na ausência de técnico de laboratório fornecido pelo Governo do Estado que deveria responder pelo espaço, e atividades relacionadas a parte técnica do laboratório, provisoriamente discentes envolvidos em projetos de digitalização, extensão ou pesquisa aplicada desenvolvidas por este colegiado ficam a disposição de atendimentos aos pesquisadores.

O acesso dos pesquisadores ocorrerá após assinatura de termo de responsabilidade de uso do material e nos termos descritos quanto ao manejo do material adiante.

Do acesso aos equipamentos:

Estarão autorizadas a fazer uso dos equipamentos que compõe o repertório institucional do LADOM, somente docentes e discentes da UNESPAR devidamente identificadas no âmbito da instituição.

Para tal devem ser identificadas em ficha de controle, disponibilizada para este fim, que orienta quando da saída de determinado equipamento, sob que responsabilidade se encontra e data de retorno. Sendo o tempo máximo de permanência dos equipamentos de 20 dias correntes ao fim do qual pode ser feita renovação de empréstimo de no máximo sete dias.

O desenvolvimento de projetos que requeiram os equipamentos por tempos que excedam estes limites, e advindos de outros colegiados devem ser submetidos a coordenação de colegiado para autorização de uso devidamente registrada em ata de colegiado.

Discriminação

Laboratório nº 2	Área (m ²)	m ² por estudante
Laboratório de história oral	Área total: 56	0,43
Sala acústica Estúdio	Área parcial: 12	

Mobiliário

Especificação	Quantidade
Armários	2
Porta-arquivos	2
Estante de aço	1

Mesas	2
Cadeiras	22
Mesa Ilha de edição	1
Persianas e blackout	2

Equipamentos

Especificação	Quantidade
Computadores/Windows7/wireless	4
Notebooks	1
Scanner	1
Impressora	1
Mesa de som	1
Amplificador	1
Equipamento de áudio	1
Toca-discos prof.	1
Caixa de som	1
Piscina de áudio	1
Hd externo	1
Desumidificador	2
Micro sistem	1
Kit iluminação	1
Flasch/carregador	1
Rádio toca-fitas	5
Refletor de luz	1
Microfones	4
Microfone de lapela	3
Câmeras fotográficas	11
Ar condicionado	2
Micro-gravadores	8
Filmadora	3
Pedestais e suporte	3
Microfone externo (multidirecional)	1
Vara microfone	1
Pen-drive	35

Material de Consumo

Especificação	Quantidade
DVD	70

Horário de Funcionamento

Quadro de Horários						
Lab. n°2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado

Supervisão Professor História Oral	Sem disponibilidade	Noite	S/ disp.	Noite	S/ disp.
Atendimento Bolsistas	Tarde	Sem disponibilidade			

Projetos submetidos e desenvolvidos

- Folclore regional em foco. (2011) Supervisora - Zuleide Matulle
- Imigração, Culturas e sociedade. (2012-2014) Supervisor - Jefferson William Gohl
- A origem das canções na vida comum no Vale do Iguaçu: um estudo acerca da recepção da produção fonográfica entre 1965 e 1985. (2015- atual) Supervisor - Jefferson William Gohl
- Digitalização do Acervo Jornal **O Comércio** Supervisor - Jefferson William Gohl (2012- atual)

Das restrições

É expressamente proibida à entrada de alimentos e bebidas no LADOM, bem como em suas dependências de pesquisa, devendo-se também ressaltar que é proibido fumar nos ambientes fechados e zelar pelo silêncio.

Do manejo do Acervo

A disponibilidade das fontes históricas para a pesquisa será permitida aos pesquisadores solicitantes somente após a assinatura de um termo de responsabilidade fornecido pelo LADOM, no qual o pesquisador compromete-se a disponibilizar cópia de todo material produzido ao final de sua pesquisa.

A permanência do pesquisador no ambiente de pesquisa será sempre acompanhada por um bolsista vinculado a projeto do colegiado ou docente supervisor. O acesso ao ambiente de pesquisa fica restrito a uma pessoa, por horário de agendamento.

O manuseio dos documentos deve sempre ser feito por um dos bolsista vinculado a projeto do colegiado ou docente supervisor. Não será permitido o uso de canetas esferográficas, tinteiras ou congêneres, durante a consulta aos documentos. Para anotações, será permitido o uso apenas de lápis.

Durante o manuseio dos arquivos e acervos históricos sejam manuscritos, sejam produto de publicação é necessário a utilização de luvas e máscara pelo pesquisador.

Caso de audição solicitada de material gravado/filmado deverá ser justificada por escrito, as razões do pedido e somente após já realizada a consulta da transcrição da gravação disponibilizada de acordo com os termos de cessão dos depoentes. As transcrições de entrevistas podem ser reprografadas a pedido do solicitante, sendo mediante empréstimo local condicionado a cessão de documento pessoal (RG, CPF, CNH) no período da cópia.

Fica expressamente proibida a retirada de qualquer material pertencente ao acervo histórico institucional do LADOM, bem como sua reprodução de qualquer mídia sem autorização dos responsáveis pelo acervo, feita por meio de solicitação por escrito. A reprodução de acervos já digitalizados oriundas de fontes publicadas podem ser disponibilizadas mediante identificação rigorosa em instrumento de pesquisa existente no LADOM do material a ser disponibilizado e deve se ater a um limite de 5% de cada documento gratuito em caso de pesquisa cadastrada na UNESPAR, ou no que exceder este limite mediante pagamento de 1,0 por página digital em pdf.

A reprodução de acervos de documentos físicos e materiais publicados é permitida somente com o uso de máquinas fotográficas, sem o uso do flash. Como consta no termo de compromisso, as cópias digitalizadas do produto final deverão ser entregues ao final do processo de pesquisa.

O pesquisador solicitante deverá observar integralmente a Lei que dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados (Lei 8.159/91), bem como a Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98), responsabilizando-se por:

I – atribuir com rigor às informações referentes à documentação consultada, com os créditos conforme Termo de Compromisso, referenciando em partes de anexos a documentação pesquisada;

I – a ceder e remeter ao LADOM, um exemplar (para o caso de publicação) ou uma cópia (para o caso de trabalhos não publicados) dos trabalhos nos quais haja informações referentes à documentação consultada.

Pré- requisitos de acesso ao acadêmico

Curso de História

Ao acadêmico que pretende se integrar no esforço de pesquisa dos projetos do colegiado que envolvam o uso do laboratório o pré-requisito básico é, ter cumprido aulas teóricas na disciplina de História Oral que oferecem respaldo para as etapas da prática da entrevista e do processamento do material coletado. (Tal cumprimento se verifica pelo livro de frequência do professor da disciplina História Oral, para os matriculados na primeira série, o que implica em desenvolvimento de projeto em história oral). Para os casos de matriculados em séries subseqüentes pelo histórico que indica o cumprimento anterior da disciplina.

Curso de _____.

Aos alunos pertencentes a outros cursos, submissão de projeto de pesquisa individual, a coordenação do curso de história. Entrega de fichamentos da literatura prevista no programa da referida disciplina de história oral compatível com o primeiro bimestre. Ou condições próprias descritas em projeto de docente que o vincula a esforços de pesquisa seja da graduação ou em nível de pós graduação.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

_____. **História Oral: A experiência do CPDOC**.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

Curso de História:

Termo de Consentimento livre e Esclarecido - TCLE

1 – Projeto :

- 2 – Essas informações coletadas em formato áudio, ou áudio-visual, estão sendo fornecidas para participação voluntária neste estudo do Laboratório de História Oral do colegiado de história da UNESPAR Campus Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, que visa constituir uma base de dados sobre a ocupação migrante/imigrantista que ofereça suporte a pesquisa, pretende também identificar os indivíduos e grupos familiares que contribuíram na ocupação da região e documentar dinâmicas sociais e estratégias pelas quais os grupos se articulam, legitimam e se enraízam sendo considerados tributários de uma tradição que justifica sua localização e permanência nos espaços ocupados. *[Alterar trecho textual de acordo com a temática e objetivos do projeto bi-anual]*
- 3 – Os procedimentos que serão realizados, serão entrevistas gravadas orientadas sob existência de roteiro de caráter experimentais e documental e não rotineiros delimitadas a um prazo máximo de três sessões de gravação com tempo máximo de uma hora cada, e checagem da entrevista por meio de transcrição. As transcrições e o conjunto dos materiais coletados ficarão devidamente depositados junto ao **Laboratório Arquivístico: Documentação e Mídias (LADOM)**, e serão disponibilizados para pesquisa da comunidade e acadêmica.
- 4 – Serão realizadas conversas dirigidas ou não, com perguntas específicas sobre as memórias de eventos passados na história do depoente, com intervenções para esclarecimentos e pontos que ficarem pouco claros ou para datações mais precisas. Poderão ser vistos e consultados materiais de posse do depoente que se relacionem aos eventos tratados e os materiais poderão ser reproduzidos, por intermédio de fotografias digitais ou analógicas e reprografias dos materiais documentais.
- 5 – Os desconfortos e riscos esperados são mínimos tendo em vista que os procedimentos de conversação e perguntas podem ter objetivo meramente documental e de reconstrução da memória dos envolvidos. Pode haver catarse emocional sem efeitos permanentes tendo em vista os tempos limitados das sessões e de sua não intencionalidade de efetuar intervenções terapêuticas nos sujeitos que relatam suas memórias. Por não haver caráter investigativo, e sim meramente preservacionista e documental, as coletas de materiais e áudio visuais não servirão a juntadas documentais envolvidas em processos judiciais, ou de naturezas litigiosas de qualquer ordem.
- 6 – Somente no final do estudo poderemos concluir a presença de algum benefício ao depoente que consiste na recuperação de história pessoal devidamente registrada e disponibilizada para acesso junto ao **Laboratório Arquivístico: Documentação e Mídias (LADOM)** mantido pelo colegiado de história da UNESPAR Campus Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.
- 7 – É garantida a liberdade da retirada de consentimento até o momento da assinatura da carta de cessão de direitos (em anexo) que regulamenta a forma desejada de acesso aos materiais e também a qualquer momento de deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à Instituição

- 8 – Garantia de acesso: em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O principal investigador é o Ms. Jefferson William Gohl e posteriormente aos atendentes do **Laboratório Arquivístico: Documentação e Mídias (LADOM)**, que podem ser encontrados no endereço: Pç Coronel Amazonas s/n 84600-000 de União da Vitória-Paraná, telefone(s) 42 35219100 Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da UNESPAR Campus Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória no mesmo endereço.
- 9 – Existe a opção de concessão parcial de acesso ao material gravado e transcrito que deve ser explicitado pelo depoente se for o seu desejo.
- 10 – O direito de confidencialidade está totalmente condicionado ao termo de cessão assinado pelo depoente que regulamenta como deve ser o acesso as informações obtidas, não sendo divulgado de outros modos que não estipulados em conjunto com o depoente e o entrevistador em questão.
- 11 – Direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas, quando em estudos abertos, ou de resultados que sejam do conhecimento dos pesquisadores.
- 12 – Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo, incluindo as gravações e sua posterior transcrição e checagem. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.
- 13 – Em caso de dano pessoal, diretamente causado pelos procedimentos propostos neste estudo (com nexos causal comprovado), o participante tem direito a tratamento psicoterapêutico, bem como às indenizações legalmente estabelecidas.
- 14 - Compromisso do pesquisador de depositar os dados e o material coletado para esta pesquisa no acervo do **Laboratório Arquivístico: Documentação e Mídias (LADOM)** que permitirá inúmeras pesquisas posteriores com fim acadêmico.

Acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, sobre a execução do projeto -

Eu discuti com o entrevistador/pesquisador e com o Ms. Jefferson William Gohl sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho devidas garantias. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo ou perda de qualquer benefício.

Assinatura do depoente/representante legal

Data ____ / ____ / ____

Assinatura da testemunha

Data ____ / ____ / ____

Para casos de voluntários menores de 18 anos, analfabetos, semi-analfabetos ou portadores de deficiência auditiva ou visual. Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste depoente ou representante legal para a participação neste estudo.

Assinatura do responsável pelo estudo Data ____ / ____ / ____

APENDICE LADOM B

TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO USO DE INFORMAÇÕES E CÓPIAS DE DOCUMENTOS PARA FINS DE PESQUISA

_____, portador(a) do documento de
identificação de nº _____ e do CPF nº
_____ domiciliado(a) _____ à(ao)/na(no)

DECLARA estar ciente:

- De que os documentos aos quais solicitou acesso e/ou cópias são custodiados pelo(a) Laboratório de história Oral, Documentação e mídia –LADOM.
- Da obrigatoriedade de, por ocasião da divulgação, se autorizada, das referidas reproduções, mencionar sempre que os respectivos documentos em suas versões originais pertencem ao acervo do Laboratório de história Oral, Documentação e mídia –LADOM e
- Da obrigatoriedade e compromisso de depósito no Laboratório de história Oral, Documentação e mídia –LADOM, de cópia encadernada da versão final do manuscrito, ou exemplar de livro ou periódico publicados em que constem dados da pesquisa provenientes deste laboratório.
- De que as cópias dos documentos objetos deste termo não podem ser repassadas a terceiros;

e) Das restrições a que se referem os art. 4 e 6 da Lei nº 8.159 de 08.01.1991 (Lei de Arquivos); da Lei nº 9610, de 19.02.1998 (Lei de Direitos Autorais); dos art. 138 e 145 do Código Penal, que prevê os crimes de calúnia, injúria e difamação; bem como da proibição, decorrente do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, de difundir as informações obtidas que, embora associadas a interesses particulares, digam respeito à honra e à imagem de terceiros;

f) De que a pessoa física ou jurídica, responsável pela utilização dos documentos, terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais ou morais que possam advir da divulgação das informações contidas nos documentos bem como do uso das cópias fornecidas, eximindo, conseqüentemente, de qualquer responsabilidade, Laboratório de história Oral, Documentação e mídia – LADOM

DECLARA igualmente que as informações e as cópias fornecidas serão utilizadas exclusivamente por _____ para fins de pesquisa no âmbito do projeto

_____ vinculado _____ ao/à _____.

Procedência no instrumento de pesquisa:

Documentos

solicitados: _____

União da Vitória, _____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) pesquisador(a)

APENDICE LADOM C

Curso de história: Modelo de Roteiro de entrevista 01 – História de vida

A) Socialização

Posição da família na terra de origem

Arvore genealógica (Quando houver)

Papel da família na criação, socialização e formação do entrevistado

1 – Antepassados: Tradição familiar e do mundo por ouvir contar

2 – Avós, pais e irmãos: Caminhos escolhidos, carreira, lugar de moradia, opções sociais

3 – Casamentos e intercasmamentos na família: escolhas e fatores de mudanças de vida

4 – Pessoas que freqüentavam a casa

Religião

Leituras e conhecimento do mundo

B) Ser imigrante (migrante)

A terra de origem

1 – Amigos

2 – Diversões, namoros, bailes

3 – Atividades culturais (arte, associações, etc) e esportivas

4 – Meios de transporte

5 – Atividades de trabalho e sobrevivência: Situação financeira

6 – Economia regional/ nacional

7 – Opinião política e situação individual

8 – Propriedades e conquista de patrimônio

9- Tradição geracional: Cultura folclórica(danças típicas, alimentação)

10 – Religiosidade e instituição religiosa

O traslado

1 – Motivações

2- Agenciamento (CIA Colonizadora ou não)

3- A viagem

4 – Recepção: portos,casa do imigrante, casas de parentes

5 – Adequação documental e trâmites

6 – Atividades paralelas: religião, folclore,...

Chegada

1 – Primeiros anos

2 – Correspondência as expectativas: Fazer a América

3 – Amigos, vizinhos

2 – Diversões, namoros, bailes

3 – Atividades culturais (arte, associações, etc) e esportivas

4 – Meios de transporte

5 – Atividades de trabalho e sobrevivência: Situação financeira

6 – Economia regional/ nacional

7 – Os habitantes e a sociedade anterior

C) Contato com as terras de fixação

Ambiente natural

- 1- Percepção e comparação
- 2- Adequação e migração

Aquisição do terreno

- 1 – Companhia de imigração
- 2 – Posse e legitimação
- 3 – Herança e repartição (aggiornamento)
- 4 - Conquista e tensões
- 5 - Propriedades e conquista de patrimônio

Sociedade e amizades

- 1- Casamentos: filhos, sobrinhos
- 2- Caminhos escolhidos, carreira, lugar de moradia, opções sociais
- 3- Ser estrangeiro X Ser brasileiro
- 4- Pessoas que freqüentavam a casa
- 5- Atividades de trabalho e subsistência

Cultura

- 1- Tradição geracional: Cultura folclórica(danças típicas, alimentação)
- 2- Atividades culturais (arte, associações, etc) e esportivas
- 3- Religiosidade e participação em Igrejas e instituições
- 4- Festas e calendários sazonais

Atividades de ocupação

- 1 - Atividades de trabalho e subsistência
- 2 – Envolvimentos políticos e com a comunidade
- 3 – Atividades de reemprego da capitais: Situação financeira
- 4– Economia regional/ nacional

D) Antepassados imigrantes/migrantes (pós-memória e desdobramentos)

Ser imigrante (migrante)

A terra de origem

- 1 – Amigos
- 2 – Diversões, namoros, bailes
- 3 – Atividades culturais (arte, associações, etc) e esportivas

- 4 – Meios de transporte
- 5 – Atividades de trabalho e sobrevivência: Situação financeira
- 6 – Economia regional/ nacional
- 7 – Opinião política e situação individual
- 8 – Propriedades e conquista de patrimônio
- 9- Tradição geracional: Cultura folclórica(danças típicas, alimentação)

O traslado

- 1 – Motivações
- 2- Agenciamento (CIA Colonizadora ou não)
- 3- A viagem
- 4 – Recepção: portos, casa do imigrante, casas de parentes
- 5 – Adequação documental e trâmites
- 6 – Atividades paralelas

Chegada

- 1 – Primeiros anos
- 2 – Correspondência as expectativas: Fazer a América
- 3 – Amigos, vizinhos
- 2 – Diversões, namoros, bailes
- 3 – Atividades culturais (arte, associações, etc) e esportivas
- 4 – Meios de transporte
- 5 – Atividades de trabalho e sobrevivência: Situação financeira
- 6 – Economia regional/ nacional
- 7 – Os habitantes e a sociedade anterior

Contato com as terras de fixação

Ambiente natural

- 3- Percepção e comparação
- 4- Adequação e migração

Aquisição do terreno

- 1 – Companhia de imigração
- 2 – Posse e legitimação
- 3 – Herança e repartição (aggiornamento)
- 4 - Conquista e tensões
- 5 - Propriedades e conquista de patrimônio

Sociedade e amizades

- 6- Casamentos: filhos, sobrinhos

7- *Caminhos escolhidos, carreira, lugar de moradia, opções sociais*

8- *Ser estrangeiro X Ser brasileiro*

9- *Pessoas que freqüentavam a casa*

10- *Atividades de trabalho e subsistência*

Cultura

1- *Tradição geracional: Cultura folclórica(danças típicas, alimentação)*

2- *Atividades culturais (arte, associações, etc) e esportivas*

3- *Religiosidade e participação em Igrejas e instituições*

4- *Festas e calendários sazonais*

Atividades de ocupação

1 - *Atividades de trabalho e subsistência*

2 – *Envolvimentos políticos e com a comunidade*

3 – *Atividades de reemprego da capitais: Situação financeira*

4– *Economia regional/ nacional*

Situação atual

Quem é a família

Aquisição do terreno

1 – *Companhia de imigração*

2 – *Posse e legitimação*

3 – *Herança e repartição (aggiornamento)*

4 - *Conquista e tensões*

5 - *Propriedades e conquista de patrimônio*

Sociedade e amizades

5- *Casamentos: filhos, sobrinhos*

6- *Caminhos escolhidos, carreira, lugar de moradia, opções sociais*

7- *Pessoas que freqüentavam a casa*

8- *Atividades de trabalho e subsistência*

Cultura

9- *Tradição geracional: Cultura folclórica(danças típicas, alimentação)*

10- *Atividades culturais (arte, associações, etc) e esportivas*

11- *Religiosidade e participação em Igrejas e instituições*

12- *Festas e calendários sazonais*

Atividades de ocupação

- 1 - Atividades de trabalho e subsistência
- 2 – Envolvimentos políticos e com a comunidade
- 3 – Atividades de reemprego de capitais: Situação financeira
- 4– Economia regional/ nacional

O descendente de imigrantes

- 1- Auto percepção (Como se vê)
- 2- Ser estrangeiro X Ser brasileiro
- 3- Participação na economia
- 4- Participação na política
- 5- Religiosidade e instituição confessional

ANEXO V: LAPHIS – LABORATÓRIO DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA

COORDENAÇÃO

Dulceli de Lourdes Tonet Estacheski
Everton Carlos Crema

PARTICIPANTES E PÚBLICO ALVO

Docentes e discentes do curso de História;
Docentes da educação básica de União da Vitória e região.

JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O curso de Licenciatura em História da UNESPAR, campus de União da Vitória, aborda diferentes teorias e concepções de ensino visando um debate democrático e uma formação plena e autônoma de docentes e discentes. O sentido de se criar o Laboratório de Aprendizagem Histórica se pauta no contexto de reformulações e inovações em relação ao ensino de História fundamentado nos conceitos de consciência histórica e educação histórica e na necessidade de um espaço que pesquise e discuta com maior propriedade o processo de aprendizagem histórica, visando melhor compreender como ele se configura na construção dos saberes históricos, bem como entender como ocorre a formação da consciência histórica de docentes e discentes.

Partimos da reflexão sobre didática e didática da história. A Educação é entendida como a socialização do conhecimento acumulado pela humanidade (produção, transmissão e assimilação de informações) e a pedagogia como o conjunto de doutrinas, princípios e métodos da educação. Para efetivar-se o ensino e a aprendizagem, a educação precisa de técnicas, de procedimentos, da didática, do grego “*techné didaktik*” – arte ou técnica de ensinar. E a didática da História? O que seria?

No Brasil a Didática da História é frequentemente entendida como um tema subordinado à área de Educação, sem vínculos com a atuação do pesquisador da área de História. Essa concepção se fundamenta na crença de que o papel da didática é adaptar ao contexto escolar o conhecimento criado pelos historiadores. (CARDOSO, 2008)

Para Cardoso (2008) a Didática da História não pode ser vista como um mero facilitador da aprendizagem, não se trata de procedimentos práticos que sirvam como instrumentos facilitadores da prática docente e discente. A didática da história deve partir das reflexões teóricas da ciência de referência, como argumenta Schmidt (2009) ao apresentar a reflexão sobre a cognição histórica situada e trata de diferentes perspectivas: da pesquisa histórica (método, objeto, teoria); de operações do aprender história; de operações do ensinar história; e da consciência histórica da sociedade.

Rüsen (2010) afirma ser um engano na concepção de didática da história pensa-la como a disciplina que faz a mediação entre história como disciplina acadêmica e a educação escolar. Nessa concepção não há conexão com o trabalho do historiador e é entendida como “ferramenta que transporta conhecimento histórico dos recipientes cheios de pesquisa acadêmica para as cabeças vazias dos alunos” (RÜSEN, 2010, p. 23). O autor ainda salienta que:

Antes que os historiadores viessem a olhar para o seu trabalho como uma simples questão da metodologia de pesquisa e antes que se considerassem ‘cientistas’, eles discutiram as regras e os princípios da composição da história como problemas de ensino e aprendizagem. (RÜSEN, 2010, p. 24)

Foi devido à crescente institucionalização e profissionalização da história que a importância da didática da história foi esquecida ou minimizada e o entendimento histórico como um saber ‘direcionado à uma audiência’, ou seja, pensado como algo a ser narrado, ensinado foi sendo desprezado. Para ele, é preciso refletir sobre a didática da história é sua importância para a metodologia da pesquisa histórica e para o currículo escolar, superando os resumos simplificados dos estudos históricos que são levados para as escolas.

Em linhas gerais, a didática da história não pode ser pensada como auxiliar da didática geral, “Isto foi exacerbado pela tradicional mentalidade estreita de muitos historiadores profissionais que excluía todas as questões de função prática da história de uma autorreflexão histórica séria” (RÜSEN, 2010, p. 31). Gustav Droysen já afirmava que “A didática da história juntou os assuntos orientados pela prática sobre ensino e aprendizagem em sala de aula com uma percepção teórica dos processos e funções da consciência histórica em geral” (RÜSEN, 2010, p. 32), portanto, é preciso compreender que a didática da história analisa todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática: a metodologia de instrução na sala de aula; as funções e usos da história na vida pública; as metas para educação histórica nas escolas; a análise geral da natureza, função e importância da consciência histórica.

Nesse sentido, o Laboratório de Aprendizagem Histórica – LAPHIS, é pensado como um espaço para ampliar a percepção programática de um bom professor versus a ideia de um treinamento formal para uso de diferentes técnicas de ensino a partir de discussões referentes à consciência histórica e pensamento histórico integradas na prática do ensino. Defende-se que a “História como uma matéria a ser ensinada e aprendida tem de passar por um exame didático referente à sua aplicabilidade de orientar para a vida” (p. 36).

Se nós pudermos considerar a educação histórica como um processo intencional e organizado de formação de identidade que rememora o passado para poder entender o presente e antecipar o futuro, então a didática da história não pode ser posta de lado como sendo alheia ao que diz respeito aos historiadores profissionais (RÜSEN, 2010, p. 38)

Fortalece a percepção da História como uma matéria de experiência e interpretação. E rompe-se com o que Margarida Dias de Oliveira (2012) chama de dicotomia entre a formação específica e a pedagógica. A pesquisadora salienta a pouca fomentação de trabalhos escritos em torno do ensino e aprendizagem histórica, problema que o laboratório pretende minimizar e apresenta as duas dimensões da produção do conhecimento: ensino e pesquisa. Concordando com o pensamento de Oliveira justificamos a instituição do laboratório como espaço para fomento do pensar historicamente, produzir conhecimento em relação a esse pensar, estimular a pesquisa sobre o ensino de história e promover uma formação docente plena.

OBJETIVOS

- Desenvolvimento de pesquisas na área da aprendizagem histórica que contemplem a reflexão sobre os conceitos de educação histórica e consciência histórica. Tais pesquisas devem se pautar em um conhecimento bibliográfico sobre os temas e em práticas de pesquisa de campo, entendendo a escola como ambiente propício para a construção de saberes;
- Contribuir com a formação docente oferecendo oficinas para o trabalho com diferentes tecnologias e linguagens de ensino, estimulando o uso de fontes históricas para o ensino pautado na investigação histórica e não apenas como recursos midiáticos ilustrativos ou facilitadores da ação docente;
- Ampliar os debates sobre temáticas históricas ou interdisciplinares a partir de cursos, palestras e eventos, considerando uma formação docente ampla;
- Produzir conhecimento e publicá-lo para suprir as carências em relação a temáticas específicas para docentes da educação básica, bem como divulgar resultados de pesquisas desenvolvidas, partilhando saberes.

METODOLOGIA

- Estudo sobre as teorias voltadas à aprendizagem histórica;
- Promoção da pesquisa em torno da compreensão e aplicabilidade dos conceitos de educação histórica e consciência histórica;
- Elaboração de materiais didáticos de História a serem disponibilizados em meio digital ou impressa, quando houver recurso, para docentes da educação básica;
- Organização de palestras, oficinas e cursos sobre aprendizagem histórica, temas históricos e debates interdisciplinares que colaborem para o aperfeiçoamento da prática docente;
- Organização de seminários, simpósios, para troca de saberes e relatos de experiência em relação ao ensino e à aprendizagem histórica;
- Publicação de livros sobre a temática e manutenção da Revista digital Sobre Ontens;

- Organização de um site para divulgação de materiais e eventos relacionados à aprendizagem histórica.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de Didática da História. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, n. 55. 2008. p.153-170.

OLIVEIRA, Margarida Dias de. O ensino de história como problemática nos cursos de graduação de História. Conferência. ANPUH-Rio, 2012.

RÜSEN, J. Didática da História: Passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (orgs.). Jörn Rüsen e o ensino de História. Curitiba: UFPR, 2010.

RÜSEN, J. História Viva: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília, DF: UNB, 2007.

RÜSEN, J. Razão histórica: teoria da história, os fundamentos da ciência histórica. Brasília, DF: UNB, 2001.

PROGRAD

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



UNESPAR
Universidade Estadual do Paraná